

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

CAMILE CAROLINA PEREIRA DA SILVA TESCHE

História e Poder: uma leitura de *Levantado do Chão*

São Paulo
2007

CAMILE CAROLINA PEREIRA DA SILVA TESCHE

História e Poder: uma leitura de *Levantado do Chão*

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas para obtenção do título
de mestre em Literatura Portuguesa

Área de Concentração: Literatura Portuguesa
Orientadora: Profa. Dra. Mônica Muniz de Souza
Simas

São Paulo
2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Tesche. Camile Carolina Pereira da Silva

T337 História e poder : uma leitura de *Levantando do chão* / Camile Carolina Pereira da Silva Tesche ; orientadora Mônica Muniz de Souza Simas. -- São Paulo, 2007.
134 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa. Área de concentração: Literatura Portuguesa) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Saramago, José, 1922-. 2. Literatura portuguesa (Crítica e interpretação). 3. Literatura e História – Portugal – Século 20. 4. Romance histórico (Aspectos políticos; Aspectos culturais) – Portugal – Século 20. 5. Revolução dos Cravos. I. Título.

21ª. CDD 869.4209

FOLHA DE APROVAÇÃO

Camile Carolina Pereira da Silva Tesche
História e Poder: uma leitura de *Levantado do Chão*.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Literatura Portuguesa

Aprovada em:

Banca Examinadora

Presidente: _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

1º Examinador _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

2º Examinador _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

3º Examinador _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

4º Examinador _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Ao meu avô, também grande contador de histórias.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Paulo e Maria da Penha, pela verve, amor e apoio incondicional.

Ao meu irmão, Eduardo, e à Cíntia, por incentivarem, compartilharem, discutirem e acreditarem.

Às minhas avós, Vilma e Leontina, e ao meu avô, José, por todos os ensinamentos e boas histórias.

A Clara, Lia, Ariana e Gabriela, amizades semeadas na infância e em eterno e belo florescer.

À Fer, colega, amiga e irmã escolhida.

Ao Enxaqueca, Flávia e Fefis, aprendizes que se tornaram mestres.

Aos amados Fúlvio, Frá, Gabriela, Fernanda, Érica, Aline, Fábio C., Monahyr, Bia, Uchôa, Eneida, Eduardo, Daniela, Raquel, DJ, Bibi, Elis, Pedrinho e Marcus, pelas conversas, cafés e gargalhadas, coleguismo, companheirismo e pela amizade, dentro e fora da FFLCH. À Van, lembrança querida e saudosa.

Aos companheiros de nau Roberta, Sheila, Ney, Fernanda, Vander, Adriana e Rute, por estarem comigo nos momentos de expectativa, angústia e desespero.

Às tágides Janaína, Luiz Fernando, Héllen e Otávio.

A Gê, Vera, Marcelo, Cris e Heather pelas oportunidades e ensinamentos.

A Ju, Alê, Vivian, Ana e Rapha, por tanta generosidade e solidariedade.

Às professoras Lílian e Marlise, pelas sugestões, conselhos, indicações e leitura cuidadosa.

À Mônica, minha orientadora, por confiar e conduzir-me ao longo de todo este trabalho.

À CAPES, por ter possibilitado que eu empreendesse meus estudos com um pouco mais de tranquilidade.

Ao Hamilton, por fazer dos meus dias mais ditosos.

Imagens destinadas uma vez
Para dar testemunho em plena luz,
Somos em pedra as sombras
Daqueles que foram sacrificados:
Tanto sabemos falar
Quanto sabemos calar.
Imagens destinadas uma vez
Para dar testemunho, em plena luz,
Dos humilhados, dos amordaçados,
Dos esquecidos, dos sufocados
Por determinação do vencedor,
Tanto queremos falar
Quanto queremos calar.

(O julgamento de Luculus, Bertolt Brecht)

TESCHE, Camile Carolina Pereira da Silva. História e Poder: uma leitura de *Levantado do Chão*. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar de que modo o romance *Levantado do Chão*, de José Saramago, apropria-se de episódios de grande importância histórica para Portugal, como a chegada da I República, em 1910, a ascensão da ditadura salazarista, em 1926, e a Revolução dos Cravos, em 1974. A retratação destes acontecimentos é feita a partir da ficcionalização das experiências dos camponeses alentejanos, revelando um sem número de consentimentos e resistências do povo português às efemérides históricas. Em se tratando de uma obra que sobreleva a constituição de poderes para a imposição de uma determinada ideologia, também faz parte de nossa investigação compreender as articulações entre os discursos e as práticas, bem como notar as articulações entre História e Ficção.

Palavras-chave: José Saramago; Revolução dos Cravos; História; Poder; Ideologia.

TESCHE, Camile Carolina Pereira da Silva. History and Power: a reading of *Levantado do Chão*. 2007. 133f. Thesis (Master) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ABSTRACT

This research aims to analyze the appropriation of important events which happened in Portugal, such as the arise of the Republic, in 1910, the ascension of salazarist dictadure, in 1926 and the Revolução dos Cravos, in 1974 in *Levantado do Chão*, by José Saramago. The novel focuses on the experiences of the commoners from Alentejo and reveals the Portuguese people acquiescences and oppositions to the historical changes, as well as the constitution and imposition of an ideology. This work tries to reflect on how the discourses of this ideology influences on Portuguese people lives and the articulations between History and Fiction.

Keywords: José Saramago; Revolução dos Cravos; History; Power; Ideology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p.12
1.1 LEVANTANDO QUESTÕES SOBRE <i>LEVANTADO DO CHÃO</i>	p.20
1.2 UM PASSADO EM REVISÃO: <i>LEVANTADO DO CHÃO</i> E O NEO-REALISMO	p.25
1.3 A CONSTRUÇÃO DE UM ROMANCE PÓS MODERNO?	p.32
2 ESTADO	p.39
2.1 HISTÓRIA E PODER	p.44
2.2 ALICERCES DA AUTORIDADE ARMADA	p.56
2.3 AUTORITARISMO INSTITUCIONAL	p.63
3 IGREJA	p.73
3.1 DA GÊNESE AO APOCALIPSE: SARAMAGO RELÊ A BÍBLIA	p.79
3.2 O REINO DO PADRE AGAMEDES	p.86
4 LATIFÚNDIO	p.92
4.1 DE SEMENTES E HOMENS: A CONSTRUÇÃO DO LATIFÚNDIO	p.95
4.2 UMA SAGA DE HEREGES	p.100
4.3 ECOS E RUÍNAS	p.110
5 CONCLUSÃO	p.120
6 BIBLIOGRAFIA	p.124

1. Introdução

A sabedoria de Deus, amados filhos, é infinita. Aí está a terra e quem a há-de trabalhar, cresci e multiplicai-vos. Cresci e multiplicai-me, diz o latifúndio. Mas tudo isso pode ser contado de outra maneira.

(José Saramago, 1980, p. 14)

Em 25 de abril de 1974, irrompeu em Portugal um dos acontecimentos mais marcantes de sua história recente: a Revolução dos Cravos, ação civil e militar que depôs uma ditadura energicamente mantida desde 1932. Naquele dia, os integrantes do Movimento das Forças Armadas (MFA), jovens membros da oficialidade militar do país, tomaram as ruas de Lisboa para exigir a saída das lideranças fascistas do poder. O povo, surpreso, saiu de suas casas para juntar-se a eles na marcha e, em um gesto simbólico, colocou nos canos das armas dos soldados os cravos vermelhos das floristas da Praça do Rossio. Embalados pelos desejos de tantos anos de liberdade e direitos democráticos, eles foram reivindicar o fim do regime imposto por António de Oliveira Salazar, que, mesmo havendo sido morto em 1970, continuava a exercer liderança sob a figura do primeiro-ministro Marcello Caetano.

Sem derramamento de sangue ou violência, protestaram contra as guerras coloniais na África, as quais deram cabo da vida de muitos militares e castigaram as finanças do país. Clamaram o fim da repressão e da censura, que haviam impedido os portugueses de produzir, divulgar e acessar o conhecimento. Assim, pacificamente, iniciou-se a ruína de um dos períodos mais reacionários da vida política e social e novos tempos foram anunciados. No entanto, como seria visto meses depois, estes demorariam a serem cumpridos.

Quando o poder foi entregue aos militares, o MFA pôs em prática o seu programa, cujo objetivo era restabelecer as liberdades fundamentais e, como consequência, permitir a realização de eleições livres para a Assembléia Constituinte. Contudo, no interior do próprio Movimento, assistiu-se a uma série de disputas pelo poder. Os oficiais, socialistas e

comunistas digladiaram-se, levando à ocorrência de dois contragolpes ameaçadores à almejada ordem democrática. Em março de 1975, os militares alinhados à direita tentaram neutralizar as influências da esquerda no Conselho da Revolução, órgão criado para acompanhar a transição do governo provisório até a realização das eleições. Em novembro, foi a vez de a esquerda reagir e, como resultado, oficiais e soldados considerados radicais foram licenciados, presos e expulsos. Novamente, o país, embora livre do autoritarismo, deparava-se com duras condições políticas e ainda não gozava das benesses do novo regime. Desfeitos os sonhos de Abril, restava então questionar o que, de fato, havia sido revolucionado.

Talvez um dos importantes passos para satisfazer essas interrogações tenha sido o dado por grande parte da intelectualidade portuguesa que, livre dos impedimentos da censura, pôde dedicar-se à investigação e análise crítica dos acontecimentos que conduziram o país da situação totalitária à abertura política. Voltados à leitura e interpretação das conjunturas, eles contribuíram, inegavelmente, para uma percepção mais acurada do quadro. Estudos historiográficos e sociológicos, por exemplo, avançaram significativamente, fomentando o aparecimento de uma vasta obra sobre a Revolução dos Cravos e seus antecedentes.

Do mesmo modo, aquele delicado momento da trajetória portuguesa passou a ser objeto de interesse da classe artística, que, inspirada por ele, empenhou-se em criar uma arte e uma linguagem capazes de representar, em plenitude, o legado do regime salazarista e seu fim. Sem o crivo impiedoso da censura, despontaram obras intensamente reflexivas, destacando-se nelas o desejo de compreender em profundidade o passado e atribuir a ele significados claros. Neste panorama, cumpre ressaltar o papel da Literatura, que, além de ter capturado nos acontecimentos temas a serem elaborados, percebeu no potencial transformador deles a possibilidade de repensar e modificar os seus modos de expressão.

Tal fato deve-se, em muito, à aniquilação dos órgãos censores, os quais, durante o Estado Novo, apreendiam ou mutilavam as obras que apresentassem discordâncias com a ordem vigente. Embora não seja possível delimitar de maneira precisa as influências destes procedimentos sobre a produção literária, é sabido que, para escapar das possíveis sanções, os escritores recorreram a recursos criativos que permitissem denunciar a irracionalidade da ditadura de maneira velada. Com o advento revolucionário e a eliminação dos entraves às suas atividades literárias, os discursos metafóricos e simbólicos perderam seu caráter de estratégia obrigatória àqueles que pretendessem criticar abertamente o regime, tornando-se escolhas.¹

Em meio aos escritores e obras que exploraram o 25 de Abril em suas múltiplas vertentes, fomos especialmente seduzidos por José Saramago e seu romance *Levantado do chão*. Publicada em 1980,² a obra avulta, além da própria Revolução, outros eventos históricos ocorridos dentro e fora do território português entre 1910 até o dia 1º de Maio de 1975, quando se realizaram, pela primeira vez no país, comemorações livres do Dia do Trabalho.

Seu enredo tem como fio condutor a saga dos Mau-Tempo, uma família de camponeses pobres que, desde o século XV, perambula por Portugal. Cinco séculos depois, o clã fixa-se no Alentejo, a região dos grandes latifúndios do país. No espaço denominado *latifúndio*, terra de cultivo difícil e dominada pelos Bertos, os ricos representantes da burguesia local, os Mau-Tempo vivenciarão fatos e circunstâncias reveladores do triste

¹ Segundo Carlos Reis, há uma íntima vinculação entre as transformações políticas e sociais ocorridas em 1974 e a literatura insurgida posteriormente. Em suas palavras: “O olhar que hoje podemos lançar sobre a ficção portuguesa posterior a 1974 há-de ter em conta necessariamente a projecção sobre essa ficção de tudo o que uma brusca mutação política implica e, no seu contexto, as consequências arrastadas pela supressão dos mecanismos repressivos que impediam a criação literária.” Cf. REIS, Carlos. Romance e história depois da revolução – José Saramago e a ficção portuguesa contemporânea. In: ANAIS DO ENCONTRO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 1994. p.169.

² Para este estudo, consideramos a primeira edição do livro, feita em 1980 pela editora portuguesa Editorial Caminho. Todas as citações serão extraídas dela e optamos por usar, nas notas de rodapé, as iniciais LC.

significado de seu nome: a fome, a miséria, as guerras, as pestes e o desemprego, que demarcam, na ficção, as condições às quais o povo português foi submetido no último século.

A trajetória desses homens que estão à margem da sociedade é marcada temporalmente por episódios como a instauração da I República no país, a I Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola, a ascensão do Estado Novo e, evidentemente, o seu término. Esses fatos, de grande importância para a vida política do país e de significativa influência sobre a vida dos alentejanos da ficção, quer pelas suas transformações, quer pelas dificuldades por eles acarretadas, são tornados conhecidos por expedientes ardilosos de José Saramago.

Ancorada nas perspectivas e experiências dos camponeses, a história que ele traz à baila em seu romance tem como principais atores os membros da camada mais pobre da população, que, apesar de também ser a mais numerosa, nunca mereceu a devida atenção da historiografia oficial.³ A origem dos relatos, dessa forma, é invertida, provocando o leitor a pensar se aqueles fatos não teriam sido possíveis e colocando em xeque o que se sabe a respeito do passado, já que os *Mau-Tempo* oferecem-nos um outro olhar para ler os acontecimentos.

Para além disso, nota-se na construção ficcional a existência de um narrador que, com uma certa constância, intervém nos fatos narrados, levantando questionamentos a respeito dos fatos e salientando o carácter arbitrário da escrita da História e de sua própria escrita. Trata-se, assim, de uma composição narrativa marcada pela auto-referencialidade, isto é, o constante referir-se à situação discursiva, e pela abordagem reflexiva da temática histórica, na qual se sobrepõe o distanciamento crítico.⁴ Portanto, mais que ser um relato constituído sobre as

³ Por *historiografia oficial*, entendemos a divulgação da história à qual Peter Burke chama *tradicional* ou *paradigma tradicional*. Esta compreende uma construção narrativa baseada em documentos e registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. Seus temas dizem respeito, predominantemente, à história política, admitida como relacionada ao Estado, ou seja, mais nacional e internacional do que regional, e oferece uma visão centrada nos feitos dos estadistas, gerais e, ocasionalmente, eclesiásticos, isto é, dos grandes homens, os quais empreenderam grandes feitos. Cf. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992. p.8-10.

⁴ Cf. KAUFMAN, Helena. A metaficção historiográfica de José Saramago. *Revista Colóquio Letras*, n. 120. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

experiências e lutas dos homens ao longo do tempo, *Levantado do chão* está em busca da problematização do passado.

No trecho por nós escolhido como epígrafe deste capítulo, extraído das primeiras páginas do romance, de certo modo, estão sintetizadas algumas das preocupações que o autor teve ao tecê-lo. Ao dizer que a história dos homens e do latifúndio pode ser contada de *outra maneira*, ele nos remete ao fato de que existem diversas formas de se narrar o passado. A sua, desde o princípio, almeja ser aquela que faz das experiências dos homens infames, de sua situação social e de suas lutas um arcabouço indispensável ao conhecimento da História.

Tracejados os elementos e as características fundamentais desse passado alternativo, parece-nos que a importância da obra reside no fato de ela encenar acontecimentos os quais alteraram substancialmente a vida de todas as camadas da população portuguesa de forma reflexiva e crítica. Em se tratando de um romance que desestabiliza os discursos sobre diversos episódios da história portuguesa, sob múltiplas formas, interrogamo-nos se tal fato também seria verificável em sua leitura sobre a Revolução dos Cravos. Por isso, lançamo-nos neste trabalho a investigar como são abordados os pressupostos revolucionários do evento. Nesta busca, pretendemos também observar quais interpretações são produzidas a partir do confronto entre os discursos institucionalizados e os urdidos ficcionalmente, atentando, sobretudo, para o exercício crítico desempenhado por ele.

Pensar a inserção de José Saramago no conjunto de escritores portugueses que se valeram do regozijo da imprensa livre para tecer questionamentos sobre os caminhos e descaminhos da política portuguesa obriga-nos a recordar que, desde seus primeiros passos no campo das letras, o autor demonstra estar profundamente comprometido com uma reflexão criteriosa acerca dos acontecimentos. Em verdade, seus comentários na imprensa portuguesa e mundial, sua participação em eventos dos mais diversos contextos e da abordagem quase insistente de certas conjunturas históricas, políticas e sociais em suas obras acentuam o que

muitos de seus leitores consideram *leitmotiv* do escritor: investir, incisivamente, sobre a realidade.

No entanto, ao ler sua obra com olhos mais atentos, deparamo-nos com uma postura que não se restringe, unicamente, a tecer juízos sobre os fatos. A nosso ver, ela seria um pouco mais abrangente e revelaria aquilo a que Edward Said chama *papel intelectual*, o qual significaria:

[...] representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete.⁵

Trazer à tona os inconvenientes do presente ou do passado são aspectos que se apresentam com regularidade na produção saramaguiana, antes mesmo de ele haver se tornado mundialmente conhecido. Entre finais dos anos quarenta até os anos setenta, foi colaborador da revista *Seara Nova*, cronista e comentador político nos jornais *Diário de Lisboa*, *Jornal do Fundão*, *A Capital*, *O Diário*, entre outros; tendo ainda sido tradutor e editor literário na Editorial Estúdios Cor. Sua carreira de ficcionista principiou apenas em 1977, com a publicação de *Manual de pintura e caligrafia*.⁶

Durante o atribulado período da ditadura salazarista, optou por situar-se na oposição ao regime e problematizar, publicamente, os conflitos mais evidentes daquele contexto histórico, como os processos de descolonização da África, a resistência de António de

⁵ SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 25-26.

⁶ Em diversas entrevistas, o autor alega que, apesar de ter publicado o romance *Terra do pecado*, em 1947, considera *Manual de pintura e caligrafia* (1977) sua estréia na prosa de ficção. Antes dele, publicou dois livros de poemas, *Os poemas possíveis* (1966), e *Provavelmente alegria* (1970). Para a relação completa das obras de José Saramago, conferir a Bibliografia.

Oliveira Salazar no poder, a censura e os embates sociais deflagrados em todo o país.⁷ Em 1975, findo, portanto, o regime ditatorial, José Saramago foi nomeado diretor-adjunto do jornal *Diário de Notícias*, onde defendeu às claras sua simpatia ao socialismo e, em conjunto com Luís de Barros, então diretor, modificou o Estatuto Editorial de forma que a publicação assumisse o compromisso de:

defender intransigentemente a Revolução para um socialismo autêntico ao serviço de todos os trabalhadores; manter a vigilância contra todas as manobras divisionistas, surjam elas dentro da empresa ou sejam fomentadas pelo exterior, combatendo-as sem hesitação.⁸

A posição, enfrentada com muitos protestos de grande parte dos jornalistas da casa, teve como consequência o afastamento de José Saramago do cargo, que, apesar de tantos anos de participação ativa na mídia, ficou desamparado. Sem emprego e sem qualquer apoio do Partido Comunista – ao qual se filiou em 1969 –, no ano seguinte, ele foi passar dois meses no Alentejo para acompanhar a vida dos camponeses. Três anos depois, conforme afirmou em entrevista concedida a Horácio Costa, Saramago valeu-se da “história dessa gente, de três gerações de uma família de camponeses do Alentejo, com tudo: a fome, o desemprego, o latifúndio, a polícia, a igreja, tudo”⁹ para construir o romance.

Embora as vidas de que *Levantado do chão* trata estejam atreladas ao campo da ficção, não se pode desprezar o fato de que José Saramago, a partir de uma experiência local sua, tenha trazido, para o romance, a realidade do homem do campo português daquele período. A

⁷ O conjunto das crônicas de José Saramago está disponível em quatro livros: *Deste mundo e do outro* (1971), *A bagagem do viajante* (1973), *As opiniões que o DL teve* (1974) e *Os apontamentos* (1976). Nos dois primeiros, “o exercício da crônica é literalmente livre, não conhecendo limitação alguma de tema”; caracterizando-se pela presença da crônica de veia ficcional. Os dois últimos, por seu turno, reúnem textos que traduzem “a actividade de jornalismo político desenvolvida por Saramago no período anterior e posterior à Revolução dos Cravos, em diferentes veículos de comunicação”. Cf. COSTA, Horácio. *José Saramago: o período formativo*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 86. Em 1999, a convite da Editorial Caminho, José Saramago publicou *Folhas Políticas*, volume que contém os artigos de teor político que escreveu a partir de 1976, não cotejados pelas obras anteriores.

⁸ In *Revista Visão*, 10.12.1998.

⁹ COSTA, Horácio. O despertar da palavra. [Entrevista com José Saramago]. *Revista Cult*, n. 17, dez. 1998., p.22.

aproximação dos alentejanos após a Revolução dos Cravos, cremos, além de ter sido instrumental para a composição do romance, possibilitou ao escritor uma percepção mais detalhada da situação camponesa, à qual, nem a imprensa, nem a historiografia oficiais dedicaram muita atenção. Desse modo, atrevemo-nos a dizer que a sua experiência pessoal travestiu-se na criação de um discurso que, ao mesmo tempo em que interroga, desvela e possibilita ao seu público leitor pensar as relações entre os processos do 25 de Abril e a vida dos camponeses.

Ao levarem-se em conta essas facetas da biografia de José Saramago, não seria possível identificar, em meio a todas elas, o exercício da postura intelectual tal qual Said define?

Conhecendo a filiação do autor ao comunismo, torna-se fácil, a uma primeira vista, caracterizar as intenções de seu discurso. Contudo, explorando a obra com olhos mais atentos, seria possível relativizar a crítica ideológica em função de sua intensa experimentação literária, que, acreditamos, sobressai à criação de uma nova relação entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional. Por essa razão, antes de adentrarmos na análise do romance, procuraremos expor, no próximo segmento, as observações feitas sobre ele nas últimas décadas, delimitando os contrapontos que nossa leitura pretende fazer. Nas duas últimas partes deste capítulo, de fundo teórico, avaliaremos os diálogos travados com as tendências neo-realistas e contemporâneas de escrita.

Os quatro capítulos de análise serão dedicados ao estudo das estruturas da sociedade alentejana, Estado, Igreja e Latifúndio. Recaindo sobre as suas práticas e discursos, tentaremos assinalar de que maneira eles dificultaram as condições e condutas dos camponeses. Em se tratando de um romance que percorre um século que teve a ditadura como forma preponderante de governo, julgamos ser pertinente à sua análise um olhar investigativo do Estado Novo, de seus aparelhos repressivos e de sua dominação ideológica, tema do

segundo capítulo deste trabalho. Sendo ele apoiado ideológica e economicamente pela Igreja e pelo Latifúndio, além de investigarmos o poder exercido pelo Estado, mostraremos, respectivamente, no terceiro e no quarto capítulos desta dissertação, como se dão as ações dessas duas esferas. No quinto capítulo, por fim, contrastaremos as formas com que esses organismos ora alienam, ora permitem a mudança de postura do povo.

1.1. Levantando Questões sobre *Levantado do Chão*

Anteriormente dissemos que, por se tratar de um romance que aborda ficcionalmente a relação entre os acontecimentos sociais e políticos portugueses e a vida dos camponeses alentejanos, estamos diante não de um caso de provas, mas de verossimilhança em relação às possibilidades históricas. A esse respeito, Teresa Cristina Cerdeira da Silva afirma que os Mau-Tempo e os demais camponeses presentes no romance têm uma dupla inserção nos terrenos da ficção e da História. Isso se deve ao fato de que, enquanto personagens, eles são elementos de uma trama que resgata acontecimentos históricos e, simultaneamente, representam personagens reais da vida portuguesa.¹⁰ Ainda para a autora, apesar de José Saramago transgredir a História no que diz respeito à utilização de documentos, a ordenação dos fatos, em *Levantado do chão*, aproxima-se muito da do fazer histórico: eles são selecionados, interpretados e dispostos linearmente, segundo uma certa produtividade narrativa, e aludem a momentos como a construção do Império, a guerra na Espanha e a ditadura de Salazar.

Se por um lado a opção por esse ponto de vista divide a interpretação dos fatos entre as posturas que são fornecidas pelos documentos oficiais e aquelas que só conhecemos por

¹⁰ Conferir a tese de doutoramento de Teresa Cristina Cerdeira da Silva, intitulada *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*, publicada em 1989 pela editora portuguesa D. Quixote.

meio da leitura, por outro, ela oferece uma visão alternativa que não pode ser considerada senão precária desses acontecimentos.

Esse viés questionador presente na obra de José Saramago já havia sido comentado por outros críticos de sua obra, e nos é conveniente pontuar aqui duas análises. Para Luís de Sousa Rebelo, a obra de José Saramago atesta um entrecruzamento de fios discursivos, os quais, de certa forma, tinham como consequência uma redefinição da cultura portuguesa no momento posterior ao 25 de Abril e, mais além, a sugestão de novas condutas literárias. No prefácio à segunda edição de *Manual de pintura e caligrafia*, editado em 1983, ele assinala que a produção ficcional de José Saramago, a partir de *Levantado do chão*, “se afirma num excitante período de intensa experimentação literária e de busca de novos caminhos para a imaginação do real”.¹¹ Na mesma linha, Benjamin Abdala Júnior, em *O sonho do escritor e as aspirações do crítico*,¹² afirma que José Saramago afina suas estratégias discursivas numa práxis que não se conforma à convenção, ao lugar comum e ao estereótipo.

Como comentou Cerdeira da Silva, o autor coloca os personagens da ficção em dois universos distintos e, assim, elabora um discurso em que as falas da História e da ficção se mostram permeáveis. O produto desse contato – a obra em si – se estabelece como uma interpretação *provisória* sobre o modo como os fatos ocorridos em Portugal interferiram na tomada de consciência e de posturas dos camponeses.

As leituras dessas e de outras críticas sobre *Levantado do chão* impeliram-nos a tentar aqui relacionar os modos como são narrados os episódios históricos e sociais às interrogações acerca da responsabilidade social dos trabalhadores rurais portugueses na restauração de uma democracia e da formação de uma nova sociedade. Nesse sentido, a dissertação parte do princípio de que o acontecimento literário se reverte em um campo de conhecimento no qual

¹¹ Apud SARAMAGO, José. *Manual de pintura e caligrafia*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1983. p.7.

¹² ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *O sonho do escritor e as aspirações do crítico*. *Revista Colóquio-Letras*, n. 95. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

se abre a possibilidade de discorrer sobre a constituição ética do sujeito, individual ou coletiva, a formação de identidades e, ainda, as construções narrativas das nações.

Para Benedict Andersen,¹³ as nações são comunidades imaginadas por inúmeras narrativas dentre as quais a Literatura e a História merecem destaque, pois ambas fornecem imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais que representam as perdas, triunfos e experiências partilhadas que dão sentido à nação. Por outro lado, Homi Bhabha¹⁴ entende o conceito de nação como uma narrativa que está mais em torno da historicidade do que incisivamente nela, se opondo às certezas históricas e sua natureza estável. Destas acepções diversas do conceito de nação, Stuart Hall¹⁵ extrai que o discurso da nação e da cultura nacional se equilibra entre a tentação de restaurar feitos gloriosos do passado e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade.

Entre 1987 e 2005, segundo dados obtidos pelo banco virtual de dissertações e teses da Capes,¹⁶ foram defendidos no Brasil quinze trabalhos que têm *Levantado do chão* como objeto de pesquisa. A partir de aprofundada leitura de alguns desses trabalhos, foi-nos possível detectar diferentes interpretações quanto à aquisição e desenvolvimento da consciência dos personagens do romance das más condições de vida; dos mecanismos do poder e da ideologia; e dos pontos de contato entre a História e a ficção.

A respeito da formação da consciência dos camponeses, serviu-nos como ponto de partida a tese, já mencionada, de Teresa Cristina Cerdeira da Silva. Para ela, a História reverbera no romance unicamente por meio das informações fornecidas pelo narrador e pelas personagens, as quais têm conhecimento dela com dificuldades de percepção. Essa deficiência da compreensão dos fatos, segundo sua análise, é um reflexo do imobilismo social almejado pelo poder. Nesse aspecto, destacamos que Cerdeira da Silva dá ao poder feições bastante

¹³ Cf. ANDERSEN, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso, 1991.

¹⁴ Cf. BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

¹⁵ Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

¹⁶ Pesquisa realizada em março de 2006.

precisas: ele é composto pela tríade Latifúndio, Estado e Igreja, e é responsável pela alienação dos camponeses, pela condição sob a qual eles vivem e pela atmosfera opressiva.

Ao mesmo tempo em que essas instituições isentam os homens de tomarem consciência das razões de sua penúria, impelem os camponeses a se organizarem em movimentos que visem à transformação daquele quadro social. Dessa forma, as suas mobilizações são resultado de uma conscientização paulatina das fontes de opressão e têm como coroação as revoluções que, segundo a autora, são “provas qualificantes de onde os heróis saem resgatados de dores, mágoas e humilhações, porque vencem limites e conquistam um espaço”.¹⁷

A nosso ver, em *Entre a História e a ficção: uma saga de portugueses* parece existir uma preocupação da autora de caracterizar a Revolução dos Cravos, tal qual descrita em *Levantado do chão*, como um movimento que, de fato, ocasionou uma *libertação* popular. É nesse âmbito, justamente, que a nossa leitura se afasta da de Cerdeira da Silva, pois, se a narrativa encerra pouco tempo após o acontecimento, não é possível afirmar que a vida do povo foi substancialmente modificada pelo advento revolucionário. Por isso, não concordamos que com o 25 de Abril houvesse se operado uma espécie de emancipação da massa camponesa. Cremos, em vez disso, que Saramago vai além da proposição modelar: o viés pedagógico de seu romance reside, sobretudo, no ensinamento de uma constante resistência e atenção do olhar, que observa e faz observar como as estruturas de poder formam-se e se presentificam no cotidiano dos homens.

A reflexão sobre o poder como algo que se acumula e se pulveriza por organismos sociais, antecipada por Cerdeira da Silva, foi aprofundada na tese de doutoramento de Jaime

¹⁷ CERDEIRA DA SILVA, Teresa Cristina. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Lisboa: D. Quixote, 1989. p. 140.

Sant'Anna, *O sagrado em José Saramago*,¹⁸ trabalho que incide principalmente sobre as condutas e objetivos destas estruturas. Para o autor, Latifúndio, Estado e Igreja formam uma *Trindade Maléfica*, na qual uma esfera depende da outra para manter a pacificação entre os trabalhadores, e todas as três fazem uso de ferramentas distintas para obter um mesmo resultado: o silenciamento do povo. O feitor e seu chicote, que metaforizam o Latifúndio; o discurso religioso e o padre, que constituem a Igreja; e a guarda, que mantém o Estado, agem de forma a intimidar os camponeses que, segundo Jaime Sant'Anna, por desconhecerem a fragilidade desse sistema coercivo, não se unem para uma ação coletiva capaz de libertá-los.

A Igreja e o Latifúndio, de acordo com a conceituação da *Trindade Maléfica*, apóiam o Estado para que as relações, sobretudo as de trabalho, não sejam postas em risco. Embora não conheçamos a sua fisionomia precisamente, é uma entidade “abstrata a espalhar-se, poderoso, dominante, invisível e onipresente por todos os pontos da terra”¹⁹ e que delega poderes a todos aqueles que estiverem aptos a colaborar com a satisfação de seus desejos. Uma vez que, para Sant'Anna, o Estado está presente em toda a terra, seria o caso de avaliar as diferentes formas de ele se afirmar e determinar as práticas dos camponeses, os quais dependem da terra para garantir o seu sustento e existência. Sendo assim, tudo aquilo que diz respeito à terra – seus proprietários, seus governantes, suas leis – interfere nas experiências e condutas pessoais dos alentejanos.

Integrados à política de aniquilamento de conflitos entre o povo e o governo, determinados pelo Estado salazarista, Igreja e Latifúndio são instituições que têm seus poderes delegados por ele e que agem em seu nome. A consideração de que o poder não emana de uma única instituição – feita pelos dois estudos comentados acima – exige, para nós, uma teorização sobre o poder. Para dar os primeiros passos nessa questão, apoiamo-nos

¹⁸ SANT'ANNA, Jaime. *O sagrado em José Saramago*. 2005. 352 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁹ Ibidem, p. 99.

nos estudos de Michel Foucault sobre a disseminação do poder pelo Estado, abarcada principalmente pelas obras *Microfísica do poder*²⁰ e *Vigiar e punir*.²¹

As leituras do romance e da literatura crítica a seu respeito mostram que, apenas depois de muitos anos de sofrimento e alienação, os camponeses de *Levantado do chão* perceberam-se como figuras também ativas no ordenamento social e o surgimento dessa consciência permitiu-lhes ver que era preciso unirem-se para modificar sua condição. Quando os camponeses reagem às prisões e tortura dos companheiros ou quando se mobilizam para invadir as terras do Latifúndio, no último capítulo do romance, José Saramago põe-nos diante de momentos-limite que permitem indagar o processo que vai da alienação à consciência.

1.2. Um Passado em Revisão: *Levantado do Chão* e o Neo-Realismo

Mencionamos acima o fato de que José Saramago valeu-se de uma experiência localizada na realidade material histórica para compor o romance. Esta prática, também comum aos escritores neo-realistas, faz-nos igualmente questionar se não seria possível identificar, em *Levantado do chão*, um alinhamento a esta outra estética e aos seus desejos de transformar a realidade. Impossibilitados de reconhecer o fruto de seu trabalho e partilhar dele, os personagens, apesar de serem responsáveis pela ceifa, plantio e colheita, não têm como saciar sua fome. A degradação física, que leva muitos à morte, à ignorância de que são elementos fundamentais para a produção e os lucros do Latifúndio, e o desconhecimento de tudo o que ocorria fora do território dos Bertos, oprimia-os ainda mais dentro de um sistema econômico regido pelo lucro. Dito dessa forma, o livro que José Saramago escreveu sobre o Alentejo trava um diálogo claro com aquilo que o Neo-Realismo português buscou fazer, fato

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

²¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. São Paulo: Vozes, 1995.

que, aliás, é reconhecido pelo próprio autor quando diz que *Levantado do chão* pode ser considerado como “o último romance do neo-realismo, fora já do tempo neo-realista”.²²

Tendo em vista a consideração de que esse movimento literário desenvolveu-se entre finais da década de 30 e meados da década de 60, por questões cronológicas, evidentemente, *Levantado do chão* não pode ser considerado neo-realista. Contudo, notando-se alguns de seus elementos constitutivos, como o grupo social retratado, é possível detectar a existência de algumas heranças da estética.

De acordo com Alexandre Pinheiro Torres,²³ o Neo-Realismo português é caracterizado pela forma com que os temas sociais – especialmente as questões concernentes às figuras à margem do sistema social e econômico – são tratados. Isso implica que as obras desse período faziam uma abordagem dinâmica da História segundo seus movimentos dialéticos e apresentavam uma análise dos fatores, históricos e econômicos, que levavam alguns à dominação de outros. Com relação à realidade material, os romances neo-realistas a transpunham para o texto literário, oscilando entre a *radiografia* e a deformação da imagem da sociedade. A partir da sua descrição, as obras assinalavam o despertar da consciência dos homens para a luta contra a dominação e, dessa forma, propunham uma transformação social.

Carlos Reis²⁴ aponta que, apesar da multifacetação do movimento neo-realista, é possível delimitar nele três características fundamentais: o privilégio de temas do contemporâneo do escritor; a valorização de uma representação dinâmica, adequada a sugerir a transformação do homem concreto que aspira a um futuro decorrente dela; e a subordinação dessa representação a procedimentos de natureza dialética. Para o crítico, apesar das transformações do vínculo ideológico de seus escritores ao longo das três décadas que durou o movimento, esses aspectos apontam as disposições filosóficas do Neo-Realismo e estiveram

²² Cf. José Saramago apud REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998.

²³ Cf. TORRES, Alexandre Pinheiro. *O neo-realismo literário português*. Lisboa: Moraes, 1977.

²⁴ Cf. REIS, Carlos. *O discurso ideológico do neo-realismo português*. Coimbra: Almedina, 1983.

presentes em toda a sua vigência; fato que evidencia, para ele, a intenção dos escritores do período de escrever uma literatura que servisse como documento de uma época.

Na visão de Mário Sacramento,²⁵ contudo, o valor documental que os escritores neo-realistas pretendiam conferir às suas obras era marcado por um erro doutrinário: o de aderir à tese de que o proletariado era a classe em ascensão. Sem apoios suficientemente concretos que lhes permitissem afirmar a conscientização desse outro social de que era graças ao seu esforço que a pequena burguesia ascendia, os neo-realistas traziam para a ficção imagens do operariado e do campesinato portugueses baseadas em projeções que eles, pequeno burgueses em seu geral, faziam do povo. Na perspectiva de Sacramento, o Neo-Realismo aderiu à imagem de uma classe social consciente, capaz de enxergar as ferramentas necessárias para transformar sua realidade em todos os acontecimentos sociais e seus desdobramentos, e assim criar uma nova conjuntura em que seus desejos e expectativas fossem atendidos, graças ao seu próprio empenho.

Em síntese, segundo a crítica social que se teria desenvolvido em Portugal a partir dos anos trinta, o poder de mobilização e promoção de mudanças na estrutura social só poderia resultar em um processo revolucionário e, para chegar a ele, era necessário que os homens tomassem consciência de que as condições sociais que se apresentavam eram dadas pelo desenrolar dos acontecimentos. Neste aspecto, torna-se evidente a existência nos textos neo-realistas da noção de um *continuum* da história que, como quer o materialismo histórico preconizado por Karl Marx, assume que um processo histórico gera ações humanas, as quais se modificam conforme as situações encontradas pelos homens. Assim, pode-se dizer que o movimento tentou avaliar as condições dos trabalhadores rurais e dos operários portugueses no decorrer do tempo e produzir uma literatura “a serviço” da Revolução, sob um prisma notadamente marxista. Estas seriam as heranças neo-realistas de *Levantado do chão*.

²⁵ Cf. SACRAMENTO, Mário. *Há uma estética neo-realista?* Lisboa: Vega, 1985.

Mediante suas experiências, os personagens criados por José Saramago aprendem que existem momentos e meios adequados para reagir às forças opressoras; os quais incluem, por exemplo, escutar e adotar as lições daqueles que haviam sido coagidos pelo aparato repressivo, a fazer greves e a exigir melhores pagamentos pelo seu trabalho. O traço mais evidente da interseção do romance da obra com o movimento está, desse modo, na evocação da história dos homens condenados a serem figuras à margem da sociedade, ou seja, a retratação de um outro social. Contudo, observando-se a apresentação do romance feita pelo próprio autor na quarta capa da primeira edição, pode-se afirmar a existência de uma percepção distinta da dos escritores neo-realistas sobre o valor documental de seus romances.

Diz José Saramago:

Um escritor é um homem como outros: sonha. E o meu sonho foi o de poder dizer deste livro, quando terminasse: “Isto é o Alentejo”. Dos sonhos, porém, acordamos todos, e agora eis-me não diante do sonho realizado, mas da concreta e possível forma do sonho. Por isso me limitarei a escrever: “Isto é um livro sobre o Alentejo”. Um livro, um simples romance, gente, conflitos, alguns amores, muitos sacrifícios e grandes fomes, as vitórias e os desastres, a aprendizagem da transformação, e mortes.²⁶

Com estas palavras, o autor remete-nos ao fato de que a sua obra é uma *construção* da realidade que se ocupa, sobretudo, dos homens e da revelação dos poderes sociais que se constituem ao longo de sua trajetória. Valendo-se de acontecimentos históricos para mostrar que a conscientização dos homens e que suas ações constituem-se no decorrer dos processos, José Saramago faz de sua narrativa uma ficção aberta ao imaginário e acrescenta a ela a noção de que a palavra não é capaz de dizer tudo. Na medida em que é uma obra que não se quer como documento e que não estabelece nem definições precisas sobre o estatuto social dos trabalhadores portugueses no século XX, nem afirma que mobilizações populares teriam o poder de emancipar o proletariado, ela rompe com o modelo neo-realista de construção literária.

²⁶

Quarta capa in SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. Lisboa: Caminho, 1980.

Em lugar de afirmações, há no romance uma análise da história portuguesa condicionada pelas diversas especulações do autor sobre as conseqüências imediatas dos acontecimentos sobre os modos de agir dos camponeses. Segundo Maria Lúcia Lepecki, essa característica permite afirmar que se trata de um romance que procura introduzir no “inventado (descoberto ou criado?) uma natureza documental que é típica, em primeira mão, apenas do discurso histórico”.²⁷

As divagações de José Saramago sobre a influência dos acontecimentos na conduta dos homens parecem estar alinhadas a um comprometimento assumido pelo autor mais abrangente que aquele adotado pelos escritores neo-realistas: o de enfrentar, racional e moralmente, a realidade, as narrativas oficiais e as justificativas do poder que os meios de comunicação e as correntes de pensamento mantêm e autorizam. Se verificáveis, esses embates novamente aludiriam ao já mencionado papel intelectual do autor, o qual, ainda para Edward Said, pressupõe um ceticismo diante dos seus próprios dilemas pessoais para superar estereótipos e modos de pensar atrelados ao seu tempo e condição social. Superando essas dificuldades, caberia ao intelectual, finalmente, comunicar suas reflexões ao seu público e mostrar a ele qual o seu posicionamento diante dos fatos.²⁸

No caso do que é veiculado por *Levantado do chão*, a resistência em adotar imagens preconcebidas da realidade social parece ser ainda maior por conta do contexto em que se insere; uma época em que, devido ao fim da censura, Portugal estava em uma fase particularmente propícia à multiplicação de representações da cultura e da produção de conhecimento sobre o Estado Novo.

Lincoln Secco, em seu estudo sobre a Revolução dos Cravos, alerta para o fato de que, sob a vigência do Estado Novo, a leitura, produção e acesso a obras de cunho científico e literário foram dificultados, limitando “o intercâmbio científico, especialmente para aqueles

²⁷ LEPECKI, Maria Lúcia. O romance português contemporâneo na busca da história e da historicidade. *O romance português contemporâneo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

²⁸ SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

que desejassem produzir um conhecimento crítico do país”.²⁹ Com o 25 de Abril, lentamente tentou-se recuperar o atraso cultural português, resgatar relatos sobre os mais de quarenta anos do regime salazarista, das Guerras Coloniais, e superar o clima de obscurantismo e estagnação científica pelo qual Portugal passara naqueles tempos.

Boaventura de Sousa Santos endossa tal fato e ressalta que essa superação não foi imediata.³⁰ A repressão ideológica, a violação à liberdade cívica e a atitude hostil à razão crítica foram fatores que impediram o conhecimento da sociedade portuguesa sobre si mesma durante o regime. Após o término da ditadura, as análises sociais que se fizeram sobre Portugal estavam coladas a uma interpretação mais psicanalítica do que sociológica das conjunturas; facilitando por mais algum tempo a sedução a grandes utopias que vinham desde o salazarismo e que englobavam de Dom Sebastião até a própria Revolução.

No conjunto dessas análises feitas *a posteriori*, convém ressaltar o célebre ensaio de Eduardo Lourenço apresentado em 1978 sobre a “Psicanálise mítica do destino português”,³¹ no qual se projetava a imagem de que António de Oliveira Salazar, o ditador português, representava em si e em seu regime as raízes culturais de seu povo.

A “alma lusitana” incorporada por Salazar de que Lourenço fala rejeitava interesses burgueses, era paciente com o desenrolar da história e resignada diante da realidade sociológica da nação portuguesa, e a explicação para sua perpetuação, nas palavras do crítico, era resultado do poder que a figura do ditador exercia sobre o imaginário popular. Salazar era a redenção de um povo perdido entre as marcas de um passado glorioso e um presente cheio de dificuldades, devidas às conjunturas mundiais, como as guerras e a internacionalização do capital. Mas ele conhecia a verve, a “paixão nacional desse mesmo Povo”, e sobre ela se

²⁹ SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004. p. 96.

³⁰ SOUSA SANTOS, Boaventura de. Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

³¹ LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: D. Quixote, 1978.

erigiu, “mais que sobre o tardio terror e a polícia, o seu longo reino, cultivando e impondo como ideal cultural uma exaltação mitificada do nosso passado ou do nosso presente”.³²

Para Sousa Santos, a aceitação de discursos de gênero mítico perpetuava um alheamento, tanto dos críticos quanto do povo, da realidade social e econômica de Portugal. Ainda de acordo com o sociólogo, em discursos desse tipo existia uma tendência ao “esquecimento” de que a superação das adversidades em Portugal apenas ocorreria a partir do momento em que o país se encontrasse consigo mesmo e que tivesse uma noção clara de suas peculiaridades históricas, econômicas e sociais; o que não necessariamente deveria passar pela criação de uma nova identidade para Portugal.

Em termos literários, comparando-se a abordagem do passado de José Saramago à dos escritores neo-realistas, defrontamo-nos com algumas diferenças substanciais no tratamento dispensado à história e à sociedade e elas ampliam a sua discussão tanto no conteúdo quanto na forma. Apesar de ter convivido com os camponeses alentejanos – uma das características fundamentais para a formação também dos autores neo-realistas –, o autor foi além de seus predecessores por conta do momento em que a obra foi escrita.

No período de concepção do romance, as dificuldades em obter-se e publicar textos críticos sobre o regime salazarista começavam a ser superadas, fato que acabou por favorecer José Saramago na extração de questionamentos sobre a Revolução dos Cravos e a massa camponesa. As estratégias artísticas empregadas na construção do romance são um outro diferencial importante em relação aos outros romances neo-realistas. Dada a importância das técnicas de escrita experimentadas pelo autor e o conhecimento por ela esgarçado, dedicamos o próximo segmento ao esclarecimento de como a construção da obra favorece questionamentos mais amplos sobre os significados do 25 de Abril.

³² Op. cit.,p. 55-56.

1.3. A Construção de um Romance Pós-Moderno?

A interrogação sobre os efeitos da revolução é factível na medida em que *Levantado do chão* faz uso de estratégias narrativas que deixam claro que o conteúdo do texto não é estável ou definitivo, como a presença de um narrador que constantemente intervém e comenta o ato de escrever. Por conta disso, estamos diante de uma *metaficção historiográfica*, conceito elaborado e desenvolvido por Linda Hutcheon em *Poética do pós-modernismo*.³³

Segundo Hutcheon, romances desse tipo começaram a surgir por volta da década de 80, especialmente nos contextos culturais norte-americano e europeu, e caracterizam-se por serem “intensamente auto-reflexivos e, mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos”, nos quais “a autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas passa a ser base para seu repensar e sua reelaboração das formas do passado”.³⁴

A teoria é fundamentada na semelhança com que se constroem os discursos ficcional e histórico: por serem discursos, ambos estão inseridos no momento de sua elaboração, e o autor, ao se tornar consciente disso, percebe que tanto na escrita de um quanto na de outro existe o alinhamento do texto a uma determinada circunstância e às suas forças. Com isso, a transposição de um evento histórico para o plano ficcional arrasta para este último os significados que os acontecimentos do passado possam ter havido para o escritor de acordo com a cultura de que ele é proveniente. Isto coloca o conceito de realidade do passado como um problema para a literatura que se convencionou chamar pós-moderna:

[...] embora os acontecimentos tenham mesmo acontecido num passado empírico, nós denominamos esses acontecimentos como fatos históricos por meio da seleção e do posicionamento narrativo. O conhecimento que temos

³³

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

³⁴

Op.cit., p. 21.

deles é mediado pelos seus vestígios no presente, pelo seu estabelecimento discursivo.³⁵

Para Hutcheon, a ficção desprovida dos acontecimentos do passado como os conhecemos é impensável, pois ela, para se estabelecer como uma escrita que pretende reelaborar o discurso histórico, depende das noções prévias que o autor e o leitor têm do período abordado pela obra literária. Nesse ponto, é importante ressaltar a problemática do pensamento que se tem desenvolvido nas últimas décadas sobre o conhecimento histórico.

Em seu estudo sobre os traços da pós-modernidade na ficção portuguesa atual, Isabel Pires de Lima,³⁶ a partir da leitura de Jean-François Lyotard, acentua que uma das características de nossa época é a falência do conceito de História legado pela Modernidade, o qual se costumava entender como uma realização progressiva da humanidade em direção a um fim. Posta como um centro ordenador da experiência humana, a História, em sua acepção moderna, fez com que idéias como o Cristianismo, o Iluminismo e o Marxismo – idéias que Lyotard chama de *grandes narrativas*³⁷ – aprisionassem o modo de entender um determinado contexto, atribuindo-lhe um sentido e legitimando o legado da cultura ocidental. Com a dissolução das fronteiras socioeconômicas nas últimas três décadas, ocorreram a intensificação e o aceleração de trocas, em diversos níveis, de bens materiais e simbólicos. Conseqüentemente, a idéia de que alfândegas, nacionalismos, línguas e ideologias são caracteres que permitem entender e definir um povo e as razões pelas quais se move deixou de ser absoluta.

Na contemporaneidade, a falência desses caracteres significa que as maneiras de se explicar a experiência humana realizadas no passado não são únicas e, dentre as preocupações da pós-modernidade, Pires de Lima destaca as estratégias que valorizam a escrita de um universo particular, as quais visam à construção de narrativas particulares. A ficção, a seu ver,

³⁵ Op.cit., p. 131.

³⁶ Cf. PIRES DE LIMA, Isabel. Traços de pós-modernidade da literatura portuguesa actual. *Revista Semeiar*, n. 4, Rio de Janeiro: PUC – Cátedra António Vieira de Estudos Portugueses, 2002.

³⁷ Cf. LYOTARD, Jean-François. *A Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.

foi contaminada por esse anseio, e a condição pós-moderna, nesse terreno, passou a ser dominada pelo descomprometimento com explicações e conhecimentos estanques:

[...] pensa-se a condição pós-moderna – agora no campo da ficção – por oposição a uma dominante modernista de tipo epistemológica, que integra critérios axiológicos definidos na perseguição de uma verdade e do estabelecimento de um sentido [...]. Esta nova dominante assenta, portanto, no descomprometimento axiológico do sentido, gerador de mundos possíveis e de instabilidades, quer de valores, quer de estratégias narrativas [...].³⁸

Pires de Lima chama ainda a atenção para um dos efeitos provocados pela situação política, social e econômica de Portugal durante a maior parte do século XX – o não-cumprimento do projeto moderno de emancipação. Pensando isso, no âmbito literário, os escritores que procuraram consumá-lo não deixaram de lado a crítica da irracionalidade do período, o que acarretou:

[...] uma certa duplicidade que domina boa parte da nossa ficção: por um lado, a perseguição de uma racionalidade totalizante moderna que explique o passado e que nalguns casos mantém uma vertente projectiva e por outro, a abertura a soluções narrativas e práticas estéticas pós-modernas. Um romance que vive da tensão entre a história e a ficção, estabelecendo a ponte entre a realidade e a literatura, através de formas de mediação muito diferentes das do realismo oitocentista.³⁹

Embora *Levantado do chão* não seja citado pela autora como um dos romances inseridos nessa tendência, acreditamos que, quando José Saramago escreve a história de uma ditadura e de uma revolução, a partir da experiência dos camponeses, ele provoca o seu público leitor a reinterpretar os fatos. Posto que estes foram selecionados e descritos pelo autor segundo critérios subjetivos, fica claro que, tanto no fazer ficcional, quanto no fazer histórico, existem arbitrariedades, as quais comprometem o conhecimento sobre o passado: ambos constituem essencialmente narrativas, cujos elementos obedecem a um conjunto determinado de intenções e tentam justificar a sucessão dos eventos e a evolução do homem

³⁸ PIRES DE LIMA, Isabel. Op. cit., p. 2.

³⁹ Op. cit., p.4.

ao longo do tempo. Assim, como qualquer texto que busque racionalizar o passado, historiografia e ficção são narrativas imperfeitas.

A existência de um metatexto e de uma reinterpretação da História simultâneos fazem com que o romance de José Saramago também se diferencie do romance histórico tradicional. Sua ruptura com o modelo trazido pelo século XIX fica evidente pela escolha do campesinato como protagonista da narrativa e também pela própria discussão do estatuto de verdade que ela tem. Mais além, o narrador deixa explícito que aquele relato sobre a história portuguesa apenas tangencia a realidade e, exatamente por isso, ele é um espaço privilegiado para trazer à baila uma história desconhecida e inverter o valor de alguns dos discursos sagrados ou de comprometimento ideológico.

A esse respeito, Helena Kaufman aponta que, em obras como *Levantado do chão*, *Memorial do convento*, *História do cerco de Lisboa* e *O ano da morte de Ricardo Reis*, o narrador se coloca no mesmo tempo de seu leitor; revelando que existe em sua descrição do passado uma adesão ao tempo presente. Dessa forma, a representação do passado, embora não seja completamente inventada, também não é mimética.⁴⁰ Nesses romances, o autor revê os personagens dignos de nota, que afirmam seu papel de líderes ou mártires por meio de suas intervenções e ações, as quais despontam à revelia das condições que o sistema político, social e econômico impuseram. Com isso, para Kaufman, sugere-se que as figuras de relevo do romance histórico tradicional, como os elaborados por Walter Scott, podem ser outras. A ficção de José Saramago, escrita predominantemente após o 25 de Abril, é, ainda para a autora, “[...] uma reacção contra a visão da História imposta pelo regime salazarista. Por um lado, a sua resposta consiste numa revisão da história pátria, focando o que estava marginalizado, registrando a história ‘menor’ e popular”.⁴¹

⁴⁰ KAUFMAN, Helena. A metaficção historiográfica em José Saramago. *Revista Colóquio Letras*, n. 120, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d. p. 126.

⁴¹ Pires de Lima, Isabel. Op. cit., p. 135.

Note-se ainda que, durante a ditadura salazarista, a historiografia portuguesa preocupava-se quase exclusivamente com os problemas nacionais e era indiferente a bibliografias e análises estrangeiras. Quando tratamos da divulgação do conhecimento científico em Portugal durante a ditadura, percebemos que, somente muito depois da revolução, passou a existir uma preocupação com a denúncia das características repressivas do regime salazarista-marcellista. Ademais, houve uma certa demora em divulgarem-se outros estudos de história sobre o Estado Novo e a Ditadura Militar da autoria de jornalistas, sociólogos e historiadores de tendências marxistas.⁴²

Evidentemente, ao notar que *Levantado do chão* enquadra-se em uma metaficção historiográfica, não estamos tentando dizer que o romance seja essencialmente pós-moderno: ele apresenta *traços* de pós-modernidade. Em segundo lugar, conforme já ressaltamos, nele, o autor faz uso de mecanismos que não são exclusivamente pós-modernos para retratar a visão do povo português no contexto social do século XX.

Ao mesmo tempo em que a obra oferece marcas formais da consciência de seu autor sobre os limites do fazer literário, ela aponta para uma preocupação alinhada à teoria marxista do trato da história de entender os feitos humanos como resultantes da própria experiência e enquadrados em um *continuum*. A preocupação em investigar a permanência de certos pensamentos e estruturas sociais, como quer Fernand Braudel,⁴³ sinalizam para uma outra maneira de lidar com as conjunturas, a qual pode ser atribuída à noção da *longa duração* da História. Segundo esta perspectiva, o passado não é feito exclusivamente de fatos e de eventos que puseram fim a um determinado conjunto de aspectos estruturais e institucionais. As mudanças proporcionadas por alguns episódios, para ele, são referências das quais emergem

⁴² TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal. Séculos XIX-XX: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p.166. v. 2.

⁴³ VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A nova história*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 68-96.

noções-chave para apreender o tempo.⁴⁴ O potencial reformador dos movimentos políticos, embora remeta ao fim de alguns processos, não se confirma em igual medida no âmbito das mentalidades, das crenças e dos procedimentos pessoais dos membros da sociedade civil. Desse modo, para Braudel, em meio a uma mudança histórica, existem, além das rupturas, muitas continuidades.

Ao tratar das mudanças concretas e daquilo que não se alterou, novamente, a abordagem de José Saramago da Revolução dos Cravos choca-se com a realizada por escritores neo-realistas: a leitura do autor do 25 de Abril não está alicerçada, exclusivamente, nos quadros desfeitos ou a desfazerem-se com a deposição do governo ditatorial e também leva em consideração as mudanças efetivas na sociedade portuguesa. Ademais, pelo fato de trazer uma perspectiva mais crítica a respeito do movimento, o autor antecipa aspectos que apenas análises mais recentes sobre a revolução portuguesa levantaram, como as de Lincoln Secco e Kenneth Maxwell.

Os autores de, respectivamente, *A Revolução dos Cravos* e *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal* caracterizaram o 25 de Abril como um movimento que, apesar de ter sido um marco importante da vida política portuguesa, não conseguiu ir muito além de reformas capitalistas. O Movimento das Forças Armadas (MFA), para ambos, foi incapaz de destituir completamente do poder as elites portuguesas e modificar a ideologia das classes dominantes e, pouco tempo depois do movimento revolucionário, assistiu-se ao lento regresso das antigas estruturas ao seio da sociedade. A Revolução dos Cravos, assim, longe de ser uma transformação radical do país, foi um evento que fracassou em seus objetivos a longo prazo e as liberdades apregoadas, uma esperança logo desfeita.

De maneira análoga, em seu cotejo do passado, José Saramago parece resistir a acreditar que o 25 de Abril, por si só, tenha sido capaz de encerrar o domínio de certas

⁴⁴ VOVELLE, Michel. *Ibidem*, p. 68-96.

estruturas sociais. Embora saiba que o evento tenha encerrado determinadas políticas, acreditamos que, ao acentuar a permanência de certos pensamentos e condutas, o autor trata o movimento revolucionário com maior rigor crítico. Tal escolha, evidentemente, implica riscos, como ajuizar, apressadamente, que a obra está eivada pelo pessimismo. Entretanto, a nosso ver, ao pôr-nos em contato com um passado cujos traços fundamentais não estão nos acontecimentos, mas sim sobre as experiências, o romance, mais que falar sobre as transformações políticas pelas quais Portugal passou, de uma perspectiva menos ufanista, fala, sobretudo, dos homens, suas dificuldades e vitórias. Se, em princípio, as primeiras vivências dos Mau-Tempo minam as nossas esperanças de, um dia, os camponeses conseguirem erguer suas cabeças e vozes, ao fim, após terem nos guiado por um imenso labirinto, fazem-nos crer que, do chão, “se levantam as searas e as árvores, levantam-se os animais que correm os campos ou voam por cima dele, levantam-se os homens e as suas esperanças”.⁴⁵ Esta experiência, da qual dificilmente saímos impunes, é o aprendizado a que nos conduz *Levantado do chão*.

⁴⁵

LC, quarta capa.

2. Estado

[...] Estudemos e reescrevamos a história do que fomos. Desenterremos e analisemos as pedras velhas, as instituições caducas, os usos, as linguagens. Façamos arqueologia. Reconheçamos as culturas para que possamos encontrar-nos na cultura e dela partir para novo e sucessivo reconhecimento. Assim, viremos a desenhar o rosto português no esboço do nosso próprio rosto individual, e teremos um novo bilhete de identidade, não falsificado, com a vera impressão digital, a marca do nosso polegar na história sóbria, e por isso exemplar, dos povos.

(José Saramago, 1999, p. 95)

José Saramago recolheu matéria-prima para *Levantado do chão* nas entranhas de uma sociedade em crise. O país, abalado pelos efeitos nefastos do salazarismo, precisava encontrar novos rumos e superar as dificuldades imputadas pelas finanças debilitadas e retardo cultural, cujas saídas ainda estavam nebulizadas. A opressão e manipulação ideológica, heranças de uma época quando a livre expressão de idéias era um acinte, dificultavam ainda mais o autêntico encontro de Portugal consigo mesmo. Neste contexto, em que a dura travessia rumo à construção de uma nação democrática era uma outra agravante, os percalços não se circunscreviam apenas às necessidades de se restituir direitos aos civis: eles perpassavam também pela construção de novos saberes.

No trecho acima citado, retirado de uma crônica publicada pelo autor em 1978,⁴⁶ as estratégias adequadas para a libertação destas amarras revelam-se: era preciso retornar ao passado, buscar em suas ruínas as raízes dos problemas do país para, assim, poder, finalmente, conhecer as peculiaridades de Portugal. A seu ver, estas eram as urgências da época e, ao considerá-las, José Saramago propõe aos seus leitores e concidadãos um mergulho na

⁴⁶ A crônica, intitulada Papéis de identidade, foi publicada originalmente em 28 de maio de 1978, no jornal *Extra*. Em 1999, a Editorial Caminho reuniu este e outros textos do autor no volume *Folhas políticas*.

História. O posicionamento por ele assumido, de que rever os conhecimentos históricos era questão de suma importância, acreditamos, seria também adotado no romance.

Na obra, conforme já tivemos oportunidade de aludir, concorre para a retratação do 25 de Abril a visita a eventos longínquos da História portuguesa. Abarcando-os na narrativa, o escritor ilumina os fatos que teriam levado o país ao totalitarismo e à abertura política. Todavia, ao soerguer as vivências dos alentejanos, ele estaria dando margem a uma outra percepção do passado, na qual as conjunturas políticas e econômicas, não necessariamente, coincidem com mudanças no campo. Contraditórias, em sua essência, as condições sociais apresentadas pela narrativa fazem-nos notar que, mais que grandes avanços, o longo período entre 1910 e 1974 contém como marca constante o peso das exclusões sociais e da violência.

Os personagens sempre tiveram à frente de si obstáculos como a fome, os baixos salários e jornadas exaustivas de trabalho, submetidos a um regime de semi-escravidão. Em contrapartida, os latifundiários podiam sempre contar com a pronta obediência do governo às suas reivindicações e com a proteção contra os impactos acarretados pela inflação e guerras deflagradas no exterior. A rígida estratificação social, que punha a burguesia agrária e os camponeses em extremos e concedia privilégios a um determinado grupo, acentua as disparidades entre as camadas da população. À guisa de exemplo, citamos o seguinte trecho:

O latifúndio tem às vezes pausas, os dias são indiferentes ou assim parecem, que dia é hoje. É verdade que se morre e nasce como em épocas mais assinaladas, que a fome não se distingue na necessidade do estômago e o trabalho pesado em nada se aligeirou. As maiores mudanças dão-se pelo lado de fora, mais estradas e mais automóveis nelas, mais rádios e mais tempo e a ouvi-los, entendê-los é outra habilidade, mais cervejas e mais gasosas, porém quando o homem se deita à noite, ou na sua própria cama, ou na palha do campo, a dor do corpo é a mesma, e muita sorte sua se não está sem trabalho. De mulheres nem vale a pena falar, tão constante é o seu fado de parideiras e animais de carga.⁴⁷

⁴⁷ LC, p. 125.

O favoritismo das classes dominantes, todavia, não é o único elemento a ser sempre ressaltado no romance. Além de descrever as sucessivas formas de governo como sempre preocupadas em fortalecer condições propícias à supremacia econômica dos ricos proprietários, há que se notar que o autor explora, minimamente, a ampla rede de defesa contra as possíveis revoltas no campo, perigosas ameaças ao bom andamento da produção. Por um lado, as barreiras às ações populares eram erigidas por uma série de discursos que tentavam iludir os camponeses a respeito de sua condição. Os sermões do padre Agamedes e as conversas com os capatazes tinham sempre como prédica a rendição de louvores aos patrões, às maravilhas dos governos e o consolo às dores de uma vida de dificuldades intermináveis. Alienantes, eles tinham como função acalmar o povo e fazê-lo crer na justiça daquele quadro. Por outro, havia os dispositivos militares, cujas ferramentas de trabalho, naturalmente mais eficazes, faziam com que os trabalhadores desistissem de lutar por mudanças:

A grande e decisiva arma é a ignorância. É bom, dizia Sigisberto no seu jantar de aniversário, que eles nada saibam, nem ler, nem escrever, nem contar, nem pensar, que considerem e aceitem que o mundo não pode ser mudado, que este mundo é o único possível, tal como está, que só depois de morrer haverá o paraíso, o padre Agamedes que explique isto melhor, e que só o trabalho dá dignidade e dinheiro [...] e se o padre não for suficiente, pede-se aí à guarda que dê um passeio a cavalo pelas aldeias, só a mostrar-se, é um recado que eles entendem sem dificuldade.⁴⁸

Desta breve incursão ao texto, desprendem-se dois aspectos sobre os quais gostaríamos de chamar a atenção. O primeiro é o de que as sucessivas formas de governo e os patrões, como observado, prevaricaram de suas obrigações para com o povo. O segundo, seu correlato, é o de que, a fim de “justificar” sua ausência, eles lançavam mão de recursos como o obscurecimento do raciocínio crítico e a força física. Quer pelo poder de convencimento das falas que eram obrigados a ouvir, quer pelo medo de serem espancados e, até mesmo, mortos,

os camponeses tinham de aceitar as condições que lhes haviam sido impostas. Aparentemente sem saída para resolvê-las, por longos anos, eles permaneciam inertes, contribuindo, de maneira indireta, para que as estruturas de sempre não se alterassem. Diante disso, ao rever o passado português, José Saramago soergue, no romance, a manipulação ideológica e a coerção como marcas contundentes de toda a história do país.

Para aprofundarmo-nos na importância da relação entre ideologia e violência em regimes totalitários, gostaríamos de apoiar-nos no asseveramento de Tzvetan Todorov, em *O homem desenraizado*.⁴⁹ Segundo ele, as atenções dos governos ditatoriais estão voltadas para a sustentação e o reforço de um ideário específico. Para tal finalidade, eles cooptam uma série de instituições, as quais instilam, no povo, os pressupostos ideológicos do regime. Ainda segundo Todorov, devido ao reconhecimento de que nem todos os cidadãos estão satisfeitos com os interesses do Estado, aos olhos de seus representantes, a sociedade estratifica-se, informalmente, em grupos distintos:

No topo, sentam-se todos os membros do aparelho (Partido, Estado, polícia, exército), os privilegiados (...). Na outra extremidade situam-se os inimigos, manifestos ou latentes, escolhidos em função de seus procedimentos pessoais e dos grupos a que pertencem. Enfim, entre os dois, a maioria: a massa, os que se submetem “apenas” aos inconvenientes comuns a todos.⁵⁰

A cisão dos cidadãos em privilegiados e inimigos é relevante, se considerarmos que o Estado pauta-se pela convivência ou discordância do povo com as suas decisões. Reconhecidos os consentimentos e as antipatias a elas, o governo estabelece medidas que eliminem os citados procedimentos pessoais. Estes, que podem pôr em risco a autonomia do governo na regulação social, passam a ser combatidos através de práticas como a repressão, prisão e

⁴⁹ TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁵⁰ TODOROV, Tzvetan. Op. cit., p. 41 – grifo nosso.

extermínio de indivíduos, os quais têm, como finalidade, elucidar ao povo as condutas autorizadas e as condutas proibidas.⁵¹

Louis Althusser já havia observado, em *Aparelhos ideológicos do Estado*⁵², que, para o Estado conseguir fazer com que os indivíduos ajam de acordo com o esperado, ele utiliza-se de instrumentos de controle distintos. Esses instrumentos, chamados por ele, respectivamente, de *aparelhos repressivos* e *aparelhos ideológicos*, mantêm-se pela violência e distinguem-se de acordo com seus modos de ação. Conforme a própria denominação salienta, os aparelhos repressivos são baseados na repressão física e constituem-se, predominantemente, pelos exércitos e prisões. Os ideológicos, por seu turno, baseiam-se na sujeição dos homens ao discurso ideológico dominante, norteados por princípios de sanção, seleção e exclusão. Difundida pelas igrejas, escolas, sindicatos, meios de comunicação, leis e pela própria cultura, a ideologia do Estado penetra, sob diversas formas, na mentalidade do povo, determinando comportamentos.

Claro está que, a par da manipulação ideológica, a violência é uma importante arma para a manutenção das ditaduras. Neste aspecto, não poderíamos deixar de notar a convergência inegável entre as estruturas descritas por Louis Althusser e Tzvetan Todorov e em *Levantado do chão*. A ideologia do Estado é, substancialmente, disseminada pelos discursos políticos e pelos discursos do padre Agamedes. O reforço a ela, por seu turno, é incumbência das forças armadas e dos feitores, que têm amplos direitos de punir, ameaçar e prender aqueles que põem em risco a ordem pública.

Como sabemos, os estudos recentes sobre o regime fascista de António de Oliveira Salazar são bastante harmônicos ao afirmar a presença da manipulação ideológica e da violência durante o Estado Novo. Tendo isso em vista, na medida em que o romance acentua estes traços, em todo o seu decorrer, interrogamo-nos se o autor, ao investir na História de

⁵¹ TODOROV, TZVETAN. *Ibidem*, p.41.

⁵² ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Portugal, estaria atribuindo a outros períodos características do totalitarismo, ou se ele estaria localizando neste período traços dos regimes que lhes foram anteriores.

Sem perder de vista as palavras de José Saramago mencionadas no início deste capítulo, norteadoras da leitura que aqui pretendemos fazer, analisar a história portuguesa a partir de suas rupturas é um modo de se perceber como se tentou pôr fim a circunstâncias críticas para o desenvolvimento da sociedade. Mas, incidindo sobre a permanência de certas formas de pensamentos, condutas e resistências, evidencia-se ainda mais que, na história dos homens, os resíduos deixados por elas parecem resistir ao que se pretendeu mudar. Portanto, buscar reconhecer o presente no passado é um exercício crítico fundamental para aqueles que crêem nas possibilidades de mudanças futuras.

A reflexão a respeito das permanências do passado é ponto de partida para este capítulo. Nele, buscaremos tracejar os pontos de contato e de divergência entre as estruturas da I República e do período ditatorial. Na primeira parte, de viés teórico, procuraremos ressaltar o relevo da ideologia e da violência sobre a manutenção da paz social. Na segunda, nossos interesses recairão sobre as interferências concretas do aparelho militar no Alentejo, nas primeiras décadas do século XX. Na terceira parte, verificaremos sua presença durante o Estado Novo. Os discursos do poder, elencados pela historiografia e pela narrativa, servirão de aporte para verificar a penetração e influência das aspirações das formas de governo nas práticas dos camponeses.

2.1. História e Poder

Refletindo sobre os discursos veiculados ao longo do Estado Novo português, gostaríamos aqui de chamar a atenção para o fato de que um dos pilares do regime era a sustentação do ideal de que Portugal era uma nação onde não existiam lutas de classes. O

governo, segundo Salazar, era capaz de assegurar a toda a população as condições necessárias para uma existência digna. Este discurso, difundido pela igreja católica, pela imprensa e por órgãos propagandísticos, mantinha-se vivo em todas as esferas graças também à presença de órgãos repressores, como a Guarda Nacional Republicana, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e as polícias secretas, as quais se encarregavam de ensinar, pela repressão e pela violência, o monopólio do poder do Estado. Contudo, as práticas coercivas do Estado não se davam apenas no âmbito da violência física aos que se indispunham com o regime. Elas também eram aplicadas sob a forma de censura, especialmente no que diz respeito ao conhecimento crítico do país. Neste aspecto, ressaltamos o caso da historiografia produzida durante o período, campo de conhecimento exaustivamente discutido por José Saramago.

Segundo Luís Reis Torgal,⁵³ todo o conteúdo historiográfico produzido durante o período apoiava-se na sustentação de mitos nacionais. António de Oliveira Salazar havia determinado que o fortalecimento de figuras e dos feitos portugueses deveria presidir à construção do conhecimento histórico. Para o ditador, esta seria a maneira de afirmar o caráter único de Portugal, uma nação onde “não há agitação superficial ou profunda, nem divisão de classes, nem ódios irreprimíveis na grande massa, irmanada [...] na aspiração suprema do engrandecimento nacional”.⁵⁴

Refugiada em uma investigação metódica, narrativa e documentalista, de caráter pretensamente não ideologizante, a historiografia do Estado Novo venerava figuras nacionais como D. Afonso Henriques, considerado o *fundador da Nacionalidade*; Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, que ajudaram a criar o Império; Camões, o *gênio nacional*; e Padre Antonio Vieira, *símbolo da Raça*.⁵⁵ Também erguia os feitos nacionais: a batalha de

⁵³ Cf. TORRAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989.

⁵⁴ Trecho do discurso Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra da Espanha, proferido por António de Oliveira Salazar em 6 de julho de 1937, apud TORRAL, Luís Reis. *O Estado novo: fascismo, salazarismo e Europa*. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: Edusc; Unesp; Lisboa: Instituto Camões, 2000.

⁵⁵ TORRAL, Luís Reis. Op. cit.

Aljubarrota, a Restauração, a vitória contra as invasões francesas, os Descobrimentos. Esconjurava as Revoluções Liberais, sobretudo a Revolução Francesa, a República instituída em 1910 e Marquês de Pombal, *destruidor da Monarquia Institucional*, além de considerar o Tribunal do Santo Ofício grande instituição defensora da fé.⁵⁶

Em nome dos princípios ideológicos que norteavam o seu regime, o ditador português obrigava os historiadores a fortalecerem os ideais nacionalistas e a recuperarem e reproduzirem imagens “legítimas” do país. Para tal, se valeu de um dispositivo legal, o Decreto nº 21.103, do dia 7 de abril de 1932, do qual citamos o artigo 2º:

Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através dos oito séculos de História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da vida social: a Família, como célula social; a Fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional; o Princípio de Autoridade, como elemento indispensável ao progresso geral; a Firmeza do Governo, espinha dorsal da vida política do País; o Respeito da Hierarquia, condição básica da cooperação dos valores.⁵⁷

Ademais, previu a repressão cultural àqueles que se recusassem a ter a postura por ele exigida através do artigo 3º, no qual se dizia que “Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objecto de censura.”⁵⁸

Ao autorizar apenas uma forma de conhecimento histórico – a que afirmava a importância das ações da Igreja católica e da intervenção do Estado sobre a vida em sociedade para o sucesso de Portugal –, Salazar deixava clara a ideia de que, desde sempre, Portugal fora apoiado pela cooperação mútua de todas as instituições. O auxílio da Igreja católica, a autoridade do Estado e a aceitação pacífica dela pelo povo foram, assim, valores a serem difundidos e protegidos pela ideologia salazarista. Quer pelas práticas concretas do governo,

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Artigo 2º do Decreto nº 21.103, apud MEDINA, João. *História de Portugal contemporâneo. Ditadura: O Estado Novo*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994. p. 45-57. v. 2 – grifo nosso.

⁵⁸ Artigo 3º, apud MEDINA, João. Op. cit.

quer pela sua vaporização pelos aparelhos ideológicos, eles se materializaram na vida cotidiana e tornaram-se profundamente arraigados na mentalidade dos portugueses.

No entanto, para compreender a influência da ideologia sobre os pensamentos e práticas, é necessário tecer algumas considerações sobre o conceito. Sabemos que o termo, desde a primeira ocasião em que foi empregado, inspira grandes controvérsias e, por esta razão, delinearemos aqui algumas acepções do termo para, a partir delas, traçar o que entendemos por ele, ainda que precariamente. Posteriormente, discutiremos como o conteúdo ideológico do Estado contamina as condutas de todas as instituições tuteladas por ele e permeia-as.

Andrew Vincent, em *Ideologias políticas modernas*,⁵⁹ aponta que a primeira aparição da palavra data de 1790, quando foi usada pelo filósofo francês Destutt de Tracy para denominar uma ciência empírica de como as idéias se formam nas mentes humanas. Esse primeiro significado de ideologia estava, então, ligado a um estudo fisiológico do cérebro. Após a Revolução Francesa, ideologia passou a designar afiliação ao republicanismo liberal secular; uma conotação pejorativa que implicava a esterilidade intelectual e prática e um radicalismo perigoso e, em uma última acepção da época, uma doutrina política.⁶⁰ Fora do contexto Iluminista, ainda de acordo com Vincent, o termo foi empregado por Karl Marx e Friedrich Engels, em torno de 1840, com a publicação de *A sagrada família ou a ideologia alemã*. Na obra, os filósofos adotaram o conceito de forma a dar-lhe o sentido de ausência de eficácia prática e ilusão e perda da realidade.

A fundamentação do conceito de ideologia marx-engelsiana parte da crença de que a sociedade pode ser interpretada racional e cientificamente e que o seu desenvolvimento está intimamente ligado ao esclarecimento sobre a situação política, econômica e social. Sem descrever toda a teoria de que Marx e Engels valeram-se para chegar a esta delimitação do

⁵⁹ Cf. VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

⁶⁰ VINCENT, Andrew. *Ibidem*, p. 14.

termo, é importante ressaltar que o pressuposto de ambos era compreender que o homem precisava contar com meios para garantir a subsistência e que, para chegar a eles, precisava tecer suas reflexões a partir da prática. Por isso, à medida que o homem se conscientiza de que a sua presença na sociedade é garantida e determinada pelo seu trabalho, ele passa a refletir sobre a sua condição básica de existência e a investigar meios de facilitar e aprimorá-la.

As necessidades materiais humanas apenas eram passíveis de serem satisfeitas se existissem a reflexão e a consciência, ambas alavancadas pelas relações sociais e de troca implicadas pelo trabalho. Para Marx, os homens trabalham com maior eficácia quando estão em grupos nos quais, inicialmente, as tarefas são divididas de acordo com as habilidades particulares de cada um para que o sistema de produção se torne mais eficiente.

A divisão do trabalho material consiste, fundamentalmente, na diferenciação do trabalho mental e do trabalho manual. O primeiro ficava ao cargo dos sacerdotes e intelectuais que, diretamente relacionados aos detentores dos meios de produção, distribuição e troca, exerciam o papel de ideólogos de uma ordem política e econômica – distorcendo a realidade e criando a falsa idéia de que o Capitalismo e o Estado burguês justificavam as desigualdades sociais.

A interpretação da ideologia, delineada por Marx e Engels, até hoje é também bastante controversa, sendo que, em alguns escritos, o próprio Marx sugeriu que ela era uma consciência geral de todos os aspectos do empenho humano – arte e ciência natural – e, em outros textos, sugeria que a ideologia era formada pelas idéias econômicas, políticas e sociais que sustentavam e distorciam a estrutura política e econômica. Contudo, a mantivemos aqui porque foi de sua notação que surgiram as acepções atuais do termo, das quais mencionamos a exposta por Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, em *Ideologia e mobilização popular*.⁶¹

⁶¹ Cf. CHAUI, Marilena; CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Para as autoras, a ideologia pode ser entendida como um “corpo de conceitos, valores e símbolos que incorporam concepções da natureza humana e, assim, apontam o que é possível ou impossível aos homens realizar”⁶². Eles refletem criticamente sobre a natureza da interação humana, os valores que os homens adotam ou rejeitam e prevêm as medidas necessárias que devem ser adotadas para atender às necessidades e aos interesses dos seres humanos. Partindo desta concepção, a ideologia é um discurso que se constrói a partir da experiência social e política dos homens, capaz de representar uma condição e um saber com aspectos de racionalidade e que lhes permite supor que aquelas normas são o real ou sua verdade.⁶³ Desse modo, os discursos que são criados a partir da ideologia constroem, imaginativamente, um saber e um modo de agir que dispensam explicações. Eles são considerados únicos e verdadeiros e, assim, servem de instrumento para estabelecer e justificar comportamentos a serem adotados e conter formas de pensamento contrárias a eles. Por isso, quando aqui dizemos ideologia, estamos pensando-a como um reflexo de tudo o que existe *fora* da consciência dos homens e que tem seus sentidos fixados e aceitos como naturais e inerentes aos fatos por conta de sua incorporação e reprodução em todas as esferas da experiência social.

Pensando no direcionamento que António de Oliveira Salazar pretendia dar à produção historiográfica, torna-se evidente que seus objetivos, ao implementar leis e parâmetros para a escrita, eram os de prevenir o conhecimento de qualquer acontecimento que entrasse em conflito com as suas aspirações enquanto estadista. Neste aspecto, torna-se ainda mais flagrante a relevância dos aparelhos ideológicos, pois, como descrevem bem Todorov e Althusser, são eles os harmonizadores e difusores das aspirações do Estado. Convocados pelos estadistas para fazer o povo reconhecer as vontades da ordem soberana, os organismos responsáveis pela formação intelectual prescrevem os comportamentos desejáveis e

⁶² Op. cit., p. 28.

⁶³ Op. cit.

contribuem para a sua aceitação. Isso nos faz notar que, mais do que em instituições, o poder do Estado assegura-se por meio de práticas discursivas, as quais são direcionadas pelo conteúdo ideológico que o governo pretende afirmar.

José Saramago, quando imerge nas imagens borradas do passado, não está apenas confrontando os fatos e a sua interpretação. Ele enxerga, por detrás do que foi dito sobre os acontecimentos, as marcas da ideologia e, ao reconstruir os episódios, demole velhas crenças e interpretações. A nosso ver, é exatamente contra os valores difundidos durante o regime ditatorial que o autor volta-se na crônica já mencionada e também no romance. Para consubstanciar o que aqui dissemos, passemos à análise de “Papéis de identidade”.

Nela, o autor parte da crítica ao fato de que, mesmo após o esfacelamento do poder de António de Oliveira Salazar, os discursos defendidos por parte da elite cultural portuguesa continuavam a reverberar, anacrônica e erroneamente, os certames de antes. Estes discursos, lucidamente confrontados em *Levantado do chão*, veiculavam a idéia de que os insucessos de Portugal, após a transição de um Estado totalitário a um Estado democrático, eram devidos a uma crise de identidade. Veiculada tanto pelos intelectuais, quanto pelo próprio governo português, a crise, para aqueles que a defendiam, estava assentada no fato de que a grandiosidade do povo português – sua identidade – havia se perdido com o fim do Império Colonial.

Em lugar de uma análise mais apurada dos acontecimentos que levaram o país a dificuldades em diversos setores e à Revolução dos Cravos, os intelectuais portugueses isentavam-se do trabalho com dados mais próximos da realidade que se apresentava e insistiam em retomar muitas das imagens produzidas ainda durante o Estado Novo. Como exemplo, no período valorizavam-se as idéias de que o povo português era, conforme António Quadros, “avesso a grandes ilustrações, a grandes idéias que ultrapassam o sentido humano”, com um espírito que resiste a qualquer grande projeto nacional; a de ser o português um povo

que, para Miguel de Unamuno, diferente do espanhol, era um polvo; ou ainda, para Eduardo Lourenço, “um rebento incrivelmente frágil para ter podido aparecer e misteriosamente forte para ousar substituir”.⁶⁴

O excesso mítico desses discursos, para Boaventura de Sousa Santos:

[...] manifesta-se na arbitrariedade e selectividade com que manipula a história do país e na relação telescópica que estabelece com as transformações sociais, políticas, económicas e culturais do sistema mundial de que Portugal faz parte. Decidindo a seu bel-prazer o compromisso que lhe convém com a realidade sociológica passada e presente do país, é-lhe fácil assumir um carácter geral e abstracto, declarar-se evidente e decretar o futuro [...].⁶⁵

Na crônica em questão, o discurso desvinculado de uma análise efetiva do contexto social, histórico e cultural é colocado como ponto crítico da sociedade portuguesa, quando José Saramago declara que os portugueses foram ensinados, desde a escola primária à universidade, “a decorar e usar a identidade, conveniente: ‘Aqui é Portugal’, oitocentos anos de história, coração pelo mundo em pedaços repartidos, heróis do mar, nobre povo (...)”.⁶⁶ Com o fim do Império Colonial e a Revolução dos Cravos, o país, cujo passado era exaltado, “achou-se (...) sem identidade, quer dizer, sem saber quem seja, donde veio, para que existe, transformado, para empregar a velha e ilustre imagem, em nau à deriva”.⁶⁷

A passagem de uma imagem a outra, justifica Saramago, não era resultante da perda do poderio econômico que Portugal teve em seu passado. Na verdade, essa imagem de nau à deriva era útil ao poder na medida em que ele não havia conseguido pôr fim aos problemas do país e, para acalmar o povo, sustentava que as crises enfrentadas pelas classes trabalhadoras do país eram reflexo da independência das colônias africanas:

⁶⁴ As citações de António Quadros, Miguel de Unamuno e Eduardo Lourenço foram extraídas do ensaio *Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal*, da autoria de Boaventura de Sousa Santos. In: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994. p. 54-55.

⁶⁵ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Ibidem*, p.57.

⁶⁶ SARAMAGO, José. *Folhas políticas*. Lisboa: Caminho, 1999. p. 94.

⁶⁷ *Ibidem*.

Será assim? Saberá hoje Portugal menos de si do que quando uns tantos portugueses exploravam, em grau máximo, ou mínimo, as colónias? Foi Angola, afinal, o denominador comum de Trás-os-Montes e Alentejo? Passou pelo Lourenço Marques de então ou por Bissau o diálogo fraterno entre trabalhadores e patrões? Há grande hipocrisia nessas perguntas, não hipocrisia minha (...), mas de quem instituiu e prolonga modos de comportamento que, invisivelmente, assentavam naqueles pressupostos.⁶⁸

Avaliando a crítica aqui feita aos discursos do governo, não haveria uma consonância entre a fala de Boaventura de Sousa Santos e José Saramago, quando ambos dizem que o governo aceitava as guerras de independência como justificativa comum a todas as crises que eclodiram em Portugal, especialmente a do campo, com a Revolução dos Cravos?

O governo português, segundo a crônica, apoiou-se na “fantasia geopolítica” de que eram as colônias que mantinham os portugueses unidos, para ausentar-se em relação aos conflitos entre os trabalhadores e proprietários de terra. Dessa forma, o seu silêncio justificava-se por aquela crise, a da identidade portuguesa, considerada pelo Estado de maior urgência. Em outros termos, o discurso amplamente utilizado da crise de identidade estava relacionado à sua tentativa de conferir àquela situação um certo grau de ordem e certeza que, de outro modo, poderia ser entendida como caótica e perigosa. Assim, a “manutenção actualizada dum desidentificação histórica”⁶⁹, sustentada pelo poder e disseminada pela mídia, alienava o povo de um conhecimento efetivo do passado, sem o qual, segundo Saramago, seria impossível a conscientização dos portugueses sobre seus reais problemas.

Sabedor dos impedimentos provocados por uma consciência histórica forjada pela ideologia do poder, José Saramago propõe, em sua crônica, que a desalienação do conhecimento histórico passa por uma análise mais cuidadosa de seu legado. Passa, assim, por uma interpretação dos fatos que se dá a partir do rastreamento do passado, cujas bases não são a história caudatária dos ideais de grandeza do povo português, a que o salazarismo, insistentemente, recorreu.

⁶⁸ SARAMAGO, José. *Folhas políticas*. Lisboa: Caminho, 1999. p. 94.

⁶⁹ SARAMAGO, José. *Ibidem*, p. 95.

A leitura crítica do passado e a discussão sobre seus reflexos no presente, estabelecidos pela crônica como medidas prioritárias naquele momento, fazem-nos pensar que este texto, apesar de ser de gênero e contexto diferentes da obra por nós analisada, sinaliza aquilo que nos parece central no romance: o descortinamento dos efeitos do autoritarismo e dos discursos largamente difundidos pelos aparelhos de informação e educação. Conscientizando o seu público leitor da necessidade de uma mudança de postura ante ao passado, José Saramago estaria, novamente, exercendo seu papel intelectual e empreendendo uma jornada consciente ao passado, para a qual levaria, como bagagem, a resistência às imagens cristalizadas pelo poder. Não obstante, tal posicionamento faz-nos notar um ponto de contato com o questionamento lançado por Michel Foucault sobre o aprisionamento dos homens pelos saberes instituídos.

Em *Vigiar e punir*⁷⁰, Michel Foucault frisa que “não há constituição de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder”.⁷¹ Com estas palavras, a suposta neutralidade da ciência e dos discursos científicos e a concepção de que a ciência está dissociada de qualquer disputa pelo poder são desafiadas. Ao reconhecer os vínculos entre saber/ poder, Foucault lança a ciência e todos os saberes a uma relação de múltiplos interesses, inerentes aos rearranjos das conformações de poderes que se dão, a cada momento, em nossa sociedade.

Sua analítica dos saberes científicos desdobrou-se sobre diversos campos do saber, tais como: a Medicina, o Direito, a Sociologia, a Lingüística, a Psicologia, a Pedagogia, a Política, a Filosofia. Todos eles foram investigados por Foucault através de uma pesquisa eminentemente histórica, e constantemente direcionada para a sua interpenetração nos indivíduos, seus hábitos, instintos, pulsões, sentimentos, emoções. Esta análise, centrada na corporeidade de cada indivíduo, configurou-se como a *microfísica do poder*. Ao ter como

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. São Paulo: Vozes, 1995.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. *Ibidem*, p. 29-30.

foco central a investigação do alcance de tais discursos, Foucault busca dissecar o alcance de tais discursos sobre os indivíduos enquanto mecanismos de controle e normalização de condutas, dispersos em toda a rede social e acentua as lutas e confrontos inerentes a tais saberes, no processo de produção de poder.

Para chegar a tais conclusões, Foucault recorreu a um método de análise, denominado arqueologia, “uma técnica que nos permite libertarmo-nos desses velhos fundos de crença que nos fazem imaginar que temos diretamente acesso aos objetos”.⁷² Utilizada em *Vigiar e punir*, a arqueologia foucaultiana consiste em perceber aquilo que está por trás dos acontecimentos, tal qual os conhecemos, não é uma realidade única. O que sabemos a respeito deles são apenas as práticas que se sobrepuseram às demais, sem que, com isso, outras não houvessem existido.

Paul Veyne, em *Como se escreve a História*, descreve bem um exemplo daquilo em que consiste a arqueologia foucaultiana:

Em vez de acreditar que existe uma coisa chamada “os governados” relativamente à qual os governados se comportam, consideremos que os “governantes” podem ser tratados seguindo práticas tão diferentes, de acordo com as épocas, que os ditos governados não têm senão o nome em comum. Pode-se discipliná-los, isto é, prescrever-lhes o que devem fazer (se não há nada prescrito, eles não devem se mexer); pode-se tratá-los como sujeitos jurídicos: certas coisas são proibidas, mas, no interior desses limites, eles se movimentam livremente; pode-se explorá-los, e foi o que fizeram muitas monarquias: tendo se apossado de um território povoado, como teria feito com uma pastagem ou com um lago piscoso, o príncipe requisita, para viver e para exercer seu papel de príncipe entre outros príncipes, uma parte do produto da fauna humana que povoa esse domínio. [...] Em todo caso, não atormenta os seus súditos, não pretende forçá-los à salvação eterna, nem conduzi-los a grandes empreendimentos: deixa que ajam as condições naturais, que seus súditos trabalhem, se reproduzam, prosperem mais ou menos de acordo com as boas e más estações. [...] Bem entendido, subsiste o fato de que o príncipe é o proprietário e que os súditos não passam de uma espécie natural que vive na propriedade.⁷³

⁷² FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2007.

⁷³ VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. da UnB, 1998. p. 244.

O trecho, apesar de inconvenientemente longo, demonstra que a exigência de Foucault no trato com a história era a de descrever aquilo que um imperador faz, sem que existissem pressuposições como a existência de uma causa material, como os governados, as relações de produção, o Estado ou de um tipo de conduta, como a política e a despolitização.

Para Foucault, escolhas banais, como, por exemplo, adotar certas ferramentas de trabalho ou obedecer a determinadas regras, não são feitas em função da consciência dos homens daquilo que fazem. Ao contrário, elas são determinadas por um interesse específico, aos quais os homens apenas reagem. Deste modo, atribuir às ações humanas uma razão, como uma ideologia, significa interpretar as práticas a partir de uma matéria determinada, a qual nunca nos conduzirá ao entendimento dos fenômenos, ao que faz o povo relacionar-se com o governo, ou, ao contrário, o que faz essas relações se romperem.

O método, portanto, constitui em compreender que os fatos, como os concebemos, são objetivações de práticas determinadas cujos parâmetros devem ser evidenciados. Apenas conhecendo-os, segundo Foucault, o homem é capaz de perceber que a sua situação é resultado daquilo que foi feito em sua época, e não como algo que vinha sendo determinado desde os primórdios.

A partir dessas colocações, somos levados a pensar que a manutenção de um certo estatuto social é derivada de uma relação complexa de transferência de responsabilidades de um nível da sociedade ao outro: se no topo da estrutura do ordenamento social está o Estado, o qual estabelece regras e limites de conduta, quem mantém sua autoridade é o povo, que compactua com as suas predisposições.

Retornando à crítica de José Saramago aos saberes disseminados após a Revolução dos Cravos e à sua reconstrução de episódios importantes da vida social portuguesa, aventamos a hipótese de que, ao lidar com o passado, o autor estaria também empreendendo um método arqueológico. No plano da crônica, o autor torna explícitas as necessidades de

desatrelar do presente as percepções do passado, porque elas estariam impedindo o povo de agir de maneira condizente com as urgências daquele momento delicado.

No âmbito do romance, o autor evidencia, por meio das lutas diárias da massa camponesa, a sordidez de determinadas condutas do Estado, que, desde sempre, impediam aqueles alentejanos de conquistarem seus direitos a uma vida mais justa. Suas limitações, em larga medida, deviam-se às estruturas seculares de opressão. Submetidos a elas, os personagens permaneciam em estado de inércia, colaborando para que se consolidassem aquelas amarras. Em contrapartida, em alguns momentos, a consciência dos trabalhadores era despertada, implicando a adoção de algumas medidas contra o poderio dos patrões. Mediante estas posturas antagônicas, ficam-nos duas perguntas: quais foram os motores para as mudanças de conduta dos camponeses; e se elas teriam sido suficientes para provocar rupturas definitivas.

2.2. Alicerces da Autoridade Armada

Os paramentos militares constantes em toda a história portuguesa e também abordados pelo romance são uma dessas estruturas que persistem e que aquiescem os homens em suas lutas. Eles surgem no romance no quinto capítulo, quando a República é instaurada, e ao longo dos vinte e cinco capítulos que se seguem, são os organismos designados para conter qualquer forma de agitação popular.

O episódio que inaugura a presença da componente violenta do Estado é decorrente de uma petição escrita por um grupo de trabalhadores a Lamberto, na qual reivindicavam o aumento de seus salários. O latifundiário, temeroso dos desdobramentos que ele poderia ter,

solicitou à guarda que desse um passeio pela herdade “mais bem provida de gente”⁷⁴, a fim de fazer claras as leis de seu território.

Na cena, a qual desenvolveremos em duas partes, revela-se o rigor extremado da sanção aplicada pelos homens do Tenente Contente:

À vista está a herdade escolhida, e o tenente Contente manda desdobrar o esquadrão em linha de carga, e, à ordem do cornetim, a tropa avança lírica e guerreira, de sabre desembainhado [...] e quando os camponeses saem das casas, dos palheiros, dos lugares do gado, recebem no peito o peitoral dos cavalos e nas costas por enquanto pranchadas, até que Ferrabrás, excitado como boi picado de mosca, roda o punho do sabre e cerce, corta, talha, pica, cego de raiva, porquê não sabe.⁷⁵

A descrição minuciosa do narrador, que acompanha a cena como se ali estivesse presente, avulta a truculência dos soldados, permitindo que a liberdade irrestrita de ação da guarda seja denunciada. O destaque às ações de Ferrabrás, que, movido pela raiva, maneja a espada de forma gradativamente mais violenta, acorda-nos para uma insensatez e violência que, entretanto, não são características exclusivamente suas: são de toda a tropa que, por representar o governo, faz da insensatez e prontidão do Estado em atender os Bertos uma marca do primeiro decênio do século XX.

A segunda parte da cena descreve os desdobramentos do passeio dos homens do Tenente Contente. Trinta e três camponeses são presos e levados a Lisboa, amarrados por cordas, e a maneira com que a ação é conduzida deixa ainda mais transparente a necessidade da guarda para que se mantivesse paz no campo:

[...] e agora passa-se à segunda fase do plano de batalha, é ir por montes e montados em rusga e caça aos trabalhadores que andam incitando os outros à rebelião e greve, deixando os trabalhos agrícolas parados e o gado sem pastores, e assim foram presos trinta e três deles, com os principais instigadores, que deram entrada nas prisões militares. Assim os levaram, como a récuca de burros albardados de açoites, pancadas e dichotes vários [...].⁷⁶

⁷⁴ LC, p.35.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ LC, p.35.

A prisão dos homens apóia-se na projeção feita por Lamberto do que poderia resultar da reivindicação feita por eles. Os trabalhos no latifúndio, ao contrário do que diz o narrador, não haviam sido cessados e, por isso, nota-se no trecho o vínculo de sua fala à do poder, para o qual a violência seria aplicada sempre que houvesse o menor indício de prejuízo. Transitando entre as motivações da guarda e as motivações de Lamberto para que tal atitude fosse possível, a voz narrante clarifica a ausência de limites de cada uma das partes, visto que uma atitude como aquela só poderia ser compreendida porque estava inserida no conjunto das muitas “histórias barbarescas, século quinze, não mais”,⁷⁷ dos tempos de Lamberto Horques Alemão.

A remissão à Idade Média é um vestígio importante do ajuizamento que se pretende tecer em relação à história recente de Portugal. Se o narrador acompanha de perto o encontro da guarda com os trabalhadores no campo, sem qualquer menção crítica, remetendo inclusive a uma adesão ao fato narrado pelo uso do tempo presente, na condução dos trabalhadores à prisão, o distanciamento temporal é marcado pelo pretérito, tempo verbal que é típico dos relatos históricos. Abrangendo duas épocas tão distintas a partir de seu traço peculiar – a intolerância oficial aplicada contra os homens que se revelam contrários às condições de vida estipuladas –, a arqueologia do primeiro decênio do século XX parte de uma associação com os Tribunais do Santo Ofício, que castigavam e queimavam em praça pública os feiticeiros e descrentes com a intenção de mostrar o fim destinado àqueles que ousassem desobedecer aos padrões estabelecidos.

Reconhecida pela sua intolerância às divergências, pelo enriquecimento baseado na exploração dos mais pobres e pelo autoritarismo dos reis e dos tribunais inquisitoriais, a Idade Média é um cronotopos revelador da intransigência dos poderosos a pensamentos e posturas

⁷⁷ LC, p.35.

contrárias ao instituído. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro,⁷⁸ no período, as instituições prezavam pela hegemonia da aristocracia sobre a sociedade civil, o Estado delegava plenos poderes aos seus reis e a Igreja não hesitava em castigar em praça pública todos os homens que se demonstrassem, de algum modo, em desacordo com o que ela pretendia.

As cenas descritas, cujo destaque às ordens obedecidas pela guarda revelam sua subordinação ao Estado, e o comentário irônico, que julga aqueles fatos incoerentes com a I República, inegavelmente, fazem reviver, no século XX, a coerção física como estratégia indispensável à ordem. Ainda, fazem-nos notar que pensamentos divergentes, por mais inocentes que fossem, desde tempos imemoriais, representam riscos ao poder e devem ser proibidos.

Os camponeses, ao redigirem sua petição a Lamberto, pedindo melhores salários, não tinham dimensão do que seu gesto significava e as conseqüências da súplica, como vimos, foram desproporcionais ao ato. Já para o latifundiário, para o qual a carta significou “um vento mau de insurreição, um rosnar de lobo acuado e faminto que grande dano causaria se viesse a transformar-se em exercício de dentes”,⁷⁹ convocar a guarda contribuiria para que não houvesse reincidências. Seus interesses seriam preservados, livrando Lamberto dos incômodos trazidos pela chegada do período republicano. Estes, segundo revela a História, foram muitos.

De acordo com Rui Ramos,⁸⁰ em 1910, antes de se instalar a República, além dos impostos, greves de tecelões, corticeiros, garrafeiros e tanoeiros por melhores salários colocaram o país em rebuliço. Do lado dos burgueses, classe em que se incluíam os proprietários de terras e de empresas e homens que viviam de rendimentos, a frustração havia

⁷⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil colônia: os cristãos novos e o mito da pureza do sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 179.

⁷⁹ LC, p.35.

⁸⁰ Cf. RAMOS, Rui. A segunda fundação. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 19-?. v. 6.

sido acarretada pela falência do Banco Crédito Predial Português, que além de administrar os bens dos investidores, negociava sobre o valor das propriedades.

Os membros do Partido Republicano Português aproveitaram-se do quadro caótico para alardear na imprensa a necessidade de findar o regime monárquico, de a classe operária ser representada no Parlamento, da instrução formal do povo e de reformas democráticas urgentes. Disseminando ideais “vermelhos” e promessas de melhorias de vida, os republicanos ainda criam que seria necessário que todas as camadas da população se unissem para, juntas, derrubarem o governo e, assim, civis e militares foram convocados para tomar as ruas no dia 4 de outubro de 1910.

Contudo, a participação militar foi pequena, sendo sua maior contribuição a promessa – cumprida – de não interferir no movimento revolucionário. Sem armas suficientes e com apoio de poucos civis, a revolução de 4 de Outubro não ocorreu e, para implementar o regime, os dirigentes do Partido Republicano tomaram a Câmara Municipal de Lisboa e declararam que Portugal havia se tornado uma república, divulgando-a por telégrafo e telegramas.

Em seus primeiros meses, a democracia, além de enfrentar as disputas pelo poder dentro do próprio Partido, deparou-se com um grande número de greves de trabalhadores. Em novembro de 1910, as greves dos funcionários dos elétricos, do gás, dos padeiros, sapateiros e ferroviários, que exigiam a jornada diária de oito horas de trabalho, aumento de salários e férias remuneradas, foram violentas e fizeram com que o governo republicano, catorze dias após ter sancionado a lei das greves no segundo dia daquele mês, fosse obrigado a retroceder: num comício no Rossio, as greves foram declaradas como prejudiciais à República e passaram a ser proibidas.

Com a sociedade em polvorosa, o governo viu-se obrigado a criar uma força armada auxiliar que defendesse o novo regime das agitações populares, surgindo assim a Guarda

Nacional, formada por cerca de duzentos homens do Exército e que, após o 5 de Outubro, incumbiu-se de pôr ordem às agitações populares.

O cerceamento dos direitos democráticos em nome da manutenção da ordem revelou assim o conflito da conduta dos republicanos com aquilo que os levou a combater o regime que não representava e que não se interessava pelas maiorias. Ademais, a desordem dentro do Governo Provisório e a ausência de políticas que satisfizessem a população acabaram por reforçar algumas condições do passado, tão veementemente combatido pelos republicanos.

Em *Levantado do chão*, a chegada da I República é assim caracterizada:

Então chegou a república. Ganhavam os homens doze ou treze vinténs, e as mulheres menos da metade, como de costume. Comiam ambos o mesmo pão de bagaço, os mesmos farrapos de couve, os mesmos talos. A república veio despachada de Lisboa, andou de terra em terra pelo telégrafo, se o havia, recomendou-se pela imprensa, se a sabiam ler, pelo passar de boca em boca, que sempre fora o mais fácil. O trono caíra, o altar dizia que por ora não era este reino o seu mundo, o latifúndio percebeu tudo e deixou-se estar, e um litro de azeite custava mais de dois mil réis, dez vezes a jorna de um homem [...].⁸¹

Para além da miséria dos trabalhadores rurais, fica aqui também o registro da isenção de responsabilidade do Estado sobre o quadro social, pois ao permitir que a massa camponesa não tivesse condições mínimas de subsistência, o governo se ausentava das decisões sobre as práticas salariais e não investia sequer em uma assistência à massa camponesa.

Em vez disso, o Estado empenhava-se em assegurar aos Bertos uma estrutura que os amparasse de qualquer aborrecimento financeiro, permitindo a eles que, por meio da guarda, a ordem se mantivesse em suas terras quando os feitores e seus chicotes não fossem suficientes para conter a rebeldia dos alentejanos de, por vezes, pararem os trabalhos e trocar palavras timidamente durante a jornada.

⁸¹ LC, p. 33 – grifos nossos.

A guarda, com o intuito de reprimir os camponeses, deu o mencionado passeio na herdade de Lamberto. Entretanto, os *malandrins*, *sediciosos* e *malfeitores*⁸² – adjetivos atribuídos aos camponeses, quando o narrador assume o posicionamento da guarda – tinham como único desejo, antes de serem atacados pelos cavalos do Tenente Contente, de que seus ganhos fossem suficientes para acalmar a fome. Todavia, mesmo antes da ação, tal consciência não existia, tanto que, quando redigiram a carta, cuidaram para que nela fossem notadas “as novas alegrias portuguesas e esperanças populares filhas da república”;⁸³ incorporando-se assim à sua fala um discurso construído e despachado pelo telégrafo. Plenamente alienados, pois não sabiam exatamente do que estava se passando à sua volta, mas, mesmo assim, tachados como subversivos, os empregados de Lamberto passaram a ser alvo de ações repressivas e, daquele momento em diante, seriam vigiados pelo poder e estariam impossibilitados de agir de maneira mais incisiva contra a exclusividade dos latifundiários na gerência de suas vidas.

No registro sobre o primeiro decênio do século XX, José Saramago optou por desvelar as incoerências de um governo que se propôs a representar e atender a todas as camadas da população. Ao evidenciar a intervenção do governo pelos seus gestos repressivos, pela violência da guarda e pela proteção aos Bertos, as discrepâncias entre as intenções e as práticas tornam-se latentes. A demagogia, bem como a leviandade do Estado para com seus representados, como veremos adiante, não são, todavia, elementos que existiram, unicamente, no passado.

⁸² Conferir passagem da p. 36: “[...] e a carruagem fechada em que são transportados os malfeitores [...]”, “[...] fitam nervosos os rostos duros e sujos dos cinco malandrins [...]”, “[...] Calem essa boca, sediciosos [...]”.

⁸³ LC, p. 34.

2.3. Autoritarismo Institucional

A república em Portugal teve seu fim em 28 de maio de 1926, quando, através de um golpe militar, o general Gomes da Costa assumiu o poder. Com o objetivo de restabelecer a ordem política e econômica do país, que fora perturbada pela troca de governos, pela corrupção e pela instabilidade econômica agravada pela participação do país na Primeira Guerra Mundial, retiraram-se das cadeiras do poder os membros do Partido Republicano e convocou-se a elite militar para controlar a nação.

Em 1928, o renomado professor da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, foi convocado a assumir a pasta das finanças, cargo que aceitou sob a condição de que pudesse controlar absolutamente todos os gastos ministeriais, inclusive o poder de vetá-los. Quatro anos depois, em decorrência de sua eficiente forma de reger as finanças do país, Salazar passou à presidência do conselho de ministros de Portugal, ampliando também sua interferência nos aspectos políticos e militares do país.

No ano de 1932, criou-se uma outra Constituição do país, que passou a vigor em 1933. Fortemente influenciada por Salazar, nela se previa a existência de um único partido de oposição, a União Nacional Libertadora, a qual coligava republicanos, monarquistas e membros da sociedade civil, notadamente aqueles que nutriam simpatia ao fascismo. Dessa forma, a nova carta constitucional favorecia a manutenção da ditadura de um único partido e Salazar passaria a determinar, livremente, todas as políticas desenvolvidas durante o regime ditatorial, confirmando a sua soberania sobre o Estado.

Embora seu programa político fosse pouco claro, ele se fundamentava pela transformação de Portugal em um Estado corporativo, de intervencionismo econômico e social e assentado sobre o imperialismo colonial, tendo em vista a estabilidade econômica, social e política do país.

Por Estado corporativo, Salazar entendia que a organização política e social do país seria baseada em organismos ou instituições naturais, como a família, a Igreja e outras unidades de carácter económico e social, como os latifúndios. Essas instituições representavam os verdadeiros interesses da nação portuguesa e, ainda, não permitia espaço para que outras formas de organização social se avolumassem.

No plano das intervenções económicas, o Estado assumiria o compromisso de estabilizar a moeda, controlar os preços, aumentar as exportações e reger as relações de trabalho, contendo e disciplinando os movimentos sindicais, bem como os custos do trabalho.

Em respeito às colónias, Salazar fundamentou e legitimou a ocupação do território africano e impôs a elas a exclusividade de relações comerciais, económicas e políticas com Portugal, impedindo também que em seu interior se estabelecessem indústrias estrangeiras ou mesmo nacionais.

À parte das práticas referentes ao ultramar, no interior de Portugal, Salazar recorreu a diversas maneiras cerceadoras da liberdade de organização de seus concidadãos. Sob a pecha de serem elementos desagregadores da organização política e harmonia social do país, em 1926 proibiu-se a existência de sindicatos e impôs-se que em qualquer reunião de trabalhadores houvesse a presença de representantes da autoridade estatal. No mesmo ano, o governo fechou também a sede do Partido Comunista Português, tornando-o ilegal, e perseguiu seus membros.⁸⁴

Estes organismos, por terem ideologia oposta à de Salazar, contrariavam os seus interesses de fazer a nação portuguesa enriquecer através do trabalho. Para o líder político do país, essa era a única maneira de se conquistar a lucratividade, que poria fim à miséria do país

⁸⁴ ROSAS, Fernando. Estado novo. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 19-?. p. 260. v. 7.

e, conseqüentemente, traria novamente a paz social e política a Portugal. Por isso, sindicatos foram fechados e o Partido Comunista Português, considerado ilegal.⁸⁵

Por conta da Guerra Civil Espanhola e das relações dos anarquistas portugueses com os membros dos países vizinhos, o patrulhamento do Estado sobre as organizações populares intensificou-se. O governo temia que os trabalhadores aprendessem novas táticas para conquistarem as jornadas de oito horas diárias, descanso semanal e salário mínimo sofisticassem-se e aprimorou o sistema de justiça política. Como exemplo, foi instituída a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), a qual concentrava poderes irrestritos para a manutenção da ordem. Além dela, reforçou as práticas de censura na produção de conhecimento, modificou as escolas e passou a tutelar as artes, os espetáculos e todas as formas de promoção cultural.

Estes aspectos da política salazarista, apesar da brevidade com que tratamos deles, permitem afirmar a natureza autoritária e repressiva do Estado Novo, reforçando também as contradições entre aquilo que se pretendia com a sua implementação e a realidade que se apresentou ao longo dele.

Erguendo e autorizando barreiras fortes ao desenvolvimento livre do povo, Salazar, que tanto prezava pela manutenção de um Portugal que se fez grande desde as Navegações, permitiu que no país continuassem a existir outras estruturas datadas do século XV e XVI: a imobilidade social, a intolerância e a vassalagem do povo aos interesses dos latifundiários.

A chegada dos militares ao poder, em *Levantado do chão*, é abordada de maneira análoga ao momento em que se instituiu a República, isto é, sem que o povo soubesse do que se tratava. O narrador refere-se ao golpe de Gomes da Costa como uma tempestade anunciada, porém inofensiva:

⁸⁵ ROSAS, Fernando. *Ibidem*, p. 238.

Vem aí uma época de grandes tempestades, umas que virão com seu estrondo natural, outras de mansinho, sem disparar um tiro, vindas de Braga que é longe, mas destas só haverá real notícia mais tarde, quando já não houver remédio [...].⁸⁶

Com efeito, durante os dez anos compreendidos entre o golpe de Gomes da Costa e a assunção do poder por Salazar, não existem elementos que determinem transformações na vida no latifúndio: pesadas rotinas de trabalho, fome, desemprego e baixos salários continuaram a fazer parte do cotidiano dos alentejanos. Entretanto, se até então, a guarda e os Bertos faziam o governo republicano audível no latifúndio, em meados da década de 30, as vozes do poder levantaram-se e espalharam-se por toda a parte, com mais vigor. Por necessidade de controlar os rumores da Guerra Civil espanhola, o governo intimou todos os camponeses a irem a Évora, onde assistiriam a um comício em favor do nacionalismo e contra o comunismo.

Nele, seria declarada a oposição *natural* dos portugueses aos “vermelhos”, porque Portugal era uma nação cristã e onde os patrões e trabalhadores cooperavam mutuamente entre si na partilha dos lucros do trabalho. Torna-se também conhecido, nesta ocasião, o nome de Salazar, “o génio que consagrou sua vida ao serviço da pátria, contra a barbárie moscovita, contra esses comunistas malditos”.⁸⁷

A partir dos discursos com os quais o ditador e sua política tornaram-se conhecidos, o narrador delinea os ditames do Estado Novo:

[...] Estamos aqui reunidos, irmanados no mesmo patriótico ideal para dizer e mostrar ao governo da nação que somos penhores e fiéis continuadores da grande gesta lusa e daqueles nossos maiores que deram novos mundos ao mundo e dilataram a fé e o império [...].⁸⁸

[os comunistas] matariam os vossos pais, que violariam as vossas esposas e filhas, que mandariam os vossos filhos para Sibéria a trabalhos forçados, e destruiriam a santa madre igreja, pois todos eles são uns ateus, uns sem

⁸⁶ LC, p. 63.

⁸⁷ LC, p. 93-94.

⁸⁸ LC, p. 94.

Deus, sem moral nem vergonha, abaixo o comunismo, abaixo, morram os traidores da pátria [...].⁸⁹

[...] nós temos a felicidade de um governo que põe acima dos interesses de qualquer classe os superiores interesses da nação, porque os homens passam e a nação fica [...].⁹⁰

Parte desses discursos, convém ressaltar, integrava os cartazes e campanhas propagandísticas veiculados pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SNI), instituição criada por Salazar em 1933, que visava auxiliar no estabelecimento do nacionalismo. A exaltação à importância da fé católica para a estruturação de Portugal, o perigo representado pelas instituições comunistas e uma política trabalhista que considerava que “os trabalhadores são verdadeiros sócios dos proprietários, partilhando com estes dos lucros e danos da lavoura”⁹¹ são componentes da ideologia salazarista que José Saramago, acertadamente, retoma no texto, para elucidar os preceitos e adversários do novo governo.

A PVDE, a Direção Geral de Segurança (DGS) e, posteriormente, a PIDE – nome dado à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado em 1945 –, a Guarda Nacional Republicana, constituíam o aparato militar repressivo do Estado Novo. Com plena liberdade para agir e punir os movimentos operários, que tiveram sua organização e fortalecimento dificultados pela Constituição, estabeleciam-se outros recursos de apaziguamento aos confrontos insurgentes em Portugal.

Conservando todos esses elementos em sua explanação sobre o Estado Novo, *Levantado do chão* apresenta um panorama da sociedade portuguesa sob regime ditatorial radicado na história e na ideologia do período. Assim, a obra traz um conhecimento do passado em sua vertente oficial, cujos conteúdos, nuances e falácias serão, entretanto, desentranhados quando a versão extra-oficial, construída pelas experiências dos alentejanos e pelos comentários do narrador acoplar-se a ela.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ *LC*, p. 95.

Um dos relatos que permite entrever os princípios e condutas dos órgãos de patrulhamento do Estado com mais crueza é a primeira tentativa de greve dos trabalhadores, nos conturbados anos da década de 30. Trata-se da cena em que quatro grevistas, Manuel Espada, José Palminha, Felisberto Lampas e Augusto Patracão, foram perseguidos por terem paralisado a moinha e partido de Monte Lavre para conseguir um emprego melhor.

Os “facínoras”, procurados pela guarda comandada ainda pelo Tenente Contente, são levados presos e submetidos a interrogatório pelo administrador Goncelho. Os atributos da guarda, nessa ocasião, têm maior potencial destrutivo, consistindo de tanques Panzer-Sherman, armas de todos os calibres, “desde a pistolinha da ordem ao canhão sem recuo”.⁹² Acresce-se ainda à guarda do Estado Novo a prática investigativa, assumida pelo administrador Goncelho, que interroga os lavradores e os instrui a não aceitarem papéis que lhes fossem distribuídos, bem como denunciar aos feitores aqueles que os portassem. O inimigo a ser combatido, evidentemente, é o comunismo, contra o qual o governo salazarista voltou-se a fim de que os latifundiários não ficassem em má situação por causa da greve, e o Estado, para que o seu desejo pela ordem e pelo nacionalismo não fosse frustrado pelas ações populares.

Este episódio coincide com a Guerra Civil espanhola e com uma guerra ocorrida na Europa, em que “lá para o final [...] um Hitler Horques Alemão mandará ajuntar crianças de doze e treze anos para fazer delas os últimos batalhões da derrota”.⁹³ De acordo com a passagem, Adolf Hitler, um ditador que simbolizou a intolerância contra todos aqueles que não tivessem o espírito apenas existente nas raças fortes, tem laços sangüíneos com os imperadores do Latifúndio. Este parentesco faz perceber que, como o nazismo, o salazarismo, salvaguardadas as devidas proporções, tinha como estratégia excluir de suas atenções aqueles que não representassem a vitória do seu povo sobre os demais. Quando o autor traz para o

⁹² LC, p. 102.

⁹³ LC, p. 118.

interior da narrativa a figura de Hitler, a qual lhe serve para comentar o episódio narrado, ele está elegendo, nas palavras de Jaime Sant'Anna, “personagens e fatos históricos que lhe sirvam como paradigmas, a partir dos quais ele [José Saramago] pode articular sua avaliação crítica de atuação de poderes opressores (...)”.⁹⁴ Assim, o romance faz reverberar, em toda a trágica história da intolerância do século XX, em Portugal, o caráter irracional dos regimes políticos modernos, potencializando seus barbarismos e aprofundando a vertente reflexiva da narrativa.

No que compete aos mecanismos de repressão armada nessas duas décadas de cerceamento às ações individuais, temos, na década de 30, o limiar da prática coerciva do Estado Novo com relação aos trabalhadores que reivindicassem seus direitos. Essa *práxis* se reifica no decênio seguinte, pela ficcionalização de um evento histórico que, por muitos anos, foi negado pela ditadura e cuja memória é reavivada pela repressão sofrida por Germano Santos Vidigal, um operário líder do sindicato dos trabalhadores da construção civil⁹⁵, vítima da PIDE.

A longa seqüência que trata de sua morte por espancamento dos guardas Escarro e Escarrilho, assessorados pelo Tenente Contente, consiste um dos momentos-chave do romance para compreender que o Estado, conivente com os excessos das forças armadas, utiliza-se de meios para os quais não existe explicação racional e que, portanto, são eticamente intoleráveis.

Descreve a cena:

Agora mesmo caiu um dos homens, fica ao nível das formigas, não sabemos se as vê, mas vêem-no elas, e tantas serão as vezes que ele cairá, que por fim, lhe terão decorado o rosto [...]. Caiu o homem e logo outros o levantaram de empuxão, gritaram-lhe cada um de seu lado, duas perguntas

⁹⁴ SANT'ANNA, Jaime. *O sagrado em José Saramago*. 2005. 352 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 189-190.

⁹⁵ O dado a respeito de Germano Santos Vidigal foi obtido em acesso ao arquivo virtual do jornal *Avante!*, através de consulta ao *site* do Partido Comunista Português, em dezembro de 2004.

diferentes, como seria possível dar as respostas, mesmo querendo dá-las, e não é o caso, porque o homem que caiu e foi levantado irá morrer sem dizer uma palavra que seja. Gemidos só lhe sairão da boca, e em silêncio de alma profundos ais, mas mesmo quando os dentes estiverem partidos e for necessário cuspir bocados deles, o que dará maiores razões aos outros dois para voltarem a bater, não se suja a propriedade do Estado, mesmo então o ruído será o de cuspir e outro não. [...] Caiu o homem outra vez. É o mesmo, disseram as formigas, tem o desenho da orelha, o arco da sobrancelha, a sombra da boca, não há confusão possível, porque será que é sempre o mesmo homem que cai, então ele não se defende, não se bate. São critérios de formiga e sua civilização, ignoram que a luta de Germano Santos Vidigal não é com os seus espancadores Escarro e Escarrilho, mas com seu próprio corpo, agora fulminante dor entre as pernas, testículos em linguagem de manual de fisiologia, colhões neste grosseiro falar que mais facilmente se aprende, [...] estes coitados que as mãos ansiosamente amparam e agora se soltam porque um estrondo e a bruta pancada do tacão desabaram sobre os rins [...]. Um dos homens saiu, foi descansar do esforço. É Escarrilho, nascido de pai e mãe, casado e com filhos, e isto é dizer pouco porque o outro, o que lá ficou dentro a guardar o preso, o Escarro, também de pai e mãe nasceu, também é casado e tem filhos, como há-de a gente distingui-los a não ser pelas feições, e ainda assim, e pelos nomes, um é Escarro, outro Escarrilho, não são parentes embora pertençam à mesma família. Passeia-se pelo corredor, tropeça de canseira no banco, Isto dá cabo de mim, estes tipos que não falam, mas ele lixa-se, não me chame eu Escarrilho, ai isso é que se lixa. Vai beber uma grande tarraçada de água, é uma febre ardente, e então entra-lhe um bruto nervoso e torna a irromper no quarto, já repousado das forças, é um tufão, lança-se como um cão a Germano Santos Vidigal, é um cão e chama-se Escarrilho, e é como se o Escarro estivesse a dizer, Cse, cse, só falta morder, talvez morda mesmo, mais tarde se há-de ver que isto aqui e aqui são sinais de dentes, de homem [...].⁹⁶

Cruelmente violentado, desde a sua prisão até o seu falecimento, o trabalhador foi insultado, chicoteado, teve ossos quebrados, recebeu cuspes no rosto, cacetadas e mordidas de seus algozes e as únicas testemunhas de seu martírio foram as formigas. Por serem as únicas figuras autorizadas a assistirem de perto a cena, é ao relato delas a que o narrador recorre para dar a conhecer o que se passou dentro da sala de tortura, a portas fechadas.

Embora ele e o leitor sejam também testemunhas do acontecimento, revelado pelo uso dos verbos na primeira pessoa do plural e dos verbos no imperativo,⁹⁷ não lhes é possível penetrar no espaço em que se praticou a violência. Por isso, o relato das formigas oferece-se

⁹⁶ LC, p. 169-171.

⁹⁷ Cite-se o seguinte trecho da p. 168: “[...] Vamos nós também para dentro, por aqui, passemos entre as sentinelas, não nos vêem, é o nosso privilégio, atravessemos o pátio, para aí não, é um casarão, uma espécie de armazém de delitos por junto e atacado, amanhã cá virão ter homens de Monte Lavre e outros lugares, casos sem importância [...]”

como uma visão complementar dos fatos, suplanta a versão oficial sobre o evento. Segundo a narrativa, Germano Santos Vidigal foi declarado, pelo médico legista e pelos policiais, como suicida, morto por enforcamento. Doutor Romano dá a *causa mortis* no trecho a seguir:

[...] Diga lá, doutor Romano, aqui debaixo deste sol que nos alumia, se é realmente verdade que o homem se enforcou. Ergue o doutor delegado de saúde a mão direita, põe sobre nós os olhos cândidos, é homem muito estimado na vila, pontual na igreja e metucioso no trato social, e tendo-nos mostrado a pura alma diz, Se alguém tem um arame enrolado duas vezes no seu próprio pescoço, com uma ponta presa no prego acima da cabeça, e se o arame está tenso por causa do peso mesmo que parcial do corpo, trata-se sem dúvida nenhuma, tecnicamente, de enforcamento [...].⁹⁸

O narrador, dialogando com o doutor, pelo conhecimento de que dispõe do episódio, é capaz de reconhecer na fala daquele que representa os organismos oficiais a mentira e, mesmo assim, insiste para que a verdade seja dita:

[...] diga-me se não viu o corpo do homem, se não viu os vergões, as nódoas negras, o aparelho genital rebentado, o sangue, Isso não vi, disseram-me que o preso se tinha enforcado e enforcado estava, não havia mais que ver, Será mentiroso, Romano doutor e delegado de saúde, ganhou como e para quê, e desde quando, esse feio hábito de mentir. Não sou mentiroso, mas a verdade não a posso dizer, Porquê, Por medo, Vá em paz, doutor Pilatos, durma bem com a sua consciência, fornicue-a bem, que ela bem os merece, a si e à fornicção, Adeus, senhor autor, Adeus, senhor doutor [...].⁹⁹

Doutor Romano assume, nesse ponto, que não viu o cadáver, mas, mesmo assim, defende intransigentemente o enforcamento. O narrador, ensinado pelas formigas que “as paisagens morrem porque as matam, não porque se suicidem”,¹⁰⁰ recusa-se a aceitar aquela versão do fato, porque reconhece a mentira e a leviandade moral do médico.

O veredicto oficial, proferido pelos policiais e pelo legista, representa, metaforicamente, a prática comum àqueles que reconheciam e temiam as práticas de censura do governo salazarista, as quais acabavam por reforçar o impedimento de se conhecer a

⁹⁸ LC, p. 177.

⁹⁹ LC, p.177.

¹⁰⁰ LC, p. 176.

verdade. Da mesma maneira, o governo português, por nunca ter sequer comentado o que ocorreu nos porões da PIDE, calou-se pela iniquidade que havia sido cometida. O silêncio dos representantes da oficialidade, deste modo, pode ser entendido como um consentimento com as práticas do poder. Já as formigas e o narrador, que a tudo assistiram e, por isso, puderam revelar a imoralidade do governo, mostram-nos que Germano Santos Vidigal, trabalhador torturado e morto dentro dos cárceres da polícia, em 28 de maio de 1945, foi silenciado porque se recusou a aceitar a desordem de seu país. Aos olhos do governo salazarista, ele era um desordeiro, um criminoso. Por ferir os brios da instituição suprema, ele mereceria a punição mais severa de todas, isto é, a morte, e, por meio dela, o Estado demonstrou qual o fim destinado àqueles que desejavam fazer das reivindicações por justiça uma prática natural e cotidiana: seu silenciamento eterno.

3. Igreja

Esta nossa terra é pequena, mas felizmente há entre nós uma grande amizade, não se vêem aqui desavenças e zaragatas como noutros sítios por onde tenho passado, e se é verdade que não se vai muito à igreja, mãe amantíssima que a todas as horas espera os seus filhos, também é certo que quase ninguém falta aos sacramentos, e os que faltam são ovelhas perdidas há muito tempo que já não tenho esperanças de salvar, Deus me perdoe, que um ministro do senhor nunca deve perder a esperança de levar completo o seu rebanho até ao regaço de Deus.

(José Saramago, 1980, p. 222-223)

Guiando-nos pelas múltiplas estratégias empregadas pelo governo português para fazer-se ouvir, José Saramago, esgarça, em seu texto, as imposições e violências cujas finalidades eram fazer o povo aceitar aquela realidade injusta. Engenhosamente, o autor reconstitui os atos de cada uma das esferas do poder que, pautadas pelo aniquilamento de posturas individuais, mantiveram os camponeses envoltos em uma atmosfera de medo e ignorância. Dos simples passeios da guarda no latifúndio, às palavras de difícil entendimento da rádio e dos líderes políticos, a narrativa traz, em abundância, os vetores de uma ideologia que tinha como objetivo manter as peculiaridades de Portugal intactas. Apesar das crises que assolavam a Europa e também o país, os mitos da nobreza, bravura e docilidade do povo português¹⁰¹ eram renitentemente irradiados pelos veículos de propaganda política. Para abafar ideais outros que não fossem os salazaristas, no entanto, a manipulação dos aparelhos de informação e educação não era suficiente. Por isso, Salazar convocou uma instituição que, desde sempre, havia sido braço direito de Portugal: a Igreja católica. Seus discursos, apoiados em idéias como redenção e castigo, incutiriam no povo, com mais facilidade, a justiça daquele

¹⁰¹ Embora os pilares da ideologia salazarista já tenham sido comentados no capítulo anterior, gostaríamos de mencionar aqui que, segundo parecer do historiador Luís Reis Torgal, o ditador costumava dizer em seus discursos que o povo português era “viril, mas de brandos costumes, dócil e de pronta obediência”. Ainda para Torgal, Salazar encarregava-se de instilar, em suas aparições públicas, a idéia de que a humildade era a maior virtude dos portugueses, encarnada, principalmente, nos camponeses. Cf. TORRAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989. p. 173-174.

quadro. Os ensinamentos e discursos da fé cristã seriam importantes armas para a manutenção do regime, e José Saramago, ao passar em revista os sustentáculos do regime salazarista, não poderia deixar de rever esta relação. Escritor-leitor da tradição cultural de seu país, ele dispersa a instituição e a fé católicas em seu romance, empregando uma estratégia que, como assevera Urbano Tavares Rodrigues, percorre uma “insistente e por vezes muito crítica busca de identidade – tão presente nos romances, que o fantástico aflora, [...] ou no irónico dismantelar da feira de mitos nacionais”.¹⁰² Tal estratégia, como já tivemos oportunidade de aludir anteriormente, seria a maneira encontrada pelo autor de tracejar um território sem limites estanques, dentro do qual se poderia passar em revista os elementos chamados fundadores da cultura portuguesa e romper, definitivamente, com as imagens do salazarismo. Neste aspecto, investigar a atuação da Igreja pode-nos ser de grande valia para compreender que, certos laços, resistem ao tempo e às reformas políticas.

No romance, a força inabalável da Igreja é construída em duas vias. A instituição é representada por padre Agamedes, personagem que transita livremente entre os latifundiários e camponeses e que tem como função instruir moral e espiritualmente o povo. Sem acesso a escolas, é com o pároco que os camponeses aprendem noções elementares sobre o país, o papel a ser por eles desempenhados e os comportamentos a serem adotados perante os Bertos. Em discursos como o por nós escolhido para epígrafe deste capítulo, vê-se que a Igreja agia em causa própria e em nome do Estado. Se, por um lado, o padre equaciona as aspirações do governo e seus desejos de ver a igreja cada vez mais tomada por fiéis, por outro, ao dizer que, no Alentejo, *desavenças* e *zaragatas* são raras, ele elucida para as ovelhas de seu rebanho que elas desfrutam de uma harmonia social peculiar, inexistente em outros lugares. De conteúdo duvidoso, a afirmação, repetida por ele inúmeras vezes ao longo da narrativa, em tudo evoca a idéia de uma paz imperiosa em Portugal, que, como vimos, era cara ao ideário de Salazar.

¹⁰² RODRIGUES, Urbano Tavares. A narrativa: seus caminhos e modelos em Portugal após a Revolução de Abril. *Tradição e ruptura: ensaios*. Lisboa: Presença, 1994. p. 153.

Além de valer-se da dependência política de uma e outra no enredo, o autor aproveitou-se também da Igreja no âmbito da construção textual. Reconhecendo o peso do pensamento católico sobre os portugueses, ele arrastou, para o interior do texto, a fé e o imaginário cristãos, referidos tanto em seus textos, quanto em suas simbologias. O universo cristão é recobrado em diversas passagens, como no prólogo, em que o relato da Gênese bíblica é imitado para arqueologizar o ordenamento social estabelecido no latifúndio (“é uma terra ainda assim grande”;¹⁰³ “crescei e multiplicai-vos”¹⁰⁴), cenas em que as agruras dos camponeses são comparadas aos sofrimentos de Cristo (“deste crucificado que aqui vai ninguém fala”¹⁰⁵) e na assemelhação da longa caminhada de Germano Santos Vidigal aos porões da PIDE à subida de Jesus ao Gólgota (“lá em cima é o calvário, estes são os centuriões de bota rija”¹⁰⁶).¹⁰⁷ Sem perder de vista a relevância destas referências para a construção de *Levantado do chão*, o que aqui nos interessa, fundamentalmente, é perceber de que forma a Igreja católica e os discursos religiosos tentavam regular as lutas dos camponeses por melhores condições de vida e opuseram-se às suas ações.

Observando-se o comportamento dúbio do padre, que, permanentemente, tentou moralizar os camponeses e atender às solicitações do governo, e a sua presença perene, em toda a narrativa, fomos incitados a pensar também na importância que a fé e a Igreja católica exerceram sobre Portugal, desde a disposição territorial, até o estabelecimento das leis.

¹⁰³ LC, p. 12.

¹⁰⁴ LC, p. 14.

¹⁰⁵ LC, p. 76.

¹⁰⁶ LC, p. 167.

¹⁰⁷ A fortuna crítica a este respeito é bastante ampla e, à guisa de ilustração, mencionem-se os estudos de Odil José de Oliveira (*Carnaval no convento: intertextualidade e paródia em José Saramago*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993), Teresa Cristina Cerdeira da Silva (*Entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Lisboa: D. Quixote, 1989; e *O avesso do bordado: ensaios de Literatura*. Lisboa: Caminho, 2000), Conceição Madruga (*A paixão segundo Saramago: a paixão do verbo e o verbo da paixão*. Porto: Campo das Letras, 1998), Salma Ferraz (*As faces de Deus na obra de um ateu* Juiz de Fora: Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora; Blumenau: Ed. da Universidade Regional de Blumenau, 2003) e Jaime Sant’Anna (*O sagrado em José Saramago*. 2005. 352 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005), que tratam do aproveitamento que José Saramago faz do sagrado em José Saramago com profundidade.

No século XII, quando Portugal tornou-se Nação, a independência política de todos os Estados europeus não podia ser separada da autonomia religiosa. Assim, quando a Cúria Romana aceitou o juramento de vassalagem de D. Afonso Henriques, o Condado Portucalense foi reconhecido como politicamente independente, sob a ressalva de que o novo Estado deveria se comprometer a defender e proteger o território da penetração de outras ordens religiosas e, ainda, a pagar os tributos devidos à Santa Sé.¹⁰⁸

Durante a expansão, o poder político de Portugal recebeu da Igreja católica as incumbências de propagar a fé cristã e de assistir espiritualmente os habitantes das colônias, bem como a de construir os templos religiosos e sustentar financeiramente os clérigos. Dessa forma, Estado e Igreja passaram a partilhar responsabilidades e a se auxiliarem mutuamente, constituindo-se uma forte aliança que se perpetuaria sem grandes transformações até meados do século XVIII, quando o Marquês de Pombal extinguiu a Companhia de Jesus e as Ordens Religiosas.

Outra modificação das relações de Portugal com o Vaticano viria a ocorrer apenas no século XX, quando, em 20 de abril de 1911, a Igreja foi separada do Estado. Por decreto, ficou decidido que o país não mais reconheceria o catolicismo como religião oficial, o que significava que, constitucionalmente, Portugal deixara de ser um Estado católico. A lei tratava o catolicismo como um culto doméstico realizado pelos cidadãos portugueses, aos quais o Estado dava permissão para realizarem cerimônias em edifícios públicos fiscalizados por ele. Para Rui Ramos, a separação foi o meio encontrado pelos republicanos para que os portugueses fossem finalmente libertos da sujeição moral e espiritual que, segundo eles, impedia o povo de pensar e agir de acordo com seus próprios impulsos.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Para a história da Igreja Católica em Portugal, valemo-nos do estudo de Miguel de Oliveira, publicado na década de 50. Cf. OLIVEIRA, Miguel de. *História da igreja*. Lisboa: União Gráfica, 1952.

¹⁰⁹ RAMOS, Rui. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 19-?. p. 408-409. v. 6.

A separação, contudo, não era bem vista pelas alas conservadoras, sobretudo pelos católicos. Os membros do Centro Católico Português, associação criada em 1917, acreditavam que o afastamento da Santa Sé das decisões políticas era um grave erro, já que, desde os primórdios da história portuguesa, a Igreja havia colaborado com a unidade territorial do país. Para contornar esses conflitos, os católicos optaram por manter-se unidos e, a esse respeito, convém ressaltar a importância de António de Oliveira Salazar, que foi inclusive um dos fundadores do Centro e que se tornou figura influente não apenas nos meios conservadores, mas também no comando político de Portugal. Seus esforços para manter os católicos unidos ante ao domínio do Estado laico da I República, na análise de Fernando Rosas, fizeram com que Salazar conquistasse a simpatia da direita e credibilidade. O “milagre econômico” operado por ele durante sua passagem pela pasta das finanças foi também fator determinante para que se optasse por seu nome para o cargo de primeiro ministro em 1929.¹¹⁰

Eleito deputado em 1921, Salazar logo renunciou ao cargo, alegando que a vida parlamentar lhe causava repúdio psíquico e político. Como explicitado em sua obra autobiográfica, intitulada *A minha resposta*, não seria a vida política, por si só, que resolveria os problemas nacionais. A solução para eles, segundo Salazar, estava no comprometimento de cada um dos portugueses com o seu país, o qual, inevitavelmente, passava pela compreensão de sua natureza e raízes culturais:

Portugal nasceu à sombra da Igreja e a Religião Católica foi desde o começo elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do Povo Português. Nas suas andanças pelo Mundo – a descobrir, a mercadejar, a propagar a Fé – impôs-se sem hesitação a conclusão: Português, logo católico. A adesão da generalidade das consciências aos princípios de uma só Religião e aos ditames de uma só moral, digamos, a uniformidade católica do País, foi assim, através dos séculos, um dos mais poderosos factores da unidade e coesão da Nação Portuguesa.¹¹¹

¹¹⁰ ROSAS, Fernando. *O estado novo*. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 19-?. p. 167. v. 7.

¹¹¹ SALAZAR, António de Oliveira. Apud TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989. p. 180.

O reconhecimento da fé católica como traço característico de seus concidadãos e do enraizamento da cultura portuguesa no cristianismo, como vimos no capítulo anterior, foi um dos sustentáculos da ideologia de seu regime e um dos principais mecanismos de repressão popular.

Salvaguardando, por ora, as implicações políticas da interdependência do Estado e da Igreja durante o período ditatorial, as modificações sofridas pela instituição ao longo das sete décadas abordadas por *Levantado do chão* e as reflexões possibilitadas pelo narrador sobre o papel que a Igreja desempenhou enquanto parte dos aparelhos ideológicos do Estado são de grande valia para compreender como ela, ao longo do tempo, foi se adaptando às exigências dos ricos proprietários de terra e dos governantes e, ao mesmo tempo, isentando-se das responsabilidades com os homens comuns.

Já no âmbito dos discursos, ao incorporá-los, o romance constrói um universo depositário de interpretações, definições e limitações ao qual se tem acesso através de citações, paródias e intertextos que o narrador, conscientemente, desafia o tempo todo.

Como toda prática discursiva, a linguagem religiosa faz com que objetos, tempos e espaços adquiram um significado particular, exorcizando os temores dos homens e construindo diques contra o caos. Mesmo apoiando-se em conceitos subjetivos como Alma, as alturas dos Céus, o desespero do Inferno e os prazeres do Paraíso, seus discursos são maneiras de se ordenar o mundo e, assim, conferir sentido às experiências humanas.¹¹²

A lingüista Eni Pucinelli Orlandi atribui como grande marca do discurso religioso sua natureza autoritária e coercitiva. Para ela, essa prática discursiva desenvolve-se sob uma idéia falsa de livre-arbítrio dos homens, que podem “escolher” entre a sujeição às vontades divinas ou às próprias vontades que, nem sempre, correspondem aos planos superiores. Ainda para Orlandi, quando os padres ou demais representantes da divindade falam, eles mostram aos

¹¹² Cf. ALVES, Rubem. *O que é religião?* São Paulo: Brasiliense, 1977.

seus interlocutores que, para a salvação, o único caminho é submeter-se à vontade soberana de Deus.¹¹³

Em se tratando de um romance que se apropria tanto do relato bíblico, quanto dos discursos religiosos, *Levantado do chão* possibilita diferentes perspectivas sobre o papel da religião e da fé na constituição do povo português: se de um lado o seu legado favorece os modos de o narrador representar os elementos formadores da nação, de outro, contamina pensamentos e condutas dos alentejanos ficcionalmente retratados. Cabe-nos aqui mostrar como José Saramago enfrenta a tradição cultural do seu país e descristaliza suas imagens para que, assim, possa descrever o imobilismo e as dificuldades dos homens insurgidas do novo desafio democrático.

3.1. Da Gênese ao Apocalipse: Saramago relê a Bíblia

Beatriz Berrini, em suas considerações sobre os intertextos bíblicos na obra de José Saramago,¹¹⁴ recorda que, sendo ele herdeiro da cultura ibérica, notavelmente marcada pelo cristianismo, é natural que haja em diferentes textos de sua autoria referências às Sagradas Escrituras. Essas referências, no entanto, serão manipuladas pelo autor de acordo com as funções que ele pretende lhes atribuir.

Na narrativa da Bíblia sobre a gênese do Universo, a terra é colocada como disforme e vazia até que Deus dissesse as palavras da criação, “Fiat lux”. Do vazio e escuridão absoluta fez-se então a luz e os elementos vitais começaram a existir. Em *Levantado do chão*, tudo era

¹¹³ ORLANDI, Eni Pucinelli. Apud SANT’ANNA, Jaime. *O sagrado em José Saramago*. 2005. 352 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 123.

¹¹⁴ BERRINI, Beatriz. *Ler Saramago: o romance*. Lisboa: Caminho, 1998. p. 39.

paisagem, e homens e bichos, com a passagem dos tempos, surgiram e passaram a ter suas vidas determinadas e regradas por princípios que escapavam à sua vontade.

O narrador de *Levantado do chão*, que goza igualmente da capacidade de criação divina, preenche o vazio ocasionado pela ausência de vida e formas daquela terra. Mas, ao contrário do bíblico, seu relato apresenta o surgimento dos homens e dos animais relacionado a objetivos específicos:

[...] tudo em tempo devido e conveniente se registrou na matriz (...), como se tal houvesse sido decidido desde o princípio do mundo, quando tudo era paisagem, com alguns bichos grandes e poucos homens de longe em longe, e todos assustados. Por esse tempo, e depois, se resolveu o que o futuro haveria de ser, por que vias retorcidas da mão, este presente agora de terra talhada entre os donos do cutelo e consoante o tamanho e o ferro ou o gume do cutelo.¹¹⁵

Pela relação de semelhança que o narrador estabelece entre o tempo diegético e os primórdios do Latifúndio, os seres que habitam nele têm sua razão de existência determinada pela presença dos homens que foram se apoderando dela. No presente, sabemos, esses homens são os Bertos, e a aproximação realizada na passagem permite subentender que eles existem desde sempre.

Segundo Jaime Sant'Anna, a gênese do Latifúndio obedece à célebre narrativa da tradição judaico-cristã na qual Deus, motivado por um impulso conduzido pela sua natureza criadora, arbitrariamente colocou a raça humana em espaços estabelecidos “para viverem o destino que sua onipotência predestinou-lhes por um tempo determinado”.¹¹⁶ Com isso, o texto sagrado é despojado da concepção de que Deus criou o mundo sem quaisquer intenções, apenas pela vontade de criar, e tem seu sentido original subvertido, de forma a revelar alguns princípios que contrariam o entendimento corrente acerca da criação. Dessacralizada, a Bíblia

¹¹⁵ LC, p. 12-13.

¹¹⁶ SANT'ANNA, Jaime. *O sagrado em José Saramago*. 2005. 352 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 24.

passa então a ser encarada como um texto de apoio a que o narrador recorre ao longo de toda a obra e que é visto de uma outra perspectiva, descolada, evidentemente, de seu sentido original.

Tal processo remete a uma técnica de construção textual, melhor dizendo, de desconstrução, que tem a ver com as releituras que os autores tentam fazer da tradição cultural indiciada pelos intertextos, paródias, citações e paráfrases. Destituindo o sentido original desses textos datados de outras épocas ou, ainda, dos textos de largo alcance como no caso do bíblico, o imaginário construído por esses discursos contamina-se pela leitura que se faz deles no presente, ampliando sua rede de significados. Nas palavras de Linda Hutcheon, a “intertextualidade pós-moderna é uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto (...)”¹¹⁷ e o intertexto bíblico aqui apresentado está imbuído de um questionamento do presente e das suas projeções no futuro.

Em *Levantado do chão*, ainda para Berrini, o uso dos temas cristãos e da linguagem religiosa revela intenções ideológicas claras:

Levantado do chão tem uma proposta diferente de “boa nova”, um novo Evangelho pregado aos homens que começavam a levantar-se do chão. Tal proposta de certa forma já está subentendida na abertura. O livro vai das origens primeiras e, a seguir, às da terra portuguesa, até o momento que uma nova era começa a delinear-se, era de libertação e justiça. Se os primeiros eram os tempos das origens, estes tempos de agora são apocalípticos.¹¹⁸

O livro do Apocalipse, segundo seus intérpretes, encerra a Bíblia expondo o dia do Juízo Final e dele depreende-se que os homens conseguem vencer pela fé em Cristo o Mal e as forças de Satã. Trata-se, assim, de uma parte do relato bíblico que figura a vitória dos que crêem em Deus sobre o sofrimento e a morte.

¹¹⁷ HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 157.

¹¹⁸ Ibidem, p. 196.

Para entender o aproveitamento semântico que *Levantado do chão* faz do Apocalipse, sobre o qual falaremos adiante, é necessário primeiramente percorrer as imagens de Deus trazidas pelo romance. Deus é colocado pelo narrador como uma invenção humana, invertendo-se os papéis: seu criador é o homem, e Ele, a criatura:

Deus do céu, como podes tu não ver estas coisas, estes homens e mulheres que tendo inventado um deus se esqueceram de lhe dar olhos, ou o fizeram de propósito, porque nenhum deus é digno do seu criador, e portanto não o deverá ver.¹¹⁹

Quando Domingos Mau-Tempo, patriarca da família, desaparece, Sara da Conceição reúne os filhos João, Anselmo e Maria da Conceição e mudam-se todos para a casa dos parentes Picanços. Encontrando ali a mesma miséria que sofriam em Monte Lavre, o primogênito João decide ir trabalhar na herdade de Pedra Grande.

Além do salário irrisório de dois tostões, do grande peso da enxada para seu corpo de criança, o menino ainda era obrigado a suportar a longa jornada de trabalho com o estômago vazio, pois nem a tia, nem a mãe tinham condições de oferecer a ele o farnel. João é o “menino de Deus esquecido”,¹²⁰ o que faz o narrador interrogar-se por que Deus dá às crianças tanta dor:

João Mau-Tempo ganhava dois tostões, salário de homem feito quatro anos antes, mas hoje mísera paga, de tal maneira a vida encarecera. Beneficiava das boas graças do capataz, ainda parente, que fazia de contas que não reparava na pobre luta do moço contra as raízes das moitas, rijas de mais para se deixarem cortar por aquela debilidade. O dia inteiro, horas e horas de enfiada, quase escondido entre o sarçal, moendo à pancada as raízes com o enxadão, mas as crianças, senhor, porque lhes dais tanta dor.¹²¹

Mais adiante, a revolta transforma-se na negação de um Deus que é conivente com a fome das crianças do campo:

¹¹⁹ LC, p. 201-202 - grifo nosso.

¹²⁰ LC, p. 52.

¹²¹ LC, p. 53.

a prova de que Deus não existe é não ter feito os homens carneiros, para comerem as ervas dos valados, ou porcos, para a bolota. E se mesmo assim bolotas e ervas comem, não o podem fazer em sossego, porque lá estão o guarda e a guarda, de olho fito e espingarda fácil.¹²²

A visão de Deus do narrador, então, torna-se óbvia: Deus é uma criação coletiva que não tem olhos para enxergar os padecimentos do povo, mas, ao mesmo passo, tem-nos abertos para os latifundiários. Esse entendimento da divindade, convém ressaltar, é possível porque o narrador está situado fora do tempo narrado, e, mesmo sendo uma personagem de *Levantado do chão*, ele não tem suas reflexões permeadas pelos discursos da Igreja ou da ideologia vigentes na época.

A divindade, em *Levantado do chão*, é tornada homem, comportando-se de maneira autoritária e por vezes imperfeita, semelhante às dos que estavam sentados nas cadeiras do poder e que não se dignaram a cuidar de todos os seus servos. Portanto, esse Deus criado pelo narrador não é o da tradição judaico-cristã, tampouco aquele que protegia a nação e o povo português da chaga do comunismo, como apregoavam os discursos de António de Oliveira Salazar.

Da mesma maneira, essas duas cenas bíblicas que aparecem em *Levantado do chão* são descoladas, no plano da significação, das interpretações feitas pelos exegetas. Embora sua construção apresente as mesmas características do texto sagrado, elas são apropriadas pelo romance em momentos nos quais a redenção dos homens parece improvável, como no uso da imagem dos quatro cavaleiros do Apocalipse para descrever os mecanismos repressivos do Estado Novo.

Segundo Jaime Sant'Anna, os cavaleiros do texto bíblico surgem montados em cavalos de diferentes cores e levam consigo diferentes objetos, que simbolizam a salvação e

¹²²

LC, p. 79.

as dificuldades dos homens. O primeiro cavaleiro vem montado num cavalo branco e recebe uma coroa, representando a vitória do bem sobre o mal. O segundo e o terceiro, em um cavalo vermelho e em um cavalo preto, respectivamente, possuem uma espada e uma balança, com as quais tiram a paz da humanidade e a julgam. O quarto e último cavaleiro, montado em um cavalo amarelo, chama-se Morte.¹²³

O primeiro cavaleiro de *Levantado do chão*, que na interpretação ortodoxa da Bíblia “é Jesus, o rei vitorioso que traz a vida”¹²⁴, representa a guerra e, em conjunto com a peste e a fome, os outros dois cavaleiros são causas constantes da morte da população (“de guerra e outras pestes se morreu muito neste e mais lugares da paisagem”,¹²⁵ “as pestes e as fomes, ano sim, ano talvez (...) vêm a dar uma derrocada de povo”¹²⁶). O quarto, que “passeia com seus olhos de chumbo e as suas patas que são iguais às mãos e pés dos homens”¹²⁷ em todas as cidades, vilas e aldeias, intensifica o caráter mortal dessas figuras e, com isso, subverte-se o aspecto salvífico dos quatro cavaleiros bíblicos.

A recolha dessas figuras sagradas por um outro viés, descomprometido com o valor estabelecido pela Bíblia, embora seja uma imitação declarada do discurso do padre Agamedes, dá vazão a um discurso que denuncia a paz e a justiça como bens exclusivos dos ricos proprietários de terra.

Tudo isto são males, e grandes males. Diríamos, para usar a linguagem do padre Agamedes, que são os três cavaleiros do apocalipse, cujos eram quatro, e, começando a contar, mesmo pelos dedos para quem não souber melhor, temos o primeiro que é a guerra, o segundo que é a peste, o terceiro que é a fome, e agora sempre chegou o quarto, que é o das feras da terra. Mas este é o de mais assistência e tem três rostos, primeiramente o rosto que

¹²³ SANT’ANNA, Jaime. *O sagrado em José Saramago*. 2005. 352 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 125.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ *LC*, p. 12.

¹²⁶ *LC*, p. 118.

¹²⁷ *LC*, p. 119.

o latifúndio tem, depois a guarda para defender a propriedade no seu geral e o latifúndio em seu particular, depois o rosto terceiro [...].¹²⁸

Dos três rostos do quarto cavaleiro, dois relacionam-se claramente a duas esferas da Trindade do Mal, pois o rosto do Latifúndio representa os Bertos e o rosto da guarda, como dissemos no capítulo anterior, representa o Estado. Com isso, a caracterização das feras da terra remete à interdependência dos governantes e dos proprietários de terras, ainda mais forte nos tempos do Estado Novo, os quais exigiram a presença de um terceiro par de olhos para vigiar incessantemente os camponeses, e uma onisciência que dantes era apenas divina.

Através de uma conversa entre dois homens do povo, na qual o companheiro de serviço militar de Manuel Espada nos Açores comunica-lhe sua transferência para a PVDE, dá-se a conhecer a instituição que “se há um gajo qualquer de quem a gente não gosta, prende-o, leva-o para o governo civil, e se entenderes espetas-lhe um tiro na cabeça, dizes que ele queria resistir, e pronto”.¹²⁹

A fala do companheiro de Espada, apesar de ser marcada pela simplicidade com que ele enxerga a teleologia da polícia política, elucida a estrutura e as práticas pertinentes a essa instituição que se encarregou de oficializar as vontades do Estado Novo e que, analogamente às outras instituições constituintes do aparelho repressivo do Estado, aplicou indiscriminadamente a violência sobre os contraventores.

Partindo desse entendimento insuficiente do militar, o narrador finalmente se refere à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, o terceiro rosto do quarto cavaleiro do apocalipse, como “um cavalo que rebenta as portas das casas a coice, come à mesa do latifúndio com o padre Agamedes e joga às cartas com a guarda”,¹³⁰ agregando à sua definição da polícia política o consentimento quer pela ignorância, quer pela subserviência, de todas as esferas da Trindade do Mal.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ *LC*, p. 119.

¹³⁰ Ibidem.

3.2. O Reino do Padre Agamedes

Personagem emblemática de *Levantado do chão*, padre Agamedes tem sua primeira aparição no romance em meados de 1905, quando apadrinhou João Mau-Tempo, e continuou com suas funções eclesiásticas até o fim da narrativa, setenta anos depois. Sofreu poucas transformações físicas, pois no período apenas “fez-se de alto e magro baixo e gordo”¹³¹ e sua longevidade improvável para os padrões da época simboliza a perenidade da instituição no país, que, como já tivemos oportunidade de comentar, encontrou obstáculos nos primeiros decênios do século XX.

Nos tempos republicanos, verificam-se poucas falas e ações do padre Agamedes. Nessa época, “tinha a igreja poucos fregueses e nem todos constantes”¹³² e o público escasso das missas não lhe permitia uma atuação mais incisiva, comprometendo-se assim o papel da Igreja como aparelho ideológico do Estado. Somente a partir da década de 30 que a participação do padre Agamedes e a da Igreja Católica começam a se avolumar, aludindo a um momento histórico em que o Estado passou a depender da fé católica como elemento vital para a implementação da ordem no país.

Após o comício em Évora, na ocasião em que os trabalhadores Manuel Espada, Augusto Patracão, Felisberto Lampas e José Palminha, os primeiros grevistas do período ditatorial, foram presos, o pároco ganha voz e profere um discurso que, antecipamos, se repetiria por diversas vezes, sem qualquer modificação, até o fim do regime.

¹³¹ LC, p. 267.

¹³² LC, p. 30.

Na tentativa de dissuadir os trabalhadores, “ovelhas apascentadas”¹³³, de fazerem rebeliões e greves, o padre recorre a uma passagem do Livro do Apocalipse para confortar os jovens de sua situação social de penúria:

[...] o vosso reino não é deste mundo, padecei para ganhades o céu, quanto mais lágrimas chorardes neste vale das ditas, mais perto do Senhor estareis quando tiverdes abandonado o mundo [...].¹³⁴

O discurso parte da constatação de que há um reino transcendente ao qual só têm acesso aqueles que aceitarem as privações sofridas ao longo da existência terrena. O sofrimento dos homens, assim, passa a ser imprescindível para se alcançar um plano de justiça e liberdade.

Se apenas nele a salvação será obtida, como ensina o Livro do Apocalipse, toda a luta contra os problemas reais dos camponeses – a dor física acarretada pelas torturas e pelo excesso de trabalho, a miséria e a escravização de seus corpos – será vã e, ainda, poderá servir como empecilho para a distribuição das recompensas que apenas poderá ser feita no terreno divino:

[...] bem enganados estais se pensais que Deus Nosso Senhor vos deixa livres tanto no bem como no mal, que tudo há-de ser posto na balança em chegando o dia do juízo, melhor é pagar neste mundo que estar em dívida no noutra.¹³⁵

De simples conselho, o discurso transforma-se em ameaça, pois, aos olhos de Deus, todas as ações humanas são passíveis de julgamento e os homens, amedrontados pela possibilidade de nunca virem a encontrar a satisfação de seu desejo, acabaram aceitando voltar ao trabalho, mesmo sem terem direito a pagamento pelo trabalho mensal.

O episódio em que se ilustra a primeira luta dos trabalhadores pelos seus direitos, mencionado no capítulo anterior, desse modo, não teve nenhum resultado do ponto de vista

¹³³ LC, p. 107.

¹³⁴ LC, p. 107-108.

¹³⁵ LC, p. 108.

prático. Entretanto, ao serem instruídos pelo padre sobre a existência de uma série de etapas obrigatórias a serem cumpridas para finalmente se alcançar a redenção, os camponeses foram alienados da legitimidade de suas reivindicações.

Norteados por uma ideologia que considera o sofrimento humano essencial para a transcendência, o padre Agamedes entende que a insurreição dos quatro jovens é uma ofensa não aos latifundiários, mas sim à própria divindade. Por isso, pode-se considerar que ele se afirma então como um personagem que, apesar de estar em contato direto com o povo, tinha noções pouco precisas de seu tempo e dos padecimentos de seu rebanho.

Com o estabelecimento do Estado Novo no país e o recrudescimento das ameaças comunistas, as pregações do padre ao povo passam a ter um direcionamento político:

Certos homens que por aí andam em segredo a tirar-vos do vosso sentido, e que a graça de Deus Nosso Senhor e da Virgem Maria quis que em Espanha fossem esmagados, vade retro satanás e abrenúncio, hei-de vos dizer que fujais deles como da peste, da fome e da guerra, pois são a pior desgraça que sobre a nossa santa terra podia cair, praga digo como os gafanhotos no Egipto, e é por isso que não me cansarei de vos dizer que deveis dar atenção e obedecer aos que mais sabem da vida e do mundo.¹³⁶

O discurso laudatório da fé cristã como responsável pela derrota dos comunistas na Guerra Civil espanhola é o marco temporal de sua fala, situando o estreitamento de laços entre a Igreja e o Estado em Portugal nos finais da década de 30 e início da década de 40, quando Oliveira Salazar já havia se firmado politicamente em Portugal.

Contudo, apesar do reconhecimento do que acontecia no país vizinho, o padre demonstra uma ignorância profunda sobre a situação real do país, porque seu conhecimento de mundo era pautado exclusivamente por aquilo que lia na Bíblia: “tolo é o padre Agamedes que só porque leu na bíblia cavalos julgou que de cavalos realmente se tratava”.¹³⁷

¹³⁶ LC, p. 119-120.

¹³⁷ LC, p. 120.

Considerando que guerras, pestes e fomes, como já dissemos, eram os três cavaleiros do Apocalipse que surgiam no Latifúndio com maior frequência, o padre Agamedes, ao tratar deles como desgraças que *poderiam* vir a acontecer sobre o país e não como experiências concretas dos portugueses, reflete em seu discurso sua própria alienação. Ainda, corrobora o que dissemos no capítulo anterior sobre a interdependência entre os aparelhos ideológicos e os aparelhos repressivos do Estado.

A guarda, conforme a fala do padre, é uma instituição amorosa, incapaz de punir os homens sem razão aparente e, quando o faz, ela tem em mente ensinar aos camponeses o que é certo e o que é errado. Os chefes militares, presidentes de concelho e câmara e os governadores, bem como os latifundiários – o conjunto dos “senhores que têm encargo de mandar” – comportam-se como o pai que pune o filho quando este age mal.

Diz o padre:

[...] olhai a guarda como vosso anjo da guarda, não lhe guardeis rancor, que até o pai às vezes é obrigado a bater no filho a quem tanto quer e ama, e todos nós sabemos que mais tarde o filho dirá, Foi para meu bem, [...] e já nem falo das outras autoridades civis e militares, o senhor presidente da câmara, o senhor administrador do concelho, o senhor comandante do regimento, o senhor governador civil, o senhor comandante da legião, e outros senhores que têm encargo de mandar, a começar por quem vos dá trabalho, sim, que seria de vós se não houvesse quem vos desse trabalho, como haveríeis de alimentar as vossas famílias [...].¹³⁸

Protegendo a hierarquia social daqueles tempos por meio de um discurso pontuado por imagens de salvação (*Deus Nosso Senhor, Virgem Maria, anjo da guarda*) e da perdição (*Satanás, pragas do Egipto*), o padre equaciona o maniqueísmo das décadas de 30 e 40, em que ou os camponeses aceitavam a dura realidade, ou o desemprego passaria a ser uma constante em suas vidas.

Retornando à cena em que se retratam os quatro cavaleiros do apocalipse, na qual o narrador apropria-se de um discurso que teria sido facilmente proferido pelo padre Agamedes,

a crítica feita pelo narrador à instituição católica e aos seus discursos se dá através de um duplo desafio ao sagrado.

O primeiro, sobre o qual tratamos na seção anterior, remete a uma interpretação menos otimista da salvação pela fé cristã, a qual tem seu significado primário desestabilizado ao ser apropriada em um momento que nem os que criam nela se encontravam livres da morte e da dor que os cavaleiros representam. O segundo, devido à paródia, dá vazão a uma análise crítica da conduta da Igreja diante dos padecimentos humanos, a qual se concretiza na consideração irônica do narrador sobre a visão enganada do padre Agamedes da realidade. Diferente de como ele queria fazer crer, os camponeses não reconheciam a proteção paternalista do Estado, fato considerado pelo narrador como “erro primário”¹³⁹ do padre, “de que nos Açores foi retirado Manuel Espada pelo seu prometedor colega de companhia”.¹⁴⁰

A metáfora dos cavaleiros não conotava para o padre Agamedes as pestes, a fome, as guerras e as guardas, pois ele, alienado da situação real dos campos, viveu com conforto e sob a proteção das estruturas de poder, apesar das muitas transformações pelas quais Portugal passou.

Igualmente, a passagem dos anos não alterou o teor de seus discursos, sempre feito de citações de parábolas e relatos bíblicos invariáveis em suas palavras e usos, que acabavam por reforçar a igualdade e a justiça social como bens a serem adquiridos pelos camponeses em um outro plano, o qual seria alcançado somente no dia de sua morte. Tal discrepância de visões faz o narrador ainda considerar, de maneira proverbial, que “as raízes da árvore do conhecimento não escolhem terrenos nem se arreceiam de distâncias”.¹⁴¹

Pensando novamente com Jaime Sant’Anna:

¹³⁹ *LC*, p. 120.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ *Ibidem*.

Os discursos e as práticas de padre Agamedes são caracterizados pela hipocrisia ditada pelo casuísmo pragmático, em detrimento do valor das massas populares: refletem os interesses do Latifúndio e do Estado, quando a Igreja deles se beneficiará. Todavia, salvaguarda, acima de tudo, os interesses da Igreja, imunizando-se contra quaisquer mudanças no quadro político-social em que se inserem o Latifúndio e o Estado, pois pretende estar eternamente protegida.¹⁴²

Vendo com bonomia as “violências persuasivas e persuasões violentas”¹⁴³ das componentes armadas do Estado, ele se eximia de que qualquer auxílio que pudesse aplacar as mazelas dos camponeses de seu rebanho e, não obstante, atribuía às ações dos latifundiários e do governo uma validade baseada nos ensinamentos deixados pelos Evangelhos.

A coação velada do padre Agamedes, baseada na disseminação da crença de que os próprios trabalhadores eram responsáveis pelas suas más condições de vida, instruía moralmente os camponeses a serem obedientes às vontades do governo. O reino de Deus, a retidão dos patrões e a proteção da guarda manipulavam a mentalidade dos trabalhadores e, assim, resguardavam a calma e o imobilismo social, condenando os camponeses novamente à alienação e à perpetuação de uma vida em que direitos e deveres nunca poderiam ser igualados.

¹⁴² SANT’ANNA, Jaime. *O sagrado em José Saramago*. 2005. 352 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 111.

¹⁴³ Ibidem.

4. Latifúndio

Às vezes requer-se uma impaciência dos corpos, senão um exaspero, para que as almas enfim se movam, e quando almas dizemos, queremos significar isso que não tem verdadeiramente nome [...]. Um dia, se não desistirmos, saberemos todos que coisas são estas e a distância que vai das palavras que as tentam explicar, a distância que vai dessas palavras ao ser que as ditas coisas são. Só escrito assim parece complicado.

(José Saramago, 1980, p. 99)

No caminho que vimos percorrendo até aqui, buscamos acentuar os caracteres peculiares a cada uma das esferas de poder que, no decorrer de todo o século XX, sustentaram todo o peso de uma sociedade autoritária e desigual. O exame da teleologia do Estado e da Igreja mostrou-nos que a vigilância e a punição eram práticas constantes e as técnicas repressivas, mais discretas ou mais assinaladas, variavam em conformidade com as transformações dos modos de pensar e agir do povo. Pautando-se pelo objetivo de impedir que a consciência transformasse-se em ação, as duas esferas, paulatinamente, foram aprimorando seus discursos e práticas e, em última análise, cumpriram por cimentar uma ideologia que tinha como prerrogativa sustentar o ideal de que Portugal era uma nação sem desigualdades e sem conflitos. Todavia, se voltássemos-nos exclusivamente para as ações de uma e de outra, estaríamos deixando de lado uma das questões sobre a qual *Levantado do chão* recai mais incisivamente: a profunda desumanização dos sujeitos que os regimes políticos e os discursos ideológicos promovem.

Os dramas da família Mau-Tempo e, por extensão, de todos os camponeses mostraram-nos as tensões existentes entre os papéis sociais impostos aos homens e os papéis sociais passíveis de serem desempenhados por eles. Em constante luta contra a dominação dos latifundiários e pela posse de terra, estes personagens, centrais na narrativa, desenharam um quadro preciso dos contrastes entre o instituído e o vivido, aspecto que, acreditamos, é vital para a rediscussão da história recente de Portugal. Conforme frisamos em momentos

anteriores, estes descompassos, desde os primórdios da constituição do latifúndio, passando pela I República e pelo Estado Novo, contaminam todo o período retratado. O trabalho excessivo, os baixos salários e a falta de direitos dos mais pobres permaneceram, com raras alterações. Exatamente pelo fato de o romance jogar luzes sobre estes conflitos que nos parece necessário tratar das experiências da classe marginalizada.

Antes de adentrarmos neste assunto, tema do presente capítulo, cumpre observar que a realidade destes homens é construída, em certa medida, de uma maneira inovadora, visto que há uma perspectiva “de dentro”, que organiza os fatos narrados e é capaz de expressar a perspectiva dos excluídos, e uma perspectiva “de fora”, que indicia os valores da época contra ou a favor dos quais os camponeses alinham-se. Fugindo dos esquemas totalizantes e, quase sempre, tendenciosos dos escritores que, anteriormente, fizeram da miséria dos trabalhadores portugueses seu tema, o romance esquadrinha, de diversas formas, as subjetividades e as ações dos excluídos. Não raro, deparamo-nos com ditados populares, provérbios e trovas, os quais contribuem para a imersão no universo cultural dos camponeses. Da mesma maneira, os traços mais singulares de sua personalidade, como as reflexões, temperamentos, gestos ou o modo como respondem às necessidades de todos os dias, desentranham os valores particulares de cada um deles.

É certo que o fato de todos os nomes terminados em Berto aludirem aos ricos proprietários de terra e todos os de sobrenome Mau-Tempo pertencerem à linhagem dos camponeses pobres pode, por vezes, lançar um véu maniqueísta sobre a trama. Ademais, alguns personagens carregam sempre junto do nome a função exercida, auto-explicativas em relação à esfera à qual pertencem, como padre Agamedes e os militares Cabo Tacabo, Sargento Armamento e Tenente Contente. No entanto, a nosso ver, a antroponímia, se, por um lado, permite-nos avaliar o comportamento destes personagens a partir de sua esfera social, por outro, a singularização dos indivíduos, promovida pelos pequenos episódios, fartamente

trazidos para junto do enredo central, afasta de nós a possibilidade de enxergá-los como títeres.

Sem pretender afirmar aqui que José Saramago foi o único escritor a adotar tais técnicas narrativas, queremos destacar que estas minúcias expandem o nosso conhecimento sobre o universo social a ser abordado e possibilitam ver, com clareza, como aqueles homens pensavam, sentiam e reagiam ao mundo ao seu redor. Conhecer estes personagens significa, desse modo, deixar de lado as imagens produzidas pelo discurso hegemônico, porta-voz da perspectiva oficial, e encarar de frente a complexa rede de relações sociais que estrutura a sociedade rural portuguesa.

Os muitos modos com que eles são colocados em cena privilegiam sua dicção e sua perspectiva favorece o diálogo frutífero de nosso repertório de conhecimentos com o repertório trazido à baila pela narrativa. Mas, há que se ressaltar, tais desdobramentos desafiam, constantemente, as nossas expectativas quanto às percepções daqueles homens da realidade. Basta lembrar que a autonomia deles nos modos de apreender os acontecimentos é bastante relativa, pois ao longo de toda a sua existência tiveram de conviver com um sofisticado aparelho repressivo, cujas ações visavam, sempre, mantê-los alienados. Quando a manipulação das informações não fosse suficiente, surgiam as guardas e feitores que, através da violência, “instruíam”, com mais eficácia, o povo e a liberdade de pensamento, e ação dos alentejanos encontrava-se profundamente comprometida. Seria ardiloso interrogar se, depois de séculos vivendo de forma submissa, teriam os camponeses suas consciências vivas ou mortas?

O narrador, no fragmento que nos serve como epígrafe, fornece-nos pistas para pensarmos a respeito desta questão. Adotando uma linguagem cifrada, que dá voltas sobre si mesma, como se estivesse a reproduzir as dificuldades de reflexão dos personagens aos quais acompanha, ele fala sobre algo cujo nome não conhecemos. Alma ou consciência, pouco

importa, este algo indizível é despertado pela impaciência dos corpos, doloridos pelo excesso de trabalho e castigos físicos. O sofrimento, chegando ao seu estágio máximo, torna-se exaspero e a alavanca para a ação. Em outros termos, é devido aos excessos dos latifundiários, empenhados em exigir de seus empregados jornadas de trabalho mais longas e completamente descomprometidos com o seu bem-estar, que os camponeses saem do estado de inércia e partem em busca da conquista de seus direitos e aspirações individuais. A revolta, nesse sentido, foi a semente que os anos encarregaram-se de amadurecer e, como as árvores e o trigo, os sobreiros e as searas, no tempo devido, despontou. Resta saber se aquele impulso seria irrefreável e se culminaria na efetiva libertação dos homens das amarras que, por tanto tempo, manteve-os presos àquele chão. Passemos, assim, à arqueologia dos homens e do latifúndio.

4.1. De Sementes e de Homens: a Construção do Latifúndio

Em se tratando de um romance que pretende passar em revista o conhecimento a respeito dos mais de cinquenta anos de regime autoritário, livre dos travos da documentação oficial e do prisma da perspectiva popular, o latifúndio, coerentemente, é construído de forma a mostrar a interferência humana sobre a natureza e as suas conseqüências. Delineado desde suas origens primeiras, até suas reconfigurações no presente, ele evoca, a um só passo, um tempo e um espaço definidos, essenciais para as reflexões do narrador.

De acordo com o que dissemos no capítulo anterior, o espaço romanesco, no princípio da narrativa, é identificado a uma terra de grandes dimensões, desabitada de gente, e, tal qual no relato bíblico, muda de cores conforme a chegada dos homens:

O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e, apesar

disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano em que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho, ou negro. E também vermelho, em lugares que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou ou cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado.¹⁴⁴

Maculada pelo “cabo da enxada e da foice ou gadanha”,¹⁴⁵ entrecortada por estradas “reais, mais tarde nacionais, senão só da senhora câmara”,¹⁴⁶ em conformidade com a passagem do tempo, ela foi adquirindo contornos mais precisos. Quando, no século XIV, ali chegou Lamberto Horques Alemão, operou-se a transformação definitiva da paisagem: ela tornou-se o latifúndio, denominação pela qual se representa, por metonímia, toda a região do Alentejo. Suas reconfigurações, desde modo, estão intrinsecamente ligadas à passagem do tempo e às vontades do homem.

A contigüidade, remetendo simultaneamente o leitor a um lugar e a um tempo definidos, distingue duas temporalidades essenciais ao desenvolvimento do enredo. A primeira, à qual chamaríamos *tempo das origens*, tem caráter mítico e diz respeito ao período de formação do território, cuja paisagem, ainda que ausentes os homens, modificava-se apenas pelas próprias vontades da natureza, a transição do dia para a noite, a mudança de cores da paisagem e a chegada das chuvas e das estiagens. A segunda, que irrompe bruscamente na narrativa, data da época em que os primeiros homens foram ali chegando e, mais e mais, modificando o que haviam encontrado ao chegar àquela paisagem. Esse é o *tempo das experiências*, vividas e criadas pelos Bertos, pelos Mau-Tempo, por padre Agamedes e por uma infinidade de camponeses que, a partir da segunda metade do primeiro capítulo, estarão presentes em todo o enredo.

Como já ressaltamos no capítulo anterior, a gênese de *Levantado do chão* abarca a citação explícita de um modo de narrar, que, de acordo com Linda Hutcheon, é característica

¹⁴⁴ LC, p. 12.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Ibidem.

da ficção contemporânea. Isso faz com que a construção de significado do relato seja atrelada a uma herança cultural, da qual o leitor partilha, despertando nele a curiosidade sobre essa imbricação.¹⁴⁷

Tanto no relato bíblico quanto no de José Saramago, temporalidade e espacialidade coincidem e confluem em um tempo eterno, e, dado que, em ambas, não existia a possibilidade de interferência humana, por analogia, a apropriação da primeira pela segunda é delimitadora de um aspecto bastante presente nas discussões propostas pelo romance: mutabilidade e mudança.

A ruptura na construção do tempo e do espaço que vinha sendo empreendida ocorre quando se insere no relato “a mão de gente”,¹⁴⁸ que, no manejo das enxadas e foices, transformaria a terra em dinheiro e em alvo de disputas, heranças, roubos e crimes. O homem, “a mais constante de todas as medidas”,¹⁴⁹ passaria a determinar tudo aquilo que antes não o havia sido. A crença de que as coisas não mudam porque existem desde sempre, na primeira metade do capítulo, é lançada para, momentos depois, ser derrubada pela própria voz que a proferiu; acentuando-se assim o jogo entre o afirmar e o negar com o qual o leitor constantemente depara-se ao longo do romance.

A criação do mundo, tal qual determinou a Bíblia, nutre a fabulação do narrador sobre a criação da terra que, nesta nova leitura, é despojada de seus caracteres originais. Já a criação do Latifúndio, que remonta a uma época em que os homens já haviam distribuído entre si os papéis a serem desempenhados, é nutrida por uma outra espécie de texto, mais condizente com a época que pretende resgatar. Trata-se do aproveitamento do relato histórico sobre a divisão das terras em Portugal, mais especificamente sobre os desdobramentos da Batalha de Aljubarrota.

¹⁴⁷ Cf. HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

¹⁴⁸ *LC*, p. 11.

¹⁴⁹ *LC*, p. 13.

Por conta deles que Lamberto Horques Alemão foi nomeado “alcaide-mor de Monte Lavre por mercê do rei Dom João o primeiro”¹⁵⁰ e, com ele, “senhor da povoação e seu termo, dez léguas de comprido e três de largo, com franqueza e liberdade de tributo”,¹⁵¹ chegaram outros alemães ao Latifúndio, todos encarregados de povoar e cuidar daquelas terras de cultivo difícil e vazia de gentes. Contudo, falar em presença germânica em território português naquele século seria cometer um grave erro histórico, pois é sabido que, durante o reinado do Mestre de Avis, ao contrário do que o romance afirma e segundo as fontes primárias da História portuguesa, como as *Crônicas de D. João I*, de Fernão Lopes, houve concessão de terras aos ingleses, e não aos alemães.¹⁵² É, portanto, dar a conhecer uma história diferente daquilo que se registrou.

Por tratar-se de um passado corrompido, esse “muito original movimento de ir à fonte”, nos termos de Jorge Fernandes da Silveira,¹⁵³ consiste em um levantamento de dados legitimadores do passado que celebra uma das conquistas do Abril revolucionário: a de escrever, livremente, sobre a História portuguesa. Dessa maneira, o relato sobre a constituição do Latifúndio, baseado em um passado remoto que reaparece em um passado recente, embora seja desconhecido no universo concreto, é eficaz no plano da ficção, porque serve como uma referência para compreender os diálogos passíveis de serem feitos com a História e com os valores por ela impregnados. Estamos então diante de uma interpretação diversa dos acontecimentos que, livre dos limites estanques da historiografia tradicional, situa o conhecimento do passado como aberto a redefinições no presente.

¹⁵⁰ LC, p. 24.

¹⁵¹ LC, p. 26.

¹⁵² Há ainda um relato sobre a constituição do Alentejo, de autoria desconhecida, que conta que as Terras de Lavar foram doadas em 1304 ao Mestre de Avis. Em 1429, estas terras foram concedidas a um cavaleiro alemão de nome Lamberto D’Horques, mas seu filho, João Lamberto, renunciou ao senhorio em benefício de D. Duarte, o qual preferiu cedê-las a D. Fernando de Mascarenhas. Esse dado foi obtido em consulta ao site Espaço de Memória Levantado do Chão disponível em: <<http://www.cm-montemornovo.pt/levantadodochao/lavre.htm>> (acesso em jan. 2007)

¹⁵³ SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Fernão Lopes e José Saramago: viagem-paisagem-linguagem, cousa de veer. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. p. 33.

O primeiro registro histórico-literário conhecido sobre a Batalha de Aljubarrota, seus atores e seu desenrolar foi feito por Fernão Lopes, também em suas crônicas. Dizem elas que os ingleses, tendo penetrado no território português, instalaram-se em Lisboa, “matando e roubando e forçando mulheres, mostrando tal senhorio e desprezo para com todos como se fossem seus mortais inimigos”.¹⁵⁴ No texto saramaguiano, embora os estrangeiros tenham sido germanizados, eles adotaram o mesmo procedimento e, à força, introduziram nas mulheres “escuras, restos danados da mourisma”¹⁵⁵ que ali existiam as sementes da raça que viria a, perpetuamente, introjetar ordens e vontades nos habitantes do Alentejo.

Deslize legítimo ou fingimento, o fato elucidativo sobre a constituição do Alentejo, de seu povo e de suas características, inscreve no romance um momento que, tomado como verdade histórica, explica algumas das marcas do século XX, como, por exemplo, os intermitentes olhos azuis dos membros da família Mau-Tempo. Sua aparição cinco séculos depois faz surgir no passado recente português a violência sofrida pelo povo e, por extensão, a vasta rede de valores morais, sociais, políticos e religiosos inerentes a essa época. Por isso, pensar em Hitler também como um parente distante de qualquer um dos Bertos latifundiários, como visto no capítulo dois, não causa estranhamento, especialmente porque ambos mantiveram-se poderosos graças ao apoio incondicional de regimes totalitários.

A estratégia predominantemente adotada pelo narrador de *Levantado do chão* para ordenar o tempo é a de situar o passado recente em relação às origens históricas de Portugal. A partir de comentários e comparações com momentos mais ou menos contemporâneos a elas, estabelecem-se no texto algumas deformações que, paradoxalmente, indiciam os aspectos mais críticos e dignos de reconsideração da História. O período medieval e suas estruturas políticas, econômicas e sociais constituem um paradigma que, como ressaltamos em outros momentos, constantemente, é evocado pela escrita saramaguiana. Seus sentidos,

¹⁵⁴ SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1965. p. 44.

¹⁵⁵ LC, p. 26.

transpostos para a contemporaneidade, são deformadores do conhecimento que se tem sobre a história portuguesa do último século e, com efeito, cumprem por inscrever no novo relato sentidos diferentes para a experiência de seu povo.

Ao introduzir o leitor em um universo pautado por forças imobilizantes, instituídas e solidificadas, em conformidade com a passagem do tempo e as atitudes dos homens, *Levantado do chão* cria uma noção de temporalidade assentada em configurações cristalizadas do passado. Embebendo todos os elementos da narrativa, o tempo é, então, o princípio gerador das noções de poder e, principalmente, de sujeitos que agem para transformá-las.

4.2. Uma Saga de Hereges

Falar em homens que tiveram de digladiar-se com as esferas de poder, naturalmente, implica recordar os padecimentos e as lutas inglórias dos Mau-Tempo. Desde os tempos de Lamberto, eles sempre foram excluídos da partilha da terra. Todavia, um olhar mais abrangente da trajetória destes personagens pode mostrar, de modo profícuo, os momentos em que as dores de sua condenação atingiram o ápice e, assim, tornaram-se ação.

Pelo fato de a família protagonizar o romance, o romance adquiriu o sentido de *saga de portugueses*, tal qual o chamou Teresa Cristina Cerdeira da Silva. Suas três gerações, encabeçadas, respectivamente, por Domingos, João e Maria Adelaide, e suas experiências de privações e muitos insucessos, encarnam os sofrimentos de todos os camponeses. A percepção de que se trata de uma saga, vale lembrar, implica o reconhecimento de que se trata da história de uma família e sua relação com o espaço onde vive, e a este respeito é necessário tecer algumas considerações.

A forma narrativa da saga, segundo conceituou André Jolles,¹⁵⁶ vem da tradição oral. Suas origens estão na Islândia, após o término do processo de colonização, entre os séculos IX e X, e, em seu conteúdo, evocam a história de uma família ou clã. Em sua notação genérica do termo, Jolles reforça ainda que as relações entre seus membros são, necessariamente, tratadas enquanto familiares, e não como relações que se desenvolvem a partir de convicções religiosas ou nacionais. Por essa razão, só é possível pensar no gênero quando existem vínculos sangüíneos e de parentesco. Na medida em que, na obra, as vidas dos Mau-Tempo surgem misturadas a eventos históricos, *Levantado do chão* está perfeitamente enquadrado ao gênero. Acresce-se a isso o seu caráter oral, que se faz presente tanto na própria forma de expressão assumida pelo autor e também na inserção de falas dos personagens no texto.

Essas inserções, normalmente, vêm sob a forma de diálogos, introduzidos sem verbos *dicendi*. Sem as marcações textuais convencionais de quem diz ou responde, as falas são entremeadas por vírgulas e reproduzem, formalmente, os diálogos reais.¹⁵⁷ No que diz respeito à apropriação de provérbios e ditos populares, ora eles apresentam-se de maneira literal, ora são alterados. Os provérbios ou os ditados populares, de acordo com Northrop Frye, são criações anônimas, que não respondem por um autor ou tempo. Para o crítico, eles estão presentes na Literatura desde o Antigo Testamento e correspondem ao arquétipo do pai que transmite a sabedoria de sua geração para os seus filhos.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Para Jolles, as sagas são basicamente distinguíveis em três tipos consoante os temas e conteúdos tratados. As *Islendinga Saga* (“sagas de islandês”) contam a história dos indivíduos, seus vizinhos, contemporâneos e relatam as relações recíprocas e os fatos naturais e sobrenaturais com que se deparam. As *Konunga Saga* (“saga de reis”) ocupam-se da vida dos reis, mas não sob um viés político: falam de suas vidas como membros de uma família e como se comportam em seus domínios. Finalmente, as *Fornaldar Saga* (“sagas de tempo de antanho”) falam dos tempos anteriores à colonização e tecem comparações entre os grupos de homens relatados por elas e seus antecedentes. Cf. JOLLES, André. *Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso memorável, conto, chiste*. São Paulo: Cultrix, 1976.

¹⁵⁷ A este respeito, José Saramago já comentou, por diversas vezes, que este recurso peculiar de pontuação das falas de seus personagens vem de seu desejo de reproduzir, no texto escrito, as marcas da oralidade. Segundo ele, as vírgulas representariam melhor as conversas que os homens travam entre si. Cf. COSTA, Horácio. O despertar da palavra. [Entrevista com José Saramago]. *Revista Cult*, n. 17, dez. 1998.

¹⁵⁸ FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 37.

Este uso da linguagem revela, para nós, a opção por resgatar a vida da gente simples do campo e garantir, assim, a verossimilhança com a camada social retratada. Como exemplos de retomadas literais podemos citar: “vergonha é roubar”,¹⁵⁹ “quem procura sempre alcança”,¹⁶⁰ “dá Deus o frio conforme a roupa”.¹⁶¹ Entretanto, a maior parte desses ditados populares apresenta-se modificada, com o conteúdo original deslocado: “onde não comem sete, não comem oito”,¹⁶² “um homem mesmo sem boca vai a Roma”,¹⁶³ “como sempre tem acontecido desde que o mundo é mundo, aprendeu o velho com o novo”,¹⁶⁴ “quem rouba por precisão tem cem anos de perdão, bem sei que o ditado não é assim, mas devia ser”.¹⁶⁵

Pensando como Frye, diante das modificações que vão lentamente ocorrendo na formulação dessas máximas que expressam uma verdade ou uma norma, parece-nos que elas servem como mediadoras da mudança dos tempos, fazendo cair por terra velhos usos da linguagem e abrindo espaço para uma prática que não se baseia nas normas ou assertivas convencionadas pela tradição. Elas indiciam, assim, uma mudança de pensamento.

De uma maneira ou de outra, interessa-nos mostrar que, pelo fato de privilegiar as falas populares, quer elas sejam os provérbios, quer elas sejam os próprios diálogos e, ainda, os “causos” que os personagens contam ao longo da obra, a narrativa, bem como as *Islendinga Saga*, historiciza seus personagens, pois os liga a acontecimentos verídicos e datados os quais alimentam as suas experiências. Em contrapartida, há uma ruptura significativa com os relatos de saga, especialmente na sua remissão à prescindibilidade dos laços sangüíneos. A esse respeito, diz Jolles:

As relações entre os diversos personagens dessa saga são, em primeiro lugar, relações entre pai e filho, entre avô e neto, entre irmãos, entre irmão e irmã,

¹⁵⁹ LC, p. 40.

¹⁶⁰ LC, p. 78.

¹⁶¹ LC, p. 88.

¹⁶² LC, p. 33.

¹⁶³ LC, p. 207.

¹⁶⁴ LC, p. 192.

¹⁶⁵ LC, p. 99.

entre marido e mulher. Tais indivíduos estão vinculados entre si por laços de sangue e suas relações mútuas são produzidas pelo clã, a raça, a origem.¹⁶⁶

O clã dos Mau-Tempo, com a perda da figura paterna, dispersa-se e seus membros não voltam a se reunir. Nas suas andanças, por outro lado, conhecem outras pessoas, com as quais não necessariamente criarão laços familiares, mas que, de certa maneira, influenciarão na evolução dos componentes do núcleo familiar. Abrindo-se para o mundo exterior, a história dos Mau-Tempo deixa de ser um relato que recai exclusivamente sobre a linhagem e as experiências dos herdeiros de Domingos Mau-Tempo, e passa a englobar relacionamentos e aprendizagens obtidos pelo convívio social, que, em sua maioria, deu-se no latifúndio. O sentido primário dos relatos sagísticos, deste modo, perde aqui sua essência, o que não significa, no entanto, que deixe de relacionar a vida da família a uma época determinada.

O caso de João Mau-Tempo, o menino que traz no primeiro decênio do século XX os olhos azuis – carga genética derivada do encontro forçado de uma antepassada sua com um dos soldados de Lamberto –, é a que melhor traduz o rompimento com a tradição paterna. Diferentemente do sapateiro Domingos, “que dentro de si não consegue encontrar a paz”,¹⁶⁷ não aceitava ordens, nem patrões e era ríspido com Sara, o primogênito “era um menino sossegado, de bom feitio, amigo da sua mãe”.¹⁶⁸

Testemunha da violência doméstica e da violência de seu próprio tempo – mau, reforçado ironicamente pelo sobrenome –, com a morte do pai, João principiou sua vida de muitos trabalhos no Latifúndio. Nascido e criado em uma conjuntura social na qual as contradições entre trabalhadores e latifundiários iam se tornando cada vez mais evidentes, entre os dez e vinte anos, serviu aos Bertos e sentiu, na carne, as hostilidades daquela época. Foi guardador de porcos, valador, sementeiro, ceifador e corticeiro, “tão bom de lombo para

¹⁶⁶ JOLLES, André. *Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso memorável, conto, chiste*. SP: Cultrix, 1976. p. 64 e ss.

¹⁶⁷ LC, p. 27.

¹⁶⁸ LC, p. 18.

carregar como de rins para cavar”¹⁶⁹ e sofreu a truculência dos feitores. Mas, à revelia da opressão de seu ambiente familiar e do latifúndio, seu comportamento em nada se assemelha ao do pai, que, por não aceitar as condições impostas, abandonou a família e, um dia, suicidou-se.

Sobre as violências as quais vivenciou fora de casa, João era maltratado pelos empregados dos Bertos com castigos, reprimendas e brincadeiras. Uma delas era a de ordenar aos trabalhadores que apostassem uma corrida longa e, aqueles que chegassem por último, seriam punidos e tachados *molengões*:

[...] o último, há sempre um que é o último, não se pode evitar, vai ter de ouvir as vaias, as troças dos triunfadores esbaforidos, já sem fôlego [...], uma grande algazarra de surriada, pobres tontos, Ai que foi João Mau-Tempo que levou a gaita, que gaita seja não se sabe, é uma gaita qualquer, um sinal de malandrice, de pouca pressa nas pernas, não és homem nem és nada. Que Portugal é um país de homens, é o que não falta, só não o é o último de cada corrida, chega-te para lá molengão que não mereces o pão que comes.¹⁷⁰

Sendo o último da corrida, João Mau-Tempo precisava provar para os companheiros e para o capataz, divertidos com a situação, que era tão homem quanto eles e merecedor de seu trabalho. Para isso, teria de carregar uma grande tora sobre as costas, cujo peso, de “um sobreiro de cem anos”,¹⁷¹ fazia ombros, joelhos e rins “rangerem”.

O sacrifício imputado pela tarefa é comparado à caminhada de Cristo ao Gólgota, que, em seu percurso, teve de carregar ele próprio a cruz onde seria pregado. Mas, diferentemente de Jesus, João mereceu o julgamento implacável do narrador, porque não pediu ajuda aos outros trabalhadores e aceitou a brincadeira:

[...] tu és um homem, és o parceiro enganado de uma grande batota universal, brinca, que mais queres, o salário não dá para comer, mas a vida é este jogo alegre, Está quase, ouves dizer, e sentes-te como se não fosses deste mundo, um carregado assim, tenham piedade, dêem aqui uma ajuda,

¹⁶⁹ LC, p. 59.

¹⁷⁰ LC, p. 75.

¹⁷¹ Ibidem.

camaradas, todos juntos custará menos a cada um, mas não, não pode ser, é uma questão de honra, nem tu falarias nunca mais na vida a quem quisesse ajudar-te, a este ponto vai o engano de todos vós [...].¹⁷²

As falas de todos os que assistiram à cena gradativamente delineiam a abstenção e a falta de solidariedade dos trabalhadores. O absurdo da situação, em verdade, é vaporizado pelos comentários do narrador, ora neutro, ora um juiz implacável daquilo a que ele também assiste.

A prática e a aceitação daquele jogo, que “nunca foi inocente”,¹⁷³ ressaltam ainda aquilo que parece ser o imperativo para todas as violências cometidas no Latifúndio: o desconhecimento dos que batiam de que não agiam em causa própria e o dos que apanhavam de que ela traduzia as vontades dos patrões. Os feitores, chamando os camponeses de molengões, acreditavam estar em posição superior, posto que eram, para os Bertos, “primeiro criado, com privilégios e benesses na proporção de trabalho que for capaz de arrancar à canzoada”.¹⁷⁴ Apesar de distinguirem-se dos outros empregados pelo poder de ação, simbolizado pelo chicote, feitores e capatazes não dispunham de qualquer regalia ou de amizade com os patrões. Tal inocência da parte deles, de pensarem ser diferentes dos demais trabalhadores, não escapa do comentário cáustico do narrador, para quem os feitores seriam “uma espécie de mula humana, uma aberração, um Judas, o que traiu seus semelhantes a troco de mais poder e de algum pão de sobra”.¹⁷⁵ Para os camponeses, todavia, aqueles eram potenciais aliados dos Bertos e respeitavam-nos por medo de serem delatados como pouco afeitos ao trabalho. Desse modo, a multiplicidade de vozes erguidas para contar o sacrifício de João ilumina a existência de uma consciência precária, porém convicta, de que a paz entre camponeses e feitores seria proporcional à disposição de cada um deles para o sofrimento.

¹⁷² LC, p. 76.

¹⁷³ LC, p. 74.

¹⁷⁴ LC, p. 72.

¹⁷⁵ Ibidem.

A percepção obnubilada da realidade, ineludivelmente, faz reverberar os sermões do padre Agamedes. Para além do eco das palavras do padre, os trabalhadores orgulhavam-se da sujeira de seus corpos, da barba por fazer e dos vergões das chicotadas, atestando a improvável união entre eles contra a classe dominante. A ignorância do teor vexatório daquelas práticas é, assim, prova do êxito da associação da violência com o discurso vigente na época.

Apenas em meados da década de 30, João Mau-Tempo, já pai de família, começa a se libertar da alienação. Tendo encontrado alguns papéis sob pedras no Latifúndio, João, que tinha aprendido a ler e escrever, tomou contato com idéias novas, bastante diferentes daquelas a que ouvia do padre Agamedes ou das que lhe obrigaram a escutar no comício em Évora.

Os ideais comunistas, chegados por acaso às suas mãos, foram o germe da consciência de João Mau-Tempo de que era necessário lutar por seus direitos e, ao ser convidado por Sigismundo Canastro para integrar o grupo de homens que se reuniam “em sítios escondidos, nos ermos, às vezes em casas abandonadas”¹⁷⁶ do Latifúndio para discuti-las, deu-se início a um processo definitivo de transformação do personagem, que, anos antes, já havia insinuado uma tendência ao senso crítico sobre as suas experiências:

Era esse João Mau-Tempo, para quem se desvanecia no impossível o seu sonho de farda, dependurado nos balaústres dos eléctricos, repenicando o tacho na campainha, ou, se polícia, policiando as ruas da capital, ou, se guarda, guardando, para quem, os campos onde agora penava, e esta hipótese, de tanto que o perturbava, ajudou-o a curar-se da decepção. Não se pode esperar que se pense em tudo ao mesmo tempo.¹⁷⁷

O sonho desvanecido, aliado ao conhecimento da realidade, logo se dissipou para João. Conhecedor das práticas da guarda e da polícia, ele ficou perturbado por desejar algo assim para seu futuro, sinal de que, mesmo com atraso na percepção, João conseguia

¹⁷⁶ LC, p. 120-121.

¹⁷⁷ LC, p.63.

compreender os mecanismos que regiam a sociedade e, por isso, estava apto a fazer, ele próprio, suas escolhas.

Seguir um caminho avesso ao do pai que, não podendo enfrentar as condições de seu tempo, preferiu a morte e resistir às conveniências de abandonar a vida no campo faz de João Mau-Tempo o primeiro herege daquela família – recordemos aqui que o termo, do grego *airesis*, etimologicamente, significa escolha. Sua experiência pessoal, aliada ao convívio com Canastro, levou-o a assumir um posicionamento resistente, logo transformado em questionamento das regras do latifúndio. Esta postura impeliu-o a tomar parte nos movimentos grevistas e a incentivar os companheiros a reivindicarem seus direitos. Por conta disso, aliás, João foi preso pela primeira vez.

Na véspera da morte de Germano Santos Vidigal, ele, Sigismundo e Manuel Espada foram encarcerados no casarão da PIDE, acusados de terem sido encabeçadores de uma greve realizada pelos trabalhadores por aumento do salário de 25 para 33 escudos. Sensivelmente prejudicados pelos efeitos da guerra, os Bertos acataram com o pedido e os camponeses saíram vitoriosos, e a eles três coube enfrentar os interrogatórios. Mas, dando provas da consciência de sua responsabilidade sobre os demais, Mau-Tempo, Canastro e Espada não sucumbiram às ameaças que lhes foram feitas por padre Agamedes e pela PIDE, e aceitaram ser considerados os amotinadores.

Porque aprendeu, com a própria vivência e com as lições ensinadas por outros, os momentos certos para o falar e o calar, João libertou-se de uma práxis que o levava a enfrentar silenciosamente, por medo, as duras condições sob as quais vivia. Descobrimo-lo como elemento vital para a transformação do seu meio, ele é o representante de uma nova ética no clã dos Mau-Tempo, a qual, arriscamos dizer, seria perpetuada em seu filho, António.

O herdeiro de João é também herdeiro da maltesia do avô. Viajou por muitos lugares e aprendeu, em suas andanças por outras paragens, o que o pai aprendeu no latifúndio: a extrair

do cotidiano lições sobre a vida coletiva. Mas, diferentemente de seus antecessores, ele também gostava de contar as histórias e o seu conhecimento, disseminado e acumulado sob a forma de casos, passou a circular entre todos os homens de seu convívio.

Antônio parece-se, em muito, com o que Walter Benjamin chamou *narrador marinheiro*,¹⁷⁸ isto é, aquele que viaja e tem muito a contar quando retorna e que, em suas histórias, transmite bons conselhos. Em verdade, muitas das histórias de Antônio são histórias de caçador, inacreditáveis pela inverossimilhança, e, de acordo com o narrador, são casos que mostram que “são os homens feitos de maneira que mesmo quando mentem dizem outra verdade”.¹⁷⁹ Vejamos o porquê do comentário no relato feito por ele no dia do casamento de sua irmã, Gracinda, com Manuel Espada.

Nele, conta Antônio Mau-Tempo de uma insurreição dos soldados, incitada por ele, contra o rancho, que, por se assemelhar à lavagem, ficou conhecida como “revolução dos porcos”.¹⁸⁰ Nessa ocasião, ele e seus companheiros recusaram-se a comer e, mesmo com as ameaças de seus superiores, verbais e disparos de espingarda, mantiveram-se irredutíveis. A vitória do motim, contrariando as expectativas dos ouvintes daquele caso, não foi a de melhoria na alimentação. Nas palavras de Antônio, ela foi exatamente o fato de todos os soldados terem cumprido com sua palavra e persistido no gesto:

[...] estou que não iriam fazer fogo contra nós, mas se o fizessem, sei que tínhamos ficado ali todos, e essa é que foi a nossa vitória, não foi ter melhorado o rancho, que às vezes a gente começa a lutar por uma coisa e acaba por ganhar outra, e esta é que era a melhor das duas [...]. Mas para ganhar a segunda, tem de se começar por lutar pela primeira.¹⁸¹

¹⁷⁸ Cf. BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁷⁹ *LC*, p. 284.

¹⁸⁰ Conferir passagem da p. 226: “Então lá no quartel foi resolvido fazer um levantamento de rancho, não comer nem uma migalha do que nos punham na frente, assim como se fôssemos porcos que recusassem o cocho onde se deitaram mais porcarias do que a conta que o porco admite [...], e eu, Antônio Mau-Tempo que vos falo, fui o da ideia e nisso tenho muita honra [...], falei aos camaradas e eles estiveram de acordo, que mais do que aquilo só se nos cuspissem em cima, e então chegou o dia, tocou ao rancho e nós sentámo-nos como se fôssemos comer, mas a comida assim como veio ficou [...], era a revolução dos porcos.”

¹⁸¹ *LC*, p. 227.

O jovem, na observação do narrador, é “muito mais sábio do que a idade que tinha”.¹⁸² Percebendo que o seu sofrimento era também o sofrimento de seus companheiros de farda, mobilizou o grupo e manteve acesa a chama da revolta. O sucesso, que não foi a satisfação daquela primeira necessidade, foi a descoberta de que todos estavam unidos pela mesma vontade e que não sucumbiriam, apesar dos percalços. António, assim, mostra-se um personagem de profunda consciência sobre a importância de manter-se fiel às causas próprias e coletivas, o que o distingue, sobremaneira, de seus antepassados remotos. O avô, em sua curta existência na narrativa, não se preocupou em colaborar com a família para a melhoria de suas condições e, vendo que os bons tempos não se cumpririam, optou por excluir-se voluntariamente da família. A avó, por sua vez, mulher passiva às pancadas do marido, era lunática e foi recolhida a um sanatório, onde morreu. Seja pelo suicídio, seja pela loucura, Domingos e Sara não encararam as adversidades da vida.

Assim, no dia em que a família Mau-Tempo acolhia, em definitivo, Manuel Espada como um dos seus – lembremos que, na juventude, tornou-se conhecido por João por ser um dos facínoras grevistas de que falamos no segundo capítulo e que trabalhou com António no pastoreio de porcos – traduz-se, simbolicamente, a ruptura definitiva do clã com os laços que a caracterizavam em sua primeira geração. A chegada de um novo homem, também disposto à luta, acrescentou à família outros ideais, imorredouros e arrastados para a terceira geração.

Esta é representada pela menina Maria Adelaide, nascida em 1955. Embora ela tenha passado pelos mesmos sacrifícios de enxada e colheita que seus predecessores, a neta de João Mau-Tempo, herdeira de seus olhos azuis, desfruta de uma liberdade que não foi possível às outras mulheres da família. Escolheu o próprio sobrenome, Espada, “que é o nome de sua preferência”¹⁸³ e mais condizente com a sua personalidade batalhadora. É uma outra herege e

¹⁸² LC, p.227.

¹⁸³ LC, p. 259.

suas trajetórias, apesar de desconhecermos onde terminam, pois a narrativa finda sem que as saibamos, serão distintas das que haviam sido percorridas até então.

Maria Adelaide optou por participar de todos os acontecimentos políticos de seu tempo, indo inclusive saudar os militares do 25 de Abril. Mesmo sem saber o que significavam os cravos vermelhos – prova de seu desconhecimento do que era a Revolução –, neles identificou as “meias e disfarçadas palavras”¹⁸⁴ do pai, do avô e do tio, que lutaram, efetivamente, para que seus direitos fossem conquistados. Mas, ao contrário deles, absorveu, em plenitude, a principal lição de suas experiências: a de que, em qualquer batalha, era preciso “voltar constantemente ao princípio, ligar os de confiança, animar os indecisos, tranquilizar os temerosos”.¹⁸⁵ Os tempos, para aquela família, deixavam, definitivamente, de ser apenas maus.

4.3. Ecos e Ruínas

A postura de Maria Adelaide é o principal vestígio de uma época em que os homens começaram a enxergar, com mais clareza, a sua responsabilidade por si próprios, pelos seus companheiros e pelos destinos de todos. Em certa medida, isso está associado à Revolução dos Cravos. No entanto, o fato de, mesmo após o término do regime ditatorial, existir a necessidade de os homens manterem-se mobilizados, indicia, para nós, que o evento não foi capaz de alterar, em quase nada, a situação dos camponeses. Longe de significar a libertação definitiva das malhas opressoras, os acontecimentos que se deram após o dia 25 de abril de 1974 exigiram daqueles homens, novamente, provas de sua tenacidade. Para aprofundarmos nesta questão, convém aqui rememorar o que foi o movimento e mostrar as diferentes perspectivas dos historiadores a seu respeito.

¹⁸⁴ LC, p. 353.

¹⁸⁵ LC, p. 355.

Na madrugada do dia 25 de abril de 1974, as Forças Armadas portuguesas, linha de frente do regime salazarista, o qual mantinha um colonialismo extemporâneo na África, tomaram o poder e depuseram o presidente da República, Américo Tomás, e o primeiro-ministro, Marcello Caetano, colaborador e sucessor de António de Oliveira Salazar a partir de 1968 na presidência do Conselho de Estado.¹⁸⁶ Tendo em vista o descontentamento dos militares com as Guerras Coloniais e com a recusa do governo em aceitar dar, politicamente, um fim a elas, jovens oficiais perceberam que a situação apenas chegaria a um fim se a ditadura fosse derrubada. Assim, criou-se dentro do grupo dos militares um movimento clandestino, o Movimento das Forças Armadas (MFA).

Inspirados, em parte, pelas idéias de *Portugal e o futuro*, obra escrita pelo general António Spínola, em 1974, o qual advogava por meio dela que a dominação colonial não terminaria com ações militares e de grupos políticos civis, o MFA elaborou um plano de ataque ao governo fascista, através do qual conseguiriam, além de reconquistar a autonomia das forças armadas, romper definitivamente com o regime.¹⁸⁷ Seguindo um caminho oposto ao dos movimentos militares da época, já que pretendia a instauração de um regime democrático, o MFA responsabilizou-se por restituir à vida política portuguesa os partidos políticos e a representação dos civis no governo do país e, assim, fundar uma experiência centrada nos princípios de liberdade.

Os militares e civis que revolucionaram o país em 25 de Abril pareciam ter como objetivo comum a criação de um regime democrático, distinto daquele que emergiu da Constituição de 1933, e de um sistema parlamentar que não fosse tão frágil quanto o da I República. Entretanto, esse consenso foi abalado pelas tensões decorrentes da

¹⁸⁶ Para a análise da Revolução dos Cravos e seus desdobramentos, além das obras já citadas de Lincoln Secco e Kenneth Maxwell, valemo-nos também da tese de doutoramento em Ciência Política de Cláudio de Farias Augusto, intitulada *Portugal, 1974-1976: entre o passado e o futuro*. 2003. 300 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

¹⁸⁷ SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004. p. 108-161.

institucionalização do poder e dos conflitos de interesses entre o MFA e os novos partidos políticos, deflagrando uma certa ironia entre as intenções e os efeitos do golpe.

Os jovens oficiais, que deram o golpe, e o Partido Comunista Português, que exerceu grande influência sobre os militares e sobre a realização de mobilizações populares, principalmente na zona rural, acabaram por implementar uma democracia em que as forças armadas desempenhavam um forte papel tutelar, restringindo não apenas as liberdades civis, mas também a administração econômica do país; como deflagra a Carta Constitucional de 1974. Como consequência, houve a sucessão de seis governos provisórios, embates na elaboração da Constituinte, greves e tumultos entre civis. Conforme Kenneth Maxwell,¹⁸⁸ essa série de conflitos postergou ainda mais as alterações que seriam cruciais para as mudanças na estrutura portuguesa, como a descolonização, a reforma agrária e a nacionalização dos bancos e das indústrias. Essas ocorreram apenas fora da esfera de ação do Estado e foram promovidas pela livre-iniciativa popular que, incitada pelos discursos das organizações sindicais, tentou conquistar seus direitos.

Contraditória em suas bases e em seus desdobramentos, a Revolução dos Cravos, como pretendemos mostrar aqui, foi um marco na História do povo português, que delimitou fronteiras entre a trágica experiência totalitária e a luta obsessiva pela liberdade. Fim e princípio de determinados processos, ela é uma ruína sobre a qual seriam erigidas, posteriormente, outras histórias, como a que se conta em *Levantado do chão*.

Analisando os resultados a longo prazo do movimento revolucionário, Lincoln Secco destaca que, nos anos subsequentes ao 25 de Abril, as transformações políticas pelas quais Portugal passou restringiram-se às formalidades dos novos governos, deixando o país de ser pautado por um governo tradicional, patrimonial e afeito a monopólios, para, em lugar delas,

¹⁸⁸ Cf. MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

instituir uma autoridade estatal eleita pelo sufrágio universal – direito conquistado apenas dois anos depois –, burocrática e de domínio político impessoal.¹⁸⁹

Embora essas mudanças sejam significativas, muito pouco foi modificado em relação às estruturas do país. Em uma clara conduta de cerceamento de liberdades políticas, o texto da Constituição de 1976, segundo Kenneth Maxwell, manteve as forças armadas independentes do controle governamental e restringiu a autonomia de futuros governos para tomar medidas econômicas ou políticas que modificassem ou anulassem as aspirações socialistas da carta.¹⁹⁰

Em síntese, ambos os historiadores acentuam que, em vez de propiciar a ascensão de um regime verdadeiramente democrático, a Revolução dos Cravos foi um episódio simbólico da história portuguesa, proponente de uma radicalização da sociedade, mas que, tecnicamente, não se concretizou. Pensando com Secco:

A revolução pretendeu abalar seriamente algumas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Porém, e seja isso pequeno ou grande, levou a cabo aquilo que teria de ser feito: a proclamação dos ideais do liberalismo e do republicanismo. Os capitães alteraram, mas não revolucionaram. Poderiam ter feito mais do que isso? Poderiam ter mudado a ideologia que orientou as elites portuguesas, da situação ou da oposição, pelos dois últimos séculos? Poderiam ir além de um conservantismo de grande flexibilidade hermenêutica e de um republicanismo radical? Parece que a grande história se serviu e se desfez de seus agentes.¹⁹¹

Outra perspectiva, cuja divergência com as de Secco e de Maxwell é flagrante, é a de Álvaro Cunhal, líder do Partido Comunista Português e que, mesmo vinte anos após a Revolução e a observação das mudanças que efetivamente se deram na sociedade portuguesa, sustentou o ponto de vista de que o 25 de Abril “não só liquidou a ditadura fascista e instituiu e acabou por institucionalizar um regime político democrático avançado, como realizou

¹⁸⁹ SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004. p. 177.

¹⁹⁰ MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 222-224.

¹⁹¹ SECCO, Lincoln. Op. cit., p. 177-178.

profundas reformas nas áreas económica, social e cultural”.¹⁹² Em sua obra *A revolução portuguesa: o passado e o futuro*, publicada em 1976, Álvaro Cunhal beira o radicalismo¹⁹³ ao defender que a Revolução e todo o processo de ação das massas, a par do movimento militar, conduziram Portugal a conquistas democráticas e, conseqüentemente, a alterações profundas no seio da sociedade. Seu êxito, para Cunhal, foi, sobretudo, o de ter afastado do poder os grupos monopolistas e os latifundiários, como demonstra o seguinte trecho:

O regime político que resultou da revolução não só estabeleceu órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e tribunais) com competências separadas, complementares e interdependentes adversas a qualquer poder absoluto, como incluiu por criação directa da luta revolucionária das forças democráticas e das massas populares em movimento um poder local democrático fortemente descentralizado [...]. A revolução de Abril não consistiu na mudança da forma de domínio político das classes detentoras do poder económico no tempo da ditadura. A revolução de Abril afastou essas classes do poder político e liquidou o seu poder económico.¹⁹⁴

Kenneth Maxwell e Lincoln Secco, desentronizadores da aura libertadora da Revolução dos Cravos, recorreram a uma perspectiva de longa duração da História, baseada também em suas conseqüências fora do âmbito português. Álvaro Cunhal, por seu turno, recorreu às suas memórias e próprias experiências de líder e exilado político. Por isso, além de serem desveladoras da falta de consenso sobre o que de fato foi alterado pelo movimento, essas visões se devem, em muito, ao contexto e às fontes a que cada um de seus autores recorreu.

José Saramago, partindo da visão de que a revolução não coincidiu com o fim do poder centralizador dos latifundiários, recompõe o passado e explora, ficcionalmente, o caráter controverso daquilo que se disse sobre o 25 de Abril. Sua leitura, calcada nos relatos

¹⁹² CUNHAL, Álvaro. *A revolução portuguesa – o passado e o futuro*: vinte anos depois. Lisboa: Avante, 1994. p.29.

¹⁹³ Cite-se que, inúmeras vezes, ao longo do texto, Cunhal acusa aqueles que não viram a Revolução dos Cravos como libertação total de denegrir o movimento, “numa campanha de desresponsabilização, branqueamento e mesmo valorização da ditadura”. CUNHAL, Álvaro. Op. cit., p. 14.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 30.

coletivos dos trabalhadores da Cooperativa Boa Esperança, e em suas próprias memórias, de quem viveu aqueles acontecimentos, amplia as imagens antigas; exigindo e gerando novas formas de compreensão.

Os personagens de *Levantado do chão*, embora houvessem poucas noções do significado da Revolução dos Cravos, sabiam, de alguma maneira, que as novas crises de desemprego e a fome haviam sido acordadas pelo ocorrido. Em todos os lugares do Alentejo, “sabia-se o que tinha acabado, não se sabia o que tinha começado”¹⁹⁵ e a única mudança percebida foi a de que algumas figuras, até então muito presentes ali, haviam, bruscamente, desaparecido, como a guarda e a PIDE, “que uma se acabou e outra vive dentro do posto, olhando a rua pela janela fechada”,¹⁹⁶ e padre Agamedes, cujas palavras de consolo passaram a ser dirigidas exclusivamente aos Bertos. Estes, por não terem como custear a colheita, deixaram a plantação estragar nos pés ou mandaram deitar fogo à seara.

Ausentes as forças armadas e suas ameaças, os sermões do padre Agamedes e, principalmente, a possibilidade de trabalhar e de ganhar dinheiro, isto é, encerrando-se o quadro ao qual os camponeses estavam desde sempre habituados, a indignação instaurou-se no campo:

[...] andam aí a rádio e a televisão a pregar democracias e outras igualdades, e eu quero trabalhar e não tenho onde, quem me explica que revolução é esta.¹⁹⁷

A verbalização da revolta, a qual teria facilmente sido feita por um dos alentejanos, compõe, em verdade, a fala do narrador. Pelo fato de ele ser muito próximo dos camponeses, está habilitado a reproduzir a perspectiva deles dos acontecimentos, mas, pela mesma razão, sabe também que o movimento revolucionário não foi apreendido em sua totalidade pelas personagens. Tal fato comprova-se pela seguinte passagem:

¹⁹⁵ LC, p. 351.

¹⁹⁶ LC, p. 357.

¹⁹⁷ Ibidem.

Pelo meio da tarde chegaram à vinha notícias que desassossegaram o pessoal, ninguém tinha certeza do que tivesse sido, Diz-se que há qualquer coisa com a tropa em Lisboa, ouvi na rádio, se assim fosse seria saber logo tudo, é um erro julgar que numa floresta de cepas arredada do inferno sete cabos de machado os factos podem ter fácil explicação [...]. Neste lugar do latifúndio, tão longe do Carmo de Lisboa, não se ouviu por aqui um tiro nem anda gente a gritar pelos descampados, não era fácil entender o que era uma revolução e como se faz, e se nos puséssemos com explicações de palavra, o mais certo seria alguém dizer, perguntar, com todo o ar de quem não acredita, Ah, isso é que é uma revolução.¹⁹⁸

No trecho, o narrador aborda a dificuldade de os trabalhadores entenderem as informações que lhes chegavam através do rádio. A revolução, impossibilitada de ser compreendida por eles em suas razões e objetivos, só se faz “audível” pelos seus efeitos, os quais foram insuficientes em termos de mudanças significativas para a condição dos trabalhadores.

Além da inaptidão dos camponeses para compreender o que se passava ao seu redor, as duas passagens permitem inferir que o 25 de Abril, de acordo com *Levantado do chão*, foi uma revolução que propiciou benefícios parciais para o povo, porque mesmo tendo o libertado dos autoritarismos da guarda e desnorteado a Igreja e os latifundiários, não findou a existência precária dos trabalhadores, ou seja, não foi capaz de exterminar o domínio dos Bertos sobre o Latifúndio e os regimes de trabalho.

Sem terem sofrido alterações substanciais em seu papel de donos da terra, esses, lentamente, foram se reorganizando e assumindo, novamente, o controle da situação. A recusa em dar emprego aos camponeses, a queimada das plantações e a corrupção, em claro desrespeito ao novo governo, formulam a sua prática nos tempos em que o protecionismo do Estado já não existia mais:

Enfim se está vendo quem mais força tem, diz Norberto a Clariberto, se lhes não dermos trabalho, é só deixar passar o tempo devagarinho e tornará o dia em que virão comer-nos à mão [...].¹⁹⁹

¹⁹⁸ LC, p. 350-351 – grifos nossos.

¹⁹⁹ LC, p. 357-358.

[...] Gilberto não semeia, Norberto não semeia [...]. Adalberto mandou passar com as máquinas por cima da seara, [...] Angilberto lançou searas ao gado [...], Ansberto puxou fogo ao trigo, tanto pão perdido, tanta fome agravada.²⁰⁰

[...] ao dinheiro do banco levanta-se e manda-se para o estrangeiro, não falta aí quem disso se encarregue em troca duma comissão razoável, ou então dispõem uns esconderijos no automóvel, a fronteira fecha os olhos, coitados, iam lá perder tempo a rastejar debaixo do carro [...].²⁰¹

Essas ações, independentes dos latifundiários, atestam, para nós, um fator que as análises mais recentes da Revolução dos Cravos têm apontado com uma certa insistência: o de o movimento não ter emancipado Portugal do domínio econômico e ideológico de determinados componentes de sua estrutura social. No caso da narrativa, importa-nos acentuar que, se antes da Revolução dos Cravos, o Estado, a Igreja e os proprietários de terra encarregavam-se da gerência dos trabalhos e da ordenação social, com o fim do regime salazarista, a Trindade do Mal desmantelou-se e, com o esfacelamento de seus poderes e papéis, os camponeses foram abandonados à própria sorte. Sem trabalho e, novamente, expostos à miséria e ao desemprego, a situação dos alentejanos tornou-se nova apenas pelo fato de não mais estarem sob a mira precisa dos aparelhos repressivos e ideológicos.

As esferas de poder, como quer o romance, foram destituídas de seus encargos, mas, até pouco depois do Primeiro de Maio de 1975, quando os camponeses invadiram as terras, nada havia sido feito, por quem quer que fosse, para amortecer os impactos daquela situação que havia emperrado os processos de plantio e colheita. Não havendo recebido nenhuma assistência dos novos presidentes, eles optaram por ser, novamente, os hereges e, após um longo planejamento e encontros em todas as herdades – desta vez, não mais às escondidas –, deu-se a invasão de terras, principiada em um dia ao qual o narrador chamou “levantado e principal”.²⁰²

²⁰⁰ LC, p. 359.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² LC, p. 366.

Tomando posse de uma terra que nunca lhes pertenceu, mas na qual sempre viveram, suas lutas, a partir daquele momento, passariam a ser outras. Não mais contra os chicotes dos feitores, as jornadas exaustivas de trabalho ou os salários irrisórios, mas sim a luta dos homens contra as chuvas e estiagens. Se se saíram vitoriosos em seus novos conflitos, não sabemos, porque o narrador preferiu deixar-nos apenas com as belas imagens da invasão:

Este sol é de justiça. Queima e inflama a grande secura dos restolhos, este amarelo de osso lavado ou curtimenta de seara velha e requeimada de calores excessivos e águas destemperadas. De todos os lugares de trabalho confluem as máquinas, o grande avanço dos blindados, ai esta linguagem guerreira, quem a pudesse esquecer, são tratores que avançam, vão devagar, é preciso ligar com os que vêm dos outros sítios, estes já chegaram, grita-se de um lado para o outro, e a coluna engrossou, torna-se ainda mais forte lá adiante, vão carregados os atrelados, já há quem caminhe a pé, são os mais novos, para eles é uma festa, e então chegam às herdades das Mantas, andam aqui cento e cinquenta homens a tirar cortiça, juntam-se todos com todos, e em cada herdade que ocuparem ficará um grupo de responsáveis, a coluna já leva mais de quinhentos homens e mulheres, seiscentos, não tarda que cheguem a mil, é uma romaria, uma peregrinação que refaz as vias do martírio, os passos desta cruz [...]. Vai o milhano passando e contando, um milheiro, sem falar nos invisíveis, que é sina a cegueira dos homens vivos não darem a conta certa de quantos fizeram o feito, mil vivos e cem mil mortos, ou dois milhões de suspiros que se ergueram do chão, qualquer número servirá, e todos serão pequenos se de longe somarmos, pendurados dos taipais vão os mortos, olham para dentro à procura de quem conheçam [...], por isso é tão natural reconhecermos Sara da Conceição, aquela que ali vai, com uma garrafa de vinho e um trapo, e Domingos Mau-Tempo, com o vinco da sua corda no pescoço [...] e aqui neste virar do caminho está João Mau-Tempo a sorrir, estará à espera de alguém, ou não se pode mexer, morreu com as pernas tolhidas, será disso, levamos para a nossa morte todos os males e também os últimos, mas foi engano nosso pensar assim, voltam a João Mau-Tempo as suas pernas de rapaz, e agora salta, é um bailarino a voar, e vai sentar-se ao lado duma velha surda muito velha, Faustina, minha mulher, que comigo comeste pão com chouriço numa noite de Inverno e ficaste com a saia molhada, tantas saudades [...]. Vão todos, os vivos e os mortos.²⁰³

O vasto número de homens, vivos ou mortos, que marcham apenas pode ser visto pelo milhano, que é ave de rapina e tem bons olhos. Os homens, ao contrário, que têm por sina a cegueira, só enxergam os vivos. O narrador, optando pelo olhar da ave, pode contar a verdade e ir além: além a ponto de dar vida àqueles que tanto contribuíram para que tal feito fosse

possível, mas que foram esquecidos; além a ponto de reparar que o presente de liberdade destes camponeses é a soma de suor e sangue derramados, lágrimas vertidas e esperanças daqueles que acreditaram que, um dia, o sol de justiça haveria de brilhar. Ao escolher usar seus próprios olhos, ele retém atenção sobre a futura organização dos homens, que escolheriam quem haveria de comandar os trabalhos.

Enfim, que nos ensinam estas associações do narrador do presente com o passado, no decorrer da invasão? De certa forma, as referências simbólicas ao estado em que os homens encontravam-se por ocasião de suas mortes e a festa dos mais jovens revelam o desejo dos camponeses de, no presente, projetar o futuro reino da justiça, em que todos poderão ter levantado do chão os elementos de sua sobrevivência, seja o trabalho, seja a seara, seja o espírito de liderança. De modo geral, elas valorizam a relação corpórea, inabalável, com o lugar onde habitam, ressacralizando a terra e a luta do povo português pelo direito de produzir nela o seu sagrado sustento.

Walter Benjamin disse, em *Sobre o conceito de História*, que o dom de despertar no passado as centelhas da esperança requer o convencimento de que “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”.²⁰⁴ José Saramago, ao somar os mortos e os vivos, em seu discurso ficcional, parece conhecer bastante bem esta lição. À data da publicação de *Levantado do chão*, a vitória dos camponeses alentejanos, que construíram as primeiras cooperativas em regimes comunitários, já não seria tão plena. Mas, apesar de esta nova luta estar ameaçada pelas incontornáveis crises sopradas pelo 25 de Abril, o autor permitiu-se sonhar um retrato do Alentejo e aproximá-lo à vida, conforme afirmou na quarta capa do romance. Ele sabia que seu livro apenas poderia ser uma voz a renovar as esperanças sobre os gestos humanos.

²⁰⁴ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 223.

5. Conclusão

Porém, cada dia traz com sua pena sua esperança, ou será isto fraqueza do narrador, que decerto leu tais palavras ou as ouviu dizer e gostou delas, porque vindo com a pena a esperança, nem a pena se acaba nem a esperança é mais do que isso [...].

(José Saramago, 1980, p. 319-320)

Relembrar os dizeres do narrador de *Levantado do chão*, em certo sentido, faz-nos relembrar o que as vivências dos Mau-Tempo e, por extensão, de toda a gente alentejana

ensinaram-nos. Pena e esperança, palavras indelevelmente atadas, renovam-se a cada dia e conhecer as experiências que o passado propiciou pode ser um importante veículo para a transformação do presente. Recordar as dores e mágoas, processo áspero, porém necessário, para a construção de um futuro mais condizente com as aspirações pessoais, foi o caminho escolhido por José Saramago em seu romance que, para além de dar vez e voz a tantos homens emudecidos, mostrou-nos também os riscos de se aceitar uma visão unívoca dos acontecimentos.

À procura de uma nova compreensão sobre a História de Portugal, o autor, embora tenha eleito como marcos temporais importantes acontecimentos deflagrados no século XX, foi buscar, nas origens remotas da terra e do povo português, os caracteres que julgamos essenciais para a sua leitura: as relações de posse e poder, estabelecidas naquele tempo e espaço longínquos e que foram se desdobrando até o presente. Privilegiando os mecanismos encontrados pelos homens para concretizar seus desejos de potência, ele retratou uma sociedade erigida sobre o uso indiscriminado da repressão física e moral, cuja representação máxima, na obra, é o Estado fascista de António de Oliveira Salazar. Contudo, não se pode afirmar que a preocupação do romance seja a de ilustrar, exclusivamente, o controle pela força do regime totalitário. Conforme vimos, coação moral e violência andaram, lado a lado, em toda a trajetória dos personagens e os usos do Estado, da Igreja e do Latifúndio cumpriram por formatar modos de ser, pensar e agir, os quais comprometeram, em muito, as lutas dos camponeses pela sua liberdade.

A criação da perspectiva e das reações à realidade apresentada, propiciada pela construção textual, é obtida a partir da observação dos acontecimentos mais singelos do dia-a-dia dos alentejanos e de sua imbricação com os fatos que a historiografia registrou. Sem limites estanques, o tecido histórico é construído através da exposição de um rico mosaico de pequenos elementos – gestos do cotidiano, hábitos, costumes – e discursos, criados a partir de

diálogos frutíferos com a historiografia oficial, com a literatura portuguesa, com a Bíblia, com os discursos políticos e os falares da classe social que o romance privilegia. A reconstituição plural da realidade, bem como a das formas de pensamento das classes dominantes e dos oprimidos, viabiliza um panorama vivo e maleável da época e das relações entre os latifundiários, os governos e a Igreja e o povo e as tensões daí advindas.

Projetadas na vida e nas experiências dos camponeses, estas tensões reconstróem também a continuidade, tantas vezes geradora de estranhamentos, de valores antigos, os quais adquirem nova roupagem ou sentido ao longo do tempo. Um destes valores, a que o narrador refere-se como herança da época medieval, é a posse da terra baseada na meritocracia. A idéia de que alguns são mais dignos que os outros reveste as formas de opressão e intimidação e fomenta a concepção de que o sofrimento é indispensável à redenção. Por conta destes consentimentos, o Latifúndio, a Igreja e o Estado atravessaram, incólumes, o tempo.

O arrastamento de determinadas formas de pensar e agir e a permanência de certos estatutos sociais, objeto central da discussão do passado promovida pelo romance, lançam luzes sobre o fato de que, embora os acontecimentos possam findar um conjunto de condutas políticas ou civis, eles não são capazes de impedir, de todo, reincidências. Atento à problemática que isso suscita, o narrador vai em busca de suas marcas na cultura, no cotidiano e no imaginário dos alentejanos e avalia de que maneira eles interferiram na tomada de ações do povo.

Aprisionados pelas verdades fabricadas pelas esferas sociais, os camponeses agem, por um longo período, de acordo com o medo de serem punidos pela guarda ou de serem tachados como maus trabalhadores, o que os levaria ao desemprego e a maiores padecimentos. Estes homens, inconscientes de que qualquer tentativa de escapar daquelas condições não significava ingratidão ou desrespeito aos patrões, aceitavam as verdades dos Bertos e do padre

Agamedes. Ao aceitá-las, eles contribuía com a manutenção das estruturas seculares de dominação do Latifúndio e de sua imobilidade.

Em contrapartida, ao analisar as mudanças de comportamento dos camponeses ao longo do século XX, quando as condições de trabalho e existência dos personagens são ameaçadas, somos incitados a perceber que eles tomam consciência das práticas a serem alteradas conforme a capacidade deles de relacionar experiências anteriores àquelas em que eles encontram-se. Assim, *Levantado do chão* revela-nos que a adoção de uma postura passiva diante das imposições sociais compromete as ações dos homens, dificultando principalmente aquelas que tendem à superação de adversidades e à satisfação de necessidades individuais. Também, que a ressignificação dos fatos vividos é ferramenta indispensável para o redimensionamento dos valores.

Ao avaliarmos a abordagem da Revolução dos Cravos no romance, visamos demonstrar de que modo seus alcances são equacionados. Conforme vimos, o advento revolucionário, tal qual apresentado no romance, foi um acontecimento que trouxe conquistas parciais para os camponeses, como, por exemplo, o fim das práticas repressivas, instituídas pela oficialidade, e a deposição de um governo protecionista, o qual sempre cuidou para a satisfação das demandas dos ricos latifundiários. Todavia, embora a Revolução tenha cessado o exercício autoritário do poder, ela não foi capaz de fornecer ao povo as condições necessárias para uma existência mais digna. Espoliados do direito ao trabalho, os alentejanos não tinham como garantir seu sustento e, por isso, lançaram-se à invasão de terras. Este gesto permite-nos afirmar que se, em um primeiro momento, aqueles homens apresentavam certa tendência a agir apenas em conformidade com a satisfação de suas necessidades mais urgentes, suas últimas imagens levam-nos a crer na aquisição da consciência de cada um de sua responsabilidade pelo destino coletivo. Ainda, que aqueles homens, ao olharem para as

marcas do passado, aprendem que eles não são apenas parte da História. Eles são seus construtores.

6. Bibliografia

1. Obras de José Saramago

- SARAMAGO, José. *Terra do Pecado*. Lisboa: Editorial Caminho, 1947.
- _____. *Os Poemas Possíveis*. Lisboa: Editorial Caminho, 1966.
- _____. *Provavelmente Alegria*. Lisboa: Editorial Caminho, 1970.
- _____. *Deste Mundo e de Outro*. Lisboa: Editorial Caminho, 1971.
- _____. *A Bagagem do Viajante*. Lisboa: Editorial Caminho, 1973.
- _____. *As Opiniões que o DL teve*. Lisboa: Editorial Caminho, 1974.
- _____. *O Ano de 1993*. Lisboa: Editorial Caminho, 1975.
- _____. *Manual de Pintura e Caligrafia*. Lisboa: Editorial Caminho, 1976.
- _____. *Objecto Quase*. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.
- _____. *A Noite*. Lisboa: Editorial Caminho, 1979.
- _____. *Poética dos Cinco Sentidos – O Ouvido*. Lisboa: Editorial Caminho, 1979.
- _____. *Levantado do Chão*. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.
- _____. *Que farei com este livro?* Lisboa: Editorial Caminho, 1980.
- _____. *Viagem a Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1981.
- _____. *Memorial do Convento*. Lisboa: Editorial Caminho, 1982.
- _____. *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.
- _____. *A Jangada de Pedra*. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.
- _____. *A Segunda Vida de Francisco de Assis*. Lisboa: Editorial Caminho, 1987.
- _____. *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- _____. *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
- _____. *In nomine Dei*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- _____. *Cadernos de Lanzarote*. vol.1. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- _____. _____. vol.2. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.
- _____. _____. vol.5. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.
- _____. *Ensaio sobre a Cegueira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.
- _____. *Moby Dick em Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.
- _____. *Todos os Nomes*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- _____. *O Conto da Ilha Desconhecida*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- _____. *Folhas Políticas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- _____. *A Caverna*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.
- _____. *O Homem Duplicado*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- _____. *Ensaio sobre a Lucidez*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- _____. *Don Giovanni ou o Dissoluto Absolvido*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.
- _____. *As Intermittências da Morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

2. Livros, ensaios, artigos, entrevistas, comunicações e conferências sobre José Saramago

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. O sonho do escritor e as aspirações do crítico *Revista Colóquio-Letras*, n. 95, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

BASTAZIN, Vera. *Mito e poética na literatura contemporânea: um estudo sobre José Saramago*. São Paulo: Ateliê, 2006.

BERRINI, Beatriz. *Ler Saramago: o romance*. Lisboa: Caminho, 1998.
_____. (Org.). *José Saramago: uma homenagem*. São Paulo: EDUC, 1999.

CARVALHAL, Tânia Franco. e TUTIKIAN, Jane (Org.). *Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

CERDEIRA DA SILVA, Teresa Cristina. Do labirinto textual ou da escrita como lugar da memória. *Revista Colóquio-Letras*, n. 151-152, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
_____. *José Saramago entre a História e a ficção: uma saga de portugueses*. Lisboa: D. Quixote, 1989.
_____. *O avesso do bordado: ensaios de Literatura*. Lisboa: Caminho, 2000.

COSTA, Horácio. *José Saramago: o período formativo*. Lisboa: Caminho, 1997.
_____. O despertar da palavra. [Entrevista com José Saramago]. *Revista Cult*, n. 17, dez. 1998.

FERRAZ, Salma. *As faces de Deus na obra de um ateu*. Juiz de Fora: Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora; Blumenau: Ed. da Universidade Regional de Blumenau, 2003.

KAUFMAN, Helena. A metaficção historiográfica em José Saramago *Revista Colóquio-Letras*, n. 120, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

LEPECKI, Maria Lúcia. Levantado do chão: história e pedagogia. *Jornal de Letras*. (edição de 27 out. a 9 nov. de 1981). Lisboa, 1981.
_____. O romance português contemporâneo na busca da história e da historicidade. *O romance português contemporâneo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

LOPONDO, Lílian (Org.). *Saramago segundo terceiros*. São Paulo: Humanitas, 1998.

MADRUGA, Maria da Conceição. *A paixão segundo José Saramago: a paixão do verbo e o verbo da paixão*. Porto: Campo das Letras, 1998.

MOUTINHO, Isabel. A crónica segundo José Saramago. *Revista Colóquio-Letras*, n. 151-152. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

OLIVEIRA FILHO, Odil José de. *Carnaval no convento: intertextualidade e paródia em José Saramago*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993.

REBELO, Luís de Sousa. Os rumos da ficção de José Saramago (prefácio à segunda edição de *Manual de pintura e caligrafia*.) Lisboa: Caminho, 1983.

REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998.

REVISTA CAMÕES, n. 3, Lisboa: Instituto Camões, 1998. [Especial José Saramago]

REVISTA VISÃO, 10.12.1998. [Especial José Saramago]

ROUANET, Maria Helena. Em pedaços de encaixar. *Revista Colóquio-Letras*, n. 101, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

SEIXO, Maria Alzira. *A palavra do romance: ensaios de genologia e análise*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

_____. *Lugares da ficção em José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987.

_____. *O essencial sobre José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Fernão Lopes e José Saramago: viagem-paisagem-linguagem, cousa de veer. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. A ficção que reescreve a história da fase do recrudescimento da ditadura portuguesa. In: ANAIS DO 3º ENCONTRO DA ABRALIC. São Paulo: Universidade de São Paulo; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

VIÇOSO, Vítor. Levantado do chão e o romance neo-realista *Revista Colóquio- Letras*, n. 151-152, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

3. Dissertações e Teses sobre *Levantado do Chão*

BASTAZIN, Vera Lúcia. *A personagem em Saramago: poética e mito*. 1994. 150 p. Tese (Doutorado em Literatura) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994 (orientação: Fernando Segolin).

BRAGA, Mirian Rodrigues. *O descritivo em José Saramago: Levantado do chão, História do cerco de Lisboa e A caverna*. 2003. 196 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) –

Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003 (orientação: Elza Assumpção Miné).

HUNGARO, Susana Regina Vaz. *Romance, revolução e utopia: um estudo comparativo entre Capitães da Areia, Levantado do chão e Geração da utopia*. 2004. 265 p. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004 (orientação: Benjamin Abdala Júnior).

MARTIN, Vima Lia de Rossi. *Trajéórias do discurso utópico: uma leitura comparativa entre Levantado do chão, de José Saramago, e Yaka, de Pepetela*. 1998. 114 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998 (orientação: Benjamin Abdala Júnior).

MATTER, Michelle Dull Sampaio. *O Alentejo por duas palavras: o levantar dos corpos, sonhos e vidas*. 2003. 193 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003 (orientação: Teresa Cristina Cerdeira da Silva).

OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire de. *Tempo e voz: o percurso trágico-ideológico na narrativa de José Saramago*. 1997. 300 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997 (orientação: Maria Aparecida de Campos Brando Santilli).

PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar. *Elucidação pedagógica, história e Identidade nos romances de José Saramago*. 2001. 146 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001 (orientação: Nelson Piletti).

ROCHA E SILVA, Rejane Vecchia da. *Ficção e História: um estudo comparativo entre Incidente em Antares, de Érico Veríssimo e Levantado do chão, de José Saramago*. 1994. 160 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994 (orientação: Benjamin Abdala Júnior).

SANT'ANNA, Jaime dos Reis. *O sagrado em José Saramago*. 2005. 352 p. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005 (orientação: Marlise Vaz Bridi).

4. Sobre História de Portugal, historiografia, ideologia e sociologia

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Sobre a revolução*. Lisboa: Moraes, 1963.

AUGUSTO, Cláudio de Farias. *Portugal, 1974-1976: entre o passado e o futuro*. 2003. 300 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002 (orientação: Célia Nunes Galvão Quirino dos Santos).

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos novos e o mito da pureza do sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CASTRO, Armando de. As classes populares na formação, consolidação e defesa da nacionalidade. *Lições da História de Portugal*. Lisboa: Caminho, 1983. v. 2.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, n. 13. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *A questão da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CORREIA, Pedro Pezarat. *Questionar abril*. Lisboa: Caminho, 1994.

CORTESÃO, Jaime. *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugália, 1966.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.

CUNHAL, Álvaro. *A questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *A revolução portuguesa – o passado e o futuro: vinte anos depois*. Lisboa: Avante, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LE GOFF, Jacques (Org.). *A nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou a ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. ; _____. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MEDINA, João. *História de Portugal contemporâneo. Ditadura: o estado novo*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994. v. 2.

OLIVEIRA, Miguel de. *História da igreja*. Lisboa: União Gráfica, 1952.

OSÓRIO, Sanches. *O equívoco do 25 de abril*. Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves, 1975.

PINTO, Jaime Nogueira. *Portugal, os anos do fim: a revolução que veio de dentro*. Lisboa: Economia e Finanças, 1976.

RAMOS, Rui (Org.). A segunda fundação. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 19-?. v. 6.

REVISTA CAMÕES, n. 5. Lisboa: Instituto Camões, 1999. [Especial Revolução dos Cravos]

ROSAS, Fernando. O estado novo. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 19-?. v. 7.

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1965.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

SERRÃO, Joel.; MARQUES, Oliveira. *Nova história de Portugal: Portugal e o estado novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1987. v. 12.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

_____. *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 1993.

SPÍNOLA, António de. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Lisboa: Instituto Camões, 2000.

TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989.

_____; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal. Séculos XIX-XX: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 2.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

5. Sobre literatura e teoria literária

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *A escrita neo-realista*. São Paulo: Ática, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: teoria do romance*. São Paulo: Unesp, 1988.

BARTHES, Roland. *A morte do autor. Rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CALVINO, Italo. *Una pietra sopra: discorsi di letteratura e società*. Itália: Giulio Einaudi, 1980.

CANDIDO, Antonio (Org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CERDEIRA DA SILVA, Teresa Cristina. O Delfim, ou “O Ano passado na Gafeira”. In: MARGATO, Izabel (Org.). *Figuras da lusofonia*: Cleonice Berardinelli. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. 50 anos de Neo-Realismo Literário em Portugal. In: ANAIS DO XII ENCONTRO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

COLLETTI, Lúcio. *Ultrapassando o marxismo e as ideologias*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento*. Bauru: Edusc, 2001.

ECO, Umberto. *Sei passeggiate nei boschi narrativi*. Milano: Bompiani, 2000.

_____. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FOKKEMA, Douwe W. *História literária, modernismo e pós-modernismo*. Lisboa: Vega, s/d.

FONSECA, Manuel da. *Seara de vento*. Lisboa: Caminho, 1984.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

FRANÇA, J.A. *(In)definições de cultura: textos de Cultura e História, Artes e Letras*. Lisboa: Presença, 1997.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JACOTO, LÍlian. *Da saga à andança solitária*. São Caetano do Sul: Yendis, 2005.

JOLLES, André. *Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso memorável, conto, chiste*. São Paulo: Cultrix, 1976.

LOURENÇO, Eduardo. *O canto do signo: existência e literatura (1957-1993)*. Lisboa: Presença, 1994.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

MUSSARA, Ulla. Narrative Discourses in Postmodernists Texts: the conventions of the novel and the multiplication of narrative instances. In: CALINESCU, D. *Exploring postmodernism*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

PETERSON, Michel. *Estética e política do romance contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

PIRES DE LIMA, Isabel. Traços pós-modernos na ficção atual. *Revista Semear*, n. 4, Rio de Janeiro: PUC – Cátedra António Vieira de Estudos Portugueses, 2002.

REBELO, Luís de Sousa. A ideologia e o escritor. *Revista Seara Nova*, n. 1557, Lisboa, jul. 1975.

REDOL, Alves. *Gaibéus*. Lisboa: Europa-América, 1979.

REIS, Carlos. *O discurso ideológico do neo-realismo português*. Coimbra: Almedina, 1983.
_____. Romance e história depois da revolução – José Saramago e a ficção portuguesa contemporânea. In: ANAIS DO ENCONTRO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 1994. p.169.

RODRIGUES, Urbano Tavares. *Tradição e ruptura: ensaios*. Lisboa: Presença, 1994.

SACRAMENTO, Mário. *Há uma estética neo-realista?* Lisboa: Vega, 1985.

SARAIVA, António José. *História da literatura portuguesa*. Lisboa: Europa-América, 1965.

TORRES, Alexandre Pinheiro. *O neo-realismo literário português*. Lisboa: Moraes, 1977.

6. Outras obras

ALVES, Rubem. *O que é religião?* São Paulo: Brasiliense, 1977.

ANDERSEN, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso, 1991.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BHABHA, Homi. *Nation and narration*. London: Routledge, 1990.
_____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COELHO, Teixeira. *O que é utopia?* São Paulo: Brasiliense, 1992.

CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1993.

FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
_____. *Vigiar e punir*. São Paulo: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
_____. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: D. Quixote, 1978.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.

MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.

NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: niilismo e Hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Presença, 1987.

7. Na internet

ESPAÇO DE MEMÓRIA LEVANTADO DO CHÃO. Disponível em: <<http://www.cm-montemornovo.pt/levantadodochao/lavre.htm>>. Acesso em: 23.01.2007.

JORNAL AVANTE! Disponível em: <<http://www.pcp.pt>>. Acesso em: 10.12.2004.